Educação e Direitos Humanos em Rondônia

Extensão Universitária, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Organizado por: Giovani M. Lunardi

Campus José Ribeiro Filho
BR 364, Km 9,5 - Porto Velho – RO
CEP: 78900-000
www.edufro.unir.br
edufro.unir@gmail.com

Giovani M. Lunardi
(Organizador)

**EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS EM RONDÔNIA.
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

1º Edição

EDUFRO

Porto Velho – RO, 2013

Ficha catalográfica – Biblioteca Central da UNIR

L7556

Educação e direitos humanos em Rondônia: extensão universitária, movimentos sociais e política públicas / Giovani M. Lunardi. (organizador). Porto Velho-RO: EDUFRO, 2013. 129 p.: il.

ISBN 978-85-7764-065-2

1. Educação 2. Direitos humanos 3. Extensão universitária I. Lunardi, Giovani M. org. II. Título

CDU: 37:342.7(811.1)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Ozelina Saldanha CRB 11/947

Preparo de originais: Autor(es)
Revisão Gramatical: Autor(es)
Revisão de Normas Técnicas: Autor(es)

Capa: Ícaro Santana
Composição: EDUFRO
Editor: Jairo André Schlindwein

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Maria Berenice Alho da Costa Tourinho
Reitora

Osmar Siena
Pró-Reitor de Planejamento

Maria Cristina Victorino de França
Vice-Reitora

Jorge Luiz Coimbra de Oliveira
Pró-Reitora de Graduação

Adilson Siqueira de Andrade
Chefe de Gabinete

Ari Miguel Teixeira Ott
Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Ivanda Soares da Silva
Pró-Reitor de Administração

Rubens Vaz Cavalcante
Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis

Conselho Editorial da EDUFRO:

Jairo André Schlindwein (Prof. UNIR), José Lucas Pedreira Bueno (Prof. UNIR), Emanuel Fernando Maia de Souza (Prof. UNIR), Rubiani de Cássia Pagotto (Profa. UNIR), Osmar Siena (Prof. UNIR), Júlio César Barreto Rocha (Prof. UNIR), Marli Lucia Tonatto Zibetti (Profa. UNIR), Sirlaine Galhardo Gomes Costa (Bibliotecária. UNIR), Cléberson de Freitas Fernandes (EMBRAPA), Dante Ribeiro da Fonseca (ACLER).

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, 14 de dezembro de 2004.

Editora da Universidade
Federal de Rondônia
Campus José Ribeiro Filho
BR 364, Km 9,5 - Porto Velho – RO
CEP: 78900-000
www.edufro.unir.br
edufro.unir@gmail.com

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do **ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades**, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ONU, 10 de dezembro de 1948.

Sumário

	Página
Apresentação	07
1. Aspectos filosóficos e históricos dos Direitos Humanos (<i>Giovani M. Lunardi</i>)	09
2. Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos: das Declarações Internacionais à Gestão Local (<i>MILENA PETTERS MELO</i>)	29
3. A fundamentação filosófica dos Direitos Humanos em Norberto Bobbio (<i>Fabianny Castro Andrade</i>)	47
4. A educação do cidadão na Ética Aristotélica (<i>Diego Sousa Mota</i>)	58
5. Aspectos jurídicos e defesa dos Direitos Humanos em Rondônia (<i>Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues</i>)	74
6. A efetividade da relação ensino-aprendizagem em espaços não-formais de educação (<i>Lílian Moreira de Almeida</i>)	96

Apresentação

Este livro é resultado de pesquisas, projetos de ensino e extensão realizados no Grupo de Pesquisa Ética e Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia (CNPq/UNIR), desde 2005.

O Grupo de Pesquisa Ética e Direitos Humanos (CNPq/UNIR), além da pesquisa acadêmica, realizam várias atividades cumprindo sua função referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Em todos os projetos de extensão relativos aos Direitos humanos realizados em Rondônia, sempre contamos com a parceria da Arquidiocese de Porto Velho através da Comissão Justiça e Paz (CJP) e da Faculdade Católica de Rondônia (FCR). Cumpre ressaltar que a Comissão Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Porto Velho é referência internacional na defesa e promoção dos Direitos Humanos na Amazônia

Nossos objetivos, em todos os projetos executados, foram sempre o de levar diretamente aos participantes ativos de comunidades e movimentos sociais, a discussão e o estudo reflexivo sobre educação, promoção e defesa dos Direitos Humanos. Com um material didático adequado, seguindo os documentos norteadores provenientes já de extensas discussões em nosso país sobre estas questões, pretendemos que a **pesquisa** teórica realizada sobre este tema dentro dos “muros” da universidade, utilizando uma metodologia de **ensino** didaticamente e pedagogicamente adequada chegue através da **extensão** às comunidades, principais alvos das políticas públicas de uma democracia inclusiva. Desta forma, a Universidade, através deste projeto junto com instituições parceiras pode consolidar e promover a educação, promoção e defesa dos Direitos Humanos visando à construção da cidadania na Amazônia.

Os trabalhos aqui reunidos são resultados das seguintes atividades:

- No ano de 2005 foi realizado o Projeto de Extensão Educação em Ética, cidadania e Direitos Humanos financiado pelo Ministério da Educação através do Edital PROEXT. 2004, que com a parceria da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho, teve por objetivos a capacitação de lideranças comunitárias.

- De 2006 à 2009, executamos dois projetos de Educação em Direitos Humanos ambos financiados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com a finalidade de consolidar grupos de pesquisas de Educação em Direitos Humanos, estruturar o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos de Rondônia e capacitar, prioritariamente,

professores da educação básica da rede pública em educação em Direitos Humanos. Ambos os projetos foram coordenados pelo Professor Márcio Secco (UNIR).

- Simultaneamente, em 2009, executamos o projeto Educação em Direitos Humanos de extensão universitária vinculado ao Programa PIBEX/2009 – Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária - da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Na mesma linha dos projetos de extensão anteriores, seus objetivos foram: capacitar, promover e articular a Educação em Direitos Humanos para lideranças e agentes comunitários moradores de comunidades periféricas de Porto Velho/RO, promovido pela UNIR em conjunto com a Comissão Justiça e Paz de Porto Velho/RO e o instituto MISEREOR.

- trabalhos de pesquisa acadêmica realizadas na Universidade Federal de Rondônia e na Faculdade Católica de Rondônia.

A partir dessas atividades realizadas destacamos a seguir os trabalhos que compõem essa coletânea, representativas das pesquisas e projetos executados:

No capítulo 1, Giovani M. Lunardi apresenta os aspectos filosóficos e históricos que estruturam a concepção ocidental de Direitos Humanos.

No capítulo 2, Milena P. Melo aprofunda e relaciona o conceito de desenvolvimento sustentável com a noção de cidadania e direitos humanos.

No capítulo 3, Fabianny Andrade examina o pensamento do filósofo Norberto Bobbio relativo a fundamentação filosófica dos Direitos Humanos.

No capítulo 4, Diego S. Mota investiga a atualidade da Ética Aristotélica. O autor nos mostra que a tese aristotélica da importância da educação do cidadão, é um pressuposto fundamental para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

No capítulo 5, Cíntia Rodrigues explicita o caminho prático para a garantia e defesa dos Direitos Humanos em Rondônia.

Por fim, no capítulo 6, Lílian Moreira de Almeida comprova através de sua pesquisa, que a educação em direitos humanos, através de projetos de extensão universitária articulados com movimentos sociais em espaços não-formais de educação possuem eficácia.

Temos certeza, que os trabalhos aqui reunidos mostram a importância da articulação entre universidades, movimentos sociais e políticas públicas para construção de uma sociedade mais digna para todos.

Boa leitura.

Giovani M. Lunardi

1. ASPECTOS FILOSÓFICOS E HISTÓRICOS DOS DIREITOS HUMANOS

Giovani M. Lunardi¹

Os que significa dizer que existem Direitos Humanos e quais são estes direitos? Para responder estas duas questões, a seguir, vamos inicialmente realizar um exame histórico sobre as origens da noção ocidental de Direitos Humanos.

1.1. A presença dos direitos humanos através da história

Embora o conceito de Direitos Humanos, tal como atualmente o entendemos, constitua um fenômeno cultural relativamente recente, suas raízes profundas remontam aos mais antigos estágios da civilização. A chamada "regra de ouro", por exemplo, que se mostra presente em todas as grandes religiões, e cuja formulação mais comum prega que não façamos ao próximo o que não queremos que nos façam – ou, se preferirmos à fórmula cristã: "ama o próximo como a ti mesmo" –, é um testemunho eloqüente da permanência dessa idéia ao longo da História.

Da mesma forma nossa noção de Direitos Humanos está relacionado a nossa vida em comunidade e sociedade, como portador de direitos e deveres. Só que esta noção varia no espaço e no tempo. Na Idade Antiga, já dizia o filósofo grego Aristóteles que somos "animais políticos" (Zoon Politikon) e que temos uma "vida política" (Biós Politikós). No entanto, a democracia grega e romana era restrita, parcial já que estavam excluídos dos direitos e deveres de cidadão os escravos, estrangeiros, as mulheres e crianças. Os gregos e romanos eram democratas em praça pública, porém tiranos no lar.

¹Doutor em Filosofia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Professor Adjunto de Filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa Ética e Direitos Humanos da UNIR/CNPq.
Coordenador dos Projetos de Educação em Direitos Humanos (PROEXT 2004, Edital SEDH 2007, PIBEX 2009).
Coordenador do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos de Rondônia.
Membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho/RO.
Professor voluntário da Faculdade Católica de Rondônia.

Somente após o fim da Idade Média (1453 dc) e com as idéias dos Contratualistas (Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau) desenvolve-se o conceito de direitos humanos fundamentais de caráter universal. O homem na Idade Moderna (modernidade) é o portador de direitos naturais e deveres em um contrato social (constituição) do qual participou como legislador (votar e ser votado).

Com a Declaração de Direitos Fundamentais expressa na **Constituição Americana de 1776** e com a Declaração dos Direitos Universais promulgadas durante **Revolução Francesa de 1789**, consolidam-se as bases para a noção de cidadania que permanece até os nossos dias. Todas estas declarações de direitos fundamentais e universais tinham como foco principal garantia a defesa do indivíduo perante as classes dominantes (nobreza, clero) e os Estados autoritários. Foram considerados como **Direitos Fundamentais do Cidadão** além do Direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a Lei, também o Direito à Propriedade. Na Idade média, só que tinha acesso a propriedade da Terra eram os Nobres e Igreja. Com o Direito à Propriedade, enquanto direito fundamental universaliza-se o acesso e a proliferação de propriedades rurais ampliando o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Assim, criam-se condições de acumulação de capital no campo e o consumo de mercadorias, inicialmente no sistema mercantilista, e depois no sistema capitalista desenvolvido com a **Revolução Industrial**. O cidadão da modernidade é o sujeito individual, portador de direitos e deveres, proprietário e consumidor, que com sua autonomia participa da vida pública. Como vimos, na antiguidade clássica, o trabalhador era escravo ou servo que do ponto de vista dos filósofos não possuía as disposições necessárias ao exercício da cidadania (pela educação insuficiente e pela “grosseria” de suas ocupações). Modernamente, o cidadão é em primeiro lugar um trabalhador: é pelo trabalho que ele ocupa um lugar na comunidade e conquista seus direitos.

Essa noção de que **todo ser humano é detentor, pelo simples fato de existir, de certos direitos naturais básicos**, torna-se desde então um tema que desafia os pensadores e homens de Estado de todos os tempos e lugares. Vamos ver, a seguir, como esta noção esta expressa na **Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, de 04 de julho de 1776**, que reconhece explicitamente que **todo homem possui direitos naturais**, anteriores e superiores ao próprio Estado, e que este têm a obrigação de garanti-los.

Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia

Williamsburgh, 04 de julho de 1776.

Declaração de direitos formulada pelos representantes do bom povo de Virgínia, reunidos em assembléia geral e livre; direitos que pertencem a eles e à sua posteridade, como base e fundamento do governo.

I

Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou despojar seus pósteros e que são: **o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança.**

II

Que todo poder é inerente ao povo e, conseqüentemente, dele procede; que os magistrados são seus mandatários e seus servidores e, em qualquer momento, perante ele responsáveis.

III

Que o governo é instituído, ou deveria sê-lo, para proveito comum, proteção e segurança do povo, nação ou comunidade; que de todas as formas e modos de governo esta é a melhor, a mais capaz de produzir maior felicidade e segurança, e a que está mais eficazmente assegurada contra o perigo de um mau governo; e que se um governo se mostra inadequado ou é contrário a tais princípios, a maioria da comunidade tem o direito indiscutível, inalienável e irrevogável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo da maneira considerada mais condizente com o bem público.

IV

Que nenhum homem ou grupo de homens tem direito a receber emolumentos ou privilégios exclusivos ou especiais da comunidade, senão apenas relativamente a serviços públicos prestados; os quais, não podendo ser transmitidos, fazem com que tampouco sejam hereditários os cargos de magistrado, de legislador ou de juiz.

V

Que os poderes legislativo, executivo e judiciário do Estado devem estar separados e que os membros dos dois primeiros poderes devem estar conscientes dos encargos impostos ao povo, deles participar e abster-se de impor-lhes medidas opressoras; que, em períodos determinados devem voltar à sua condição particular, ao corpo social de onde procedem, e suas vagas se preencham mediante eleições periódicas, certas e regulares, nas quais possam voltar a se eleger todos ou parte dos antigos membros (dos mencionados poderes) segundo disponham as leis.

VI

Que as eleições de representantes do povo em assembléia devem ser livres, **e que todos os homens que dêem provas suficientes de interesse permanente pela comunidade, e de vinculação com esta, tenham o direito de sufrágio** e não possam ser submetidos à tributação nem privados de sua propriedade por razões de utilidade pública sem seu consentimento, ou o de seus representantes assim eleitos, nem estejam obrigados por lei alguma à que, da mesma forma, não hajam consentido para o bem público.

VII

Que toda faculdade de suspender as leis ou a execução destas por qualquer autoridade, sem consentimento dos representantes do povo, é prejudicial aos direitos deste e não deve exercer-se.

VIII

Que em todo processo criminal incluídos naqueles em que se pede a pena capital, o acusado tem direito de saber a causa e a natureza da acusação, ser acareado com seus acusadores e testemunhas, pedir provas em seu favor e a ser julgado, rapidamente, por um júri imparcial de doze homens de sua comunidade, sem o consentimento unânime dos quais, não se poderá considerá-lo culpado; tampouco pode-se obrigá-lo a testemunhar contra si próprio; e que ninguém seja privado de sua liberdade, salvo por mandado legal do país ou por julgamento de seus pares.

IX

Não serão exigidas fianças ou multas excessivas, nem infligir-se-ão castigos cruéis ou inusitados.

X

Que os autos judiciais gerais em que se mande a um funcionário ou oficial de justiça o registro de lugares suspeitos, sem provas da prática de um fato, ou a detenção de uma pessoa ou pessoas sem identificá-las pelo nome, ou cujo delito não seja claramente especificado e não se demonstre com provas, são cruéis e opressores e não devem ser concedidos.

XI

Que em litígios referentes à propriedade e em pleitos entre particulares, o artigo julgamento por júri de doze membros é preferível a qualquer outro, devendo ser tido por sagrado.

XII

Que a liberdade de imprensa é um dos grandes baluartes da liberdade, não podendo ser restringida jamais, a não ser por governos despóticos.

XIII

Que uma milícia bem regulamentada e integrada por pessoas adestradas nas armas, constitui defesa natural e segura de um Estado livre; que deveriam ser evitados, em tempos de paz, como perigosos para a liberdade, os exércitos permanentes; e que, em todo caso, as forças armadas estarão estritamente subordinadas ao poder civil e sob o comando deste.

XIV

Que o povo tem direito a um governo único; e que, conseqüentemente, não deve erigir-se ou estabelecer-se dentro do Território de Virgínia nenhum outro governo apartado daquele.

XV

Que nenhum povo pode ter uma forma de governo livre nem os benefícios da liberdade, sem a firma adesão à justiça, à moderação, à temperança, à frugalidade e virtude, sem retorno constante aos princípios fundamentais.

XVI

Que a religião ou os deveres que temos para com o nosso **Criador**, e a maneira de cumpri-los, somente podem reger-se pela razão e pela convicção, não pela força ou pela violência; conseqüentemente, todos **os homens têm igual direito ao livre exercício da religião**, de acordo com o que dita sua consciência, e que é dever recíproco de todos praticar a paciência, o amor e a caridade **cristã** para com o próximo.

In Textos Básicos sobre Derechos Humanos.

Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva.

APUD.

FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. Liberdades Públicas, São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

A declaração americana pontua claramente no seu artigo primeiro a idéia de **liberdade e igualdade** para todos os homens (universalidade). Temos, aqui, um marco definidor para a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Tal postulação será ratificada e aprofundada pela **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, promulgada pela **Assembléia Nacional Francesa em 26 de agosto de 1789**, como segue:

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão

França, 26 de agosto de 1789.

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente **os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem**, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 7º. Ninguém pode ser acusado, preso ou detido senão nos casos determinados pela lei e de acordo com as formas por esta prescritas. Os que solicitam, expedem, executam ou mandam executar ordens arbitrárias devem ser punidos; mas qualquer cidadão convocado ou detido em virtude da lei deve obedecer imediatamente, caso contrário torna-se culpado de resistência.

Art. 8º. A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado e, se julgar indispensável

prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 11º. A livre comunicação das idéias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.

Art. 12º. A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública. Esta força é, pois, instituída para fruição por todos, e não para utilidade particular daqueles a quem é confiada.

Art. 13º. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração é indispensável uma contribuição comum que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Art. 14º. Todos os cidadãos têm direito de verificar, por si ou pelos seus representantes, da necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente, de observar o seu emprego e de lhe fixar a repartição, a coleta, a cobrança e a duração.

Art. 15º. A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração.

Art. 16º. A sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem Constituição.

Art. 17º. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

In Textos Básicos sobre Derechos Humanos.

Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva.

APUD.

FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. Liberdades Públicas, São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

A Revolução Francesa consolida os ideais de **Liberdade, Igualdade e Fraternidade** que são à base da noção contemporânea de Direitos Humanos. Esta influência será decisiva para as futuras constituições dos Estados nacionais.

Após as duas grandes guerras mundiais (1914 e 1939) os países reunidos na **Organização das Nações Unidas – ONU**, influenciados pela **Declaração de Independência Americana** e pela **Declaração da Revolução Francesa** promulgaram a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, aprovada em **10 de dezembro de 1948**.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

ONU, 10 de dezembro de 1948.

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultam em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

A Assembléia Geral proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do **ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades**, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1º

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo 2º

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3º

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4º

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão

proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5º

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6º

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo 7º

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8º

Toda pessoa tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo 9º

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11

§1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

§2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13

§1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

§2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo 14

§1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

§2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

§1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.

§2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

§1. O casamento não será válido senão como o livre e pleno consentimento dos nubentes. §2. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17

§1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. §2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo 19

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo 20

§1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

§2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21

§1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

§2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.

§3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em

eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Artigo 22

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Artigo 23

§1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. §2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

§3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

§4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo 24

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Artigo 25

§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

§2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26

§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

§2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

§3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27

§1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as

artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.

§2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Artigo 28

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29

§1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

§2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

§3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

Segundo Norberto Bobbio a partir dessas declarações, podemos perceber gerações de direitos humanos, consolidando na história da sociedade ocidental a passagem de uma **era dos direitos**, que substituiria a **era dos deveres**.

I - uma primeira geração – surgida em função das lutas pela **liberdade individual, proteção à vida e a propriedade** que correspondem aos chamados **Direitos Cívicos**; e dos **Direitos Políticos** (votar e ser votado) presentes principalmente na **Declaração da Independência Americana (1776)** e na **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789)**;

II - uma segunda geração – surgida em função das lutas por **direitos sociais** relacionados aos **direitos trabalhistas, saúde, educação e segurança** expressa principalmente na **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948)**;

III - uma terceira geração – surgida em função questões relacionadas aos problemas difusos (Direitos Difusos: a titularidade desses direitos não é plenamente identificável), que dizem respeito a todos (paz, vida saudável, meio-ambiente) e, também, das minorias (direitos coletivos: existe um vínculo que compõe o grupo)): negros, indígenas, mulheres, pessoas portadoras de necessidades especiais, homossexuais etc.

Observação: BRASIL. Lei 8.078/90. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. O Art. 81 dessa lei conceitua o direito difuso como transindividual, de natureza indivisível, sendo os titulares desses direitos sujeitos indeterminados. Já, os direitos coletivos são, também, transindividuais de natureza indivisível, sendo titulares desse direito grupo,

categoria ou classe. Por fim, define os direitos individuais homogêneos como os decorrentes de origem comum.

Esta terceira geração abarca, então, os movimentos ecológicos, relacionados à proteção ambiental e a uma vida saudável. Os Direitos Humanos de terceira geração surgiram principalmente após os movimentos civis nos Estados Unidos contra a discriminação racial (Martin Luther King) e a guerra do Vietnã (1962-1972). Em 1986, na Declaração Sobre o Direito ao Desenvolvimento, garante-se a **alteridade universal em função do direito dos indivíduos e dos povos desenvolverem-se**, pois “toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político”. E também se garante a **alteridade universal em função do direito dos indivíduos e dos povos auto-determinarem-se**, pois “o direito humano ao desenvolvimento também implica a plena realização do direito dos povos de autodeterminação”. Já as questões ecológicas se intensificaram principalmente depois dos grandes desastres ecológicos tais como a poluição de cidades e a contaminação por vazamentos radioativos e nucleares. Em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, procura-se garantir o **direito a viver em harmonia com a natureza**, pois “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”. Também se expressa a necessidade de garantir o **direito a um meio-ambiente preservado – para gerações presentes e futuras** – pois “o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras”. Uma normatização recente é o chamado **Protocolo de Kyoto**, ratificado por vários países visando principalmente a diminuição da poluição da atmosfera terrestre

IV - uma quarta geração – ainda em fase de discussão em vários países e diz respeito às **pesquisas biológicas** e das manipulações dos **patrimônios genéticos (clonagem, manipulação genética, alimentos transgênicos etc.)**. Ou seja, se referem às questões da vida humana, das gerações futuras e daqueles que ainda não nasceram.

V. Direitos de quinta geração – ainda em gestação, relacionados ao direito dos animais, fundamentados principalmente na capacidade de sentir dor e sofrimento.

Com esta análise de Bobbio, percebemos que **os Direitos Humanos são históricos**. Dessa forma eles surgem, ao longo da história, se transformam e alguns desaparecem. Por exemplo, hoje o Direito a propriedade que era um direito de primeira geração, é considerado não mais como fundamental, mas como um direito no campo do direito privado.

Vimos, então, na **primeira geração** – os Direitos Civis e Políticos; na **segunda geração** – os Direitos Sociais; na **terceira geração** - os Direitos Difusos e coletivos (minorias), de proteção ao meio ambiente, da paz e da autodeterminação dos povos e na **quarta geração** – os Direitos de proteção ao patrimônio genético e respeito a dignidade da vida humana. Segundo alguns pensadores, já esta em gestação uma **quinta geração** de direitos, relacionados aos direitos dos animais.

Após essa revisão histórica podemos formular uma definição para Direitos Humanos.

Direitos Humanos é uma forma sintética de nos referirmos aos direitos fundamentais da pessoa humana, aqueles que são essenciais à pessoa humana e que precisa ser respeitada como pessoa. São aqueles necessários para a satisfação das necessidades humanas

fundamentais. Por exemplo: respirar é uma necessidade básica, portanto a pessoa tem direito a um ar puro e não ar poluído que pode ser o caminho da morte.

Pode-se dizer, também, que **Direitos Humanos** é um conjunto de normas e regras fundamentais para a convivência em sociedade dos seres humanos e o ambiente natural. Os Direitos Humanos tem por finalidade garantir a sobrevivência e o desenvolvimento do homem, a preservação de seu habitat e a garantia da evolução da humanidade. Atualmente temos a preocupação e a discussão recente com a preservação e o sofrimento de todos os animais e seres vivos.

Assim, **Direitos Humanos** se efetivam na observância de aspectos sociais, políticos e econômicos que dizem respeito à preservação e garantia dos direitos fundamentais, quais sejam, o direito a uma vida digna, à liberdade, à educação, à saúde, à liberdade de expressão etc. Dentre os aspectos que conferem sustentação à doutrina dos Direitos Humanos, estão a democracia, a cidadania, a alteridade, a tolerância, a paz etc.

1.2. Os Direitos Humanos no Brasil: da Lei Áurea a Constituição de 1988.

O Brasil apesar de ter sido descoberto (ou redescoberto) em **1500**, somente após a sua independência em **1822** é que promulgou a sua primeira constituição. Mas, mesmo sendo independente, era ainda uma monarquia com restrições aos direitos civis e políticos. Sob fortes pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, contra o tráfico negreiro e também pressões internas do **movimento abolicionista** e sob influência da **Revolução Francesa e do Iluminismo**, contra a escravidão culminaram com a **Lei Áurea de 1888**. Diz a Lei:

LEI ÁUREA

Lei nº 3.353, de 13 de Maio de 1888.

DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A PRINCESA IMPERIAL Regente em Nome de Sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, Faz saber a todos os súditos do IMPÉRIO que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º - É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros Bacharel Rodrigo Augusto da Silva do Conselho de Sua Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888 - 67º da Independência e do Império.

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que

houve por bem sancionar declarando extinta a escravidão no Brasil, como nela se declara.

Para Vossa Alteza Imperial ver.

Este documento é um marco, em nosso país, para a determinação dos direitos fundamentais da pessoa humana: direito à vida, liberdade e igualdade, ou seja, dos **Direitos Cívicos**. No ano seguinte com a proclamação da República (1889) dá-se um avanço nos **direitos políticos**. Estes direitos expressos na Lei Áurea e na constituição republicana referem, na análise de Norberto Bobbio, que estudamos na unidade anterior, como **direitos de primeira geração**.

Somente após o fim da chamada **Primeira República** (conhecida como a República velha: 1889–1930) e com a **Era Vargas** (Getúlio Vargas) que compreende o período de 1930 a 1945, que instaura-se um novo ciclo de direitos sociais. Getúlio Vargas foi o responsável pelos seguintes fatores importantes para os direitos sociais, principalmente relacionados aos trabalhadores urbanos no Brasil:

- a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio,
- a instituição da carteira de trabalho, que passou a ser o principal documento de identificação do trabalhador.
- a implementação da jornada de oito horas,
- a definição do salário mínimo,
- o estabelecimento do repouso semanal remunerado.
- a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho (**CLT**).

Os resultados da Era Vargas, no período de **1930 a 1945**, foram um espetacular crescimento industrial e a consolidação de uma série de garantias aos trabalhadores urbanos. Com isto se consolidaram, no Brasil, **os direitos de segunda geração (Direitos sociais)**.

Após a Era Vargas, com um breve período democrático será instaurada em **1964** a Ditadura Militar, dando um retrocesso nos Direitos cívicos e políticos. Teremos uma volta neste retrocesso somente com a **Constituição de 1988**.

A **Constituição Brasileira de 1988** adota uma posição bastante avançada no que diz respeito aos direitos humanos, reconhecendo não apenas os tradicionais **direitos políticos e cívicos** (direito à liberdade de pensamento, de expressão, de reunião e associação, de proteção contra a prisão arbitrária, de votar e ser votado, entre outros), como também os chamados "direitos de segunda geração" e de "terceira geração", que abarcam aspectos mais amplos da vida do homem em sociedade e que incluem, para ficarmos nos mais conhecidos, o direito à educação, à saúde, ao lazer, à habitação e a um meio ambiente saudável. A Constituição prevê, igualmente, garantias para o exercício desses direitos. Ao declarar que todos são detentores do direito de ir e vir, por exemplo, garante o exercício desse direito por meio do instituto do Habeas Corpus.

Vejam, a seguir, os principais artigos da Constituição de 1988, relativos aos Direitos Humanos, abrangendo os Direitos Sociais:

<p>República Federativa do Brasil</p> <p>CONSTITUIÇÃO</p> <p>.....</p> <p>Título II</p> <p>Dos Direitos e Garantias Fundamentais</p> <p>.....</p> <p>Capítulo II</p> <p>Dos Direitos Sociais</p> <p>Art.º6 São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.</p> <p>Art.º7 São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:</p> <p>.....</p> <p>XXXVIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;</p> <p>.....</p> <p>Título VIII</p> <p>Da Ordem Social</p> <p>.....</p> <p>Capítulo VIII</p> <p>Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso</p> <p>Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p> <p>§ 1.º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais e obedecendo aos seguintes preceitos:</p> <p>I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;</p> <p>II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços</p>

coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2.º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§3.º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7.º9, XXXIII;

II- garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III- garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V- obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI - estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4.º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5.º A adoção será assistida pelo poder público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6.º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7.º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

Mas, será que apesar dos avanços da Constituição de 1988, com relação aos Direitos Humanos, houve uma melhora na garantia e proteção a estes direitos?

1.3. Os Direitos Humanos no Brasil: problemas e perspectivas

No Brasil, temos uma série de questões relativas aos Direitos Humanos que continuam pendentes desde o seu descobrimento: desigualdades sociais, má-distribuição de renda, desemprego, analfabetismo, violência, falta de acesso à saúde, educação, habitação e qualidade de vida. Dependendo da raça (negros e índios), sexo (mulheres e homossexuais), idade (crianças e idosos) estes problemas se agravam.

Analizando somente a questão da violência, desde os anos 90, as armas de fogo mataram quase o mesmo número de pessoas que os acidentes de trânsito no Brasil. Ao longo da década de 1990, o número de mortes por armas de fogo cresceu substancialmente no País superando as mortes por acidentes de trânsito no ano 2000, quando passaram a ocupar a primeira posição entre as causas externas de morte (35.028 mortes/ano). Este número revela um estado de guerra civil em nosso país.

A violência é um fenômeno complexo, sendo a sua ocorrência determinada ou influenciada por um conjunto de fatores que incluem características individuais, relacionais, comunitárias, e social. A estrutura social e as desigualdades evidenciadas através de taxas de desemprego, baixa renda e analfabetismo; o difícil acesso aos serviços públicos, tais como hospitais, escolas, e justiça; as precárias condições de vida e a alta densidade domiciliar; a ineficiência das instituições de segurança pública e judiciais; o crescimento do mercado ilícito de drogas e de organizações criminosas, são apontados por muitos pesquisadores como importantes fatores determinantes relacionados ao crescimento da violência no Brasil. Normas culturais e valores relacionados aos papéis de gênero e ao uso da violência para resolução de conflitos, bem como padrões de relacionamento e características individuais tais como traços de personalidade, uso de álcool e drogas, influenciam o cotidiano dos indivíduos e contribuem para a grande magnitude da violência por armas de fogo na sociedade Brasileira.

1.4. As perspectivas para os Direitos Humanos no Brasil

Como vimos, com o fim da Ditadura Militar (1984) e com a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil vem avançando na busca de instrumentos jurídicos, econômicos e sociais para dar conta dos seus gravíssimos problemas relativos aos Direitos Humanos. Esta busca está sendo conduzida de forma concreta nas últimas décadas principalmente pelos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são novos atores que surgem, tanto no cenário brasileiro quanto no cenário mundial. A sociedade civil busca romper com a separação tão rígida existente entre ela e o Estado nas decisões políticas. O engajamento nos movimentos sociais, nas associações e em outras formas de organização da sociedade torna-se importante elemento para a construção da cidadania e da defesa dos Direitos Humanos.

A sociedade civil organizada reúne, desde associações recreativas e desportivas até entidades filantrópicas e assistenciais. Vai muito além, no entanto, das iniciativas de voluntariado. Diz respeito também aos diversos grupos de manifestação cultural, às organizações empresariais, e as associações de defesa dos direitos humanos, incluindo as Organizações Não- Governamentais (ONGs). A sociedade civil caracteriza-se, assim, pelo pluralismo e pela heterogeneidade, dizendo respeito também aos diferentes movimentos sociais.

O movimento social pode ser definido como um grupo de pessoas, um agente coletivo, que intervêm no processo de transformação social, promovendo mudanças ou se opondo a elas. Muito mais do que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política, o movimento social questiona o modo de utilização social dos recursos materiais e dos modelos

culturais, bem como as orientações gerais da sociedade. Assim, tem uma importante contribuição no processo de democratização das relações sociais.

No Brasil, as noções de movimento popular ou social passaram a ser comumente utilizadas para denominar as ações coletivas desenvolvidas por organizações populares localizadas e específicas, com um alcance limitado de ação política (por exemplo, associações de bairro, movimentos de mulheres, organizações de defesa ambiental, etc.) Na segunda metade da década de 80, muitas dessas organizações da sociedade civil se reorientaram e passaram a participar de redes mais amplas de pressão e resistência.

As redes se expressam na articulação de movimentos sociais e culturais, seja para o engajamento em lutas conjunturais, como ocorreu durante o encaminhamento de emendas populares no processo constituinte de 1988, seja para o encaminhamento de questões de caráter mais duradouro (contra o desemprego, pela moradia, contra a violência e assim por diante).

Muitas vezes, essas redes recebem financiamento de organizações internacionais, e discutem com essas organizações prioridades e estratégias conjuntas para, por exemplo, difundir informações em outros países sobre a questão indígena, camponesa, amazônica ou do meio ambiente. É o caso, por exemplo, das organizações ligadas ao Greenpeace ou à Anistia Internacional.

Os movimentos ecológicos e de direitos humanos têm participado de redes transnacionais de informação e solidariedade, bem como de pressão institucional e cultural. Muitas vezes, essas redes servem de apoio a movimentos populares locais, de menor alcance, o que assusta os mais conservadores, que vêem tais movimentos, inicialmente pequenos, ganharem força.

É interessante perceber que as redes de movimentos sociais tendem a caracterizar-se pelo pluralismo, pois reúnem atores sociais com concepções ideológicas e simpatias partidárias variadas. Além disso, tendem a atuar no sentido da formação de novos sistemas de valores, o que se expressa na sensibilização da opinião pública para a importância da paz, da democracia, de uma vida ecologicamente saudável e contra a fome, a miséria, a discriminação, etc. Desta maneira, as redes se caracterizam como fontes de pressão não somente no campo político, mas também no campo cultural.

O Estado, por sua vez, vai ficando mais próximo, menos separado da sociedade, que passa a ter tanto ou mais poder de deliberação e decisão sobre leis e políticas públicas. Ao mesmo tempo, questões que, tradicionalmente, se restringiam à esfera privada, nunca se tornando assuntos de Estado, passam a ter outro tratamento ao serem mais constantemente debatidas na esfera pública. É o caso da violência contra as mulheres, dos direitos da criança e do adolescente, das relações entre patrão e empregado, dos direitos do consumidor, dos direitos urbanos de moradores em terrenos irregulares, do assédio sexual, da discriminação racial e sexual, entre tantas outras temáticas que vão ganhando visibilidade.

As demandas que caracterizam a realidade particular de indivíduos e grupos vão se tornando questões públicas, o que permite a defesa dos direitos, dando lugar ao surgimento de mais e mais sujeitos de direitos. A idéia de democracia, então, aproxima-se cada vez mais da idéia de sujeito, individual ou coletivo. Distancia-se, tanto do individualismo puro e simples, quanto da idéia de soberania popular, também chamada de “ditadura da maioria”. Passa a ser

compreendida como eficaz somente se protegida por um sistema político que se torne independente do Estado e, cada vez mais, animado pela sociedade civil.

A partir destes Movimentos Sociais e por pressões dos mesmos foram garantidos na Constituição de 1988, diversos instrumentos jurídicos de proteção e promoção para a defesa dos Direitos Humanos. Podemos citar como exemplos destes instrumentos jurídicos:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- O Estatuto do Idoso;
- O Estatuto do Desarmamento,
- Leis contra o trabalho infantil;
- Leis contra o trabalho escravo;
- Leis para portadores de necessidades especiais;
- Leis contra discriminação racial e de gênero;
- Lei Maria da Penha – proteção à mulher;
- Código do Consumidor.

A partir de todas essas legislações, podemos perceber o avanço brasileiro na juridificação dos direitos humanos. No entanto, como já nos alertava Bobbio: o maior problema com relação aos Direitos humanos não é filosófico, mas político, qual seja, protegê-los. Não basta estarem estatuídos; é necessário sua implementação.

Bibliografia

BEDIN, Gilmar Antônio. Os direitos do homem e o neoliberalismo. 3 ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita Cidadania e Democracia, Lua Nova, ANPOCS, São Paulo, n 33, 1994.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

BORGES, Maria de Lourdes et all. Ética. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília:MEC/SEF, 1999.

BUFFA, Éster, ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paulo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. 7º ed. São Paulo: Cortez, 1999.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectiva. In: CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Suzana. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & A, 2000.

CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Suzana. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & a, 2000.

_____. Oficinas pedagógicas de direitos humanos. 5º ed. Petrópolis: Vozes, 20002.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1), São Paulo, Paz e Terra, 2003.

_____. O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2), São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. (8 ed.) São Paulo: Cortez, 2003.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich e LASH, Scott. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna, São Paulo, UNESP, 1997.

Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. Sociedade Civil e democracia: reflexões sobre a realidade brasileira, Revista Idéias, Campinas 5(2)6(1), 1998-1999. (pp.13-42).

HORTA, Maria Del Mar Rubio. Educação em direitos humanos: compromisso com a vida. In: CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Suzana. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & a, 2000.

FABRI, Marcelo et all. (org.) Ética e Justiça. Santa Maríá, RS: Palloti. 2003.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecosocialismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

OMISTE, A. SAAVERA, LOPES, Maria Del C. e RAMIREZ, J. Formação de grupos populares: uma proposta educativa. In: CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Suzana. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & a, 2000.

SROUR, Robert Henry. Ética Empresarial. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SUCAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, Vera Maria e SACAVINO, Suzana. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: D P & a, 2000.

TUVILLA RAYO, José. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VALLS, Álvaro . M. O que é Ética. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998.

WEBER, Max. Ciência e Política. São Paulo: Ed. Cultrix, 1968.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DIREITOS HUMANOS: DAS DECLARAÇÕES INTERNACIONAIS À GESTÃO LOCAL

Milena Petters Melo²

Introdução

A política como projeto de “uma boa vida”

Reconstruindo o percurso histórico da cidadania, Alessandro Baratta evidenciava que o modelo da “política da cidadania” é uma idéia chave que atravessa toda a história da civilização ocidental e encontra sua grande expressão na idéia e na realidade da polis na Grécia Clássica, em Atenas, no século V antes de Cristo. Observava o Professor que o projeto da polis vem expresso desde Platão, o grande filósofo do Iluminismo ateniense daquele tempo, com uma fórmula simples e elementar: “uma boa vida”; é na polis, com a cidadania como profissão política, que é possível, segundo Platão, construir as condições morais, econômicas e culturais para viver bem³. Nesta perspectiva, a política – e o direito que mantém com esta relações de condicionamento recíproco – não é a administração do status quo: é a realização de um “projeto”. A norma que imprime a dimensão do projeto são os direitos humanos consagrados nas convenções do direito internacional e os direitos fundamentais reconhecidos

² Doutora em Direito pela Università degli Studi di Lecce – Itália; formação em Direitos Humanos pelo *Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, San José da Costa Rica. Professora Convidada no Programa de Pós-graduação em Direitos e Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Brasil. Pesquisadora do Centro de Pesquisas sobre as Instituições Europeias – CRIE, junto à Universidade Suor Orsola Benincasa de Nápoles, Itália. Pesquisadora do Instituto Internacional de Estudos e Pesquisas sobre os Bens Comuns – IISRBC, Paris, França. Membro da Associação para Estudos Jurídicos sobre a Imigração – ASGI/Campania, Itália. Membro do Grupo de Pesquisa Ética e Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Brasil. Foi Professora Assistente do Departamento de Direito Constitucional Italiano e Comparado da Universidade Federico II de Nápoles, Itália; cultora do Curso de Direitos Humanos na *Laurea Specialistica* em Inovação e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências da Comunicação, Universidade *La Sapienza* de Roma, Itália; pesquisadora do Network UE *Immaginare l'Europa*, do *Istituto Italiano per gli Studi Filosofici* e do *Institut fur Rechts und Sozialphilosophie Universität des Saarlandes* – Saarbrücken, Alemanha.

³ BARATTA, Alessandro. *Direitos Humanos e políticas públicas*. Texto apresentado na Conferência Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 1998.

nas constituições dos Estados – projeções normativas da defesa da vida e da dignidade humana.

A partir dos anos 70, com a crescente relevância que a questão ambiental passou a ter no debate político, a comunidade internacional, e transnacional, amadureceu a idéia de desenvolvimento sustentável, integrando aos direitos da pessoa e do gênero humano – inclusive às futuras gerações – garantias relativas à qualidade da vida e à preservação do ambiente; um quadro normativo enriquecido pela paulatina positivização da tutela ambiental nas Constituições de diversos Estados e nas legislações específicas dos diferentes âmbitos, nacionais, regionais ou locais. O “projeto” político, assim, passou a ser caracterizado por ulteriores elementos de complexidade, envolvendo riscos diretamente coligados às escolhas de governo cotidianas e à necessidade de uma planificação estratégica de médio e longo prazo nos diferentes níveis, à qual todos são chamados a participar e contribuir com soluções inovativas e eficazes.

Examinando a questão ambiental e a evolução normativa do desenvolvimento sustentável no plano das relações internacionais e mais especificamente no sistema das Nações Unidas, o percurso teórico que segue inspira-se no trabalho apresentado no Congresso Mundial de Filosofia do Direito e Filosofia Social, realizado em Pequim, no ano passado⁴, e focaliza a mobilidade do fundamento da proteção ambiental, de modo a evidenciar as interações entre os direitos humanos e sustentabilidade sócio-ambiental, políticas públicas, governance e participação democrática: temáticas interdependentes que se apresentam cruciais para cobrir a distância hoje existente entre as leis e os direitos efetivos, seja no plano internacional que local. Na intenção de contribuir para a reflexão sobre a planificação estratégica e participativa e as modalidades de gestão para o desenvolvimento sustentável, a parte final se concentra na questão das metodologias organizacionais, particularmente nos princípios da “comunidade indagante”, da “democracia deliberativa” e do “confronto criativo”.

2.1. A questão ambiental e a evolução normativa do desenvolvimento sustentável.

É a partir das décadas de 60 e 70 que cresce em relevância a questão ambiental no plano internacional. Nesse período nascem as primeiras associações ambientalistas: World Wildlife Fund (1961), Friends of the Earth (1969), Greenpeace (1971); e são adotadas as primeiras medidas normativas importantes para a proteção ambiental, entre as quais se destaca o National Environmental Protection Act (Nepa-1969), que marca um momento de mudança de direção para a legislação norte-americana, e que passará a ser fonte de inspiração para muitos outros países⁵.

⁴ Cf. MELO, Milena Petters. “*Intangible Heritage preservation and environmental sustainability in global cities: sustainable development, human rights and citizenship*”. Texto apresentado no Special workshop: “*Efficiency, Sustainability, and Justice to Future Generations*” – Congresso Mundial de Filosofia do Direito e Filosofia Social (XXIV World Congress of Philosophy of Law and social Philosophy in Beijing - IVR World Congress, 15-20 September 2009), Pequim, China, 16.09.09.

⁵ Estas considerações sobre a evolução normativa do desenvolvimento sustentável segue o percurso analítico traçado por Francesco La Camera, em *Corso Introduzione allo sviluppo sostenibile*, um conjunto de textos que integraram o material didático do Master Manager per lo Sviluppo Sostenibile, FORMAMBIENTE, Nápoles/São Paulo, 2007.

Neste mesmo período é lançada, por iniciativa do Club de Roma – uma associação voluntária, formada em 1968, por um grupo internacional de trinta profissionais, entre cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários de Estado – uma reflexão sobre os limites do desenvolvimento e do crescimento econômico, em relação aos problemas ambientais e sociais. Em seguida a um encontro junto à Accademia dei Lincei, o Club de Roma encarrega um grupo de pesquisadores de realizar um estudo, junto ao Massachusetts Institute of Technology (Mit), para indagar as causas e consequências, a longo prazo, do crescimento de cinco fatores determinantes: população, capital industrial, produção de alimentos, consumo de recursos naturais e poluição. Os resultados deste estudo foram publicados em 1972, em New York, com o título “The Limits to Growth” (os limites do crescimento).

A evolução dos fatores considerados, se mantido o modelo de desenvolvimento, alcançaria no lapso temporal de um século, os seus limites, com um repentino e incontável declínio do nível da produção e do sistema industrial; por isso era necessário modificar tal linha de crescimento, optando por um modelo de desenvolvimento com base na estabilidade ecológica e econômica. Estas, em síntese, as conclusões do relatório que animaram o debate nos anos sucessivos.

A partir de então, a relação entre economia e ambiente e a necessidade de preservar a qualidade dos recursos naturais passa a ocupar um espaço central na agenda internacional, que culminará na histórica Conferência de Estocolmo, em 1972.

A Conferência de Estocolmo

Trata-se da primeira Conferência das Nações Unidas em escala mundial sobre as temáticas ambientais, ocasião em que foi adotada uma Declaração.

Dentre os princípios elencados na Declaração, encontra-se o conceito de responsabilidade para a proteção do ambiente e da conservação dos recursos naturais, em relação às futuras gerações. É reconhecida a necessidade de introduzir a tutela ambiental nos programas de desenvolvimento e de adotar medidas integradas e coordenadas na administração dos recursos, de modo a assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a necessidade de proteger e melhorar o ambiente.

De fato, os princípios da Declaração contêm elementos contraditórios, decorrentes das diferentes aspirações dos diversos países signatários. Junto com a intenção de priorizar a questão ambiental, vinha expressa, por parte sobretudo dos países do terceiro mundo, a prioridade de colocar em primeiro plano o desenvolvimento sem condições limitativas – com o crescimento e maior riqueza se poderia, então, dar a devida atenção às questões ambientais.

A Declaração marca, todavia, uma passagem histórica: a resolução sobre os aspectos institucionais e financeiros, que recomenda à Assembléia Geral das Nações Unidas a criação do “Governing Council”, ao fim de guiar o horizonte político da direção e coordenação dos programas ambientais no âmbito do sistema ONU, abre a estrada ao nascimento do Programa para o ambiente das Nações Unidas (Unep).

Numerosas outras circunstâncias contribuíram para chamar a atenção sobre as temáticas ambientais e enriquecer o debate em torno ao desenvolvimento: grandes catástrofes ambientais, incidentes industriais, problemas com a radioatividade de usinas nucleares, como por exemplo o incidente com um petroleiro no Golfo do México (1979) e o incidente nuclear de Chernobyl (1986), entre outros. De frente a estas circunstâncias dramáticas, seguidas no tempo por numerosas catástrofes naturais, causadas sobretudo por terremotos ou inundações, a opinião pública foi capturada pelas campanhas de informação, promovidas pelas associações ambientalistas.

As implicações políticas e o problema de definir o desenvolvimento sustentável

Um aspecto particularmente problemático do debate que se seguiu às conclusões do relatório sobre os limites do crescimento, era ligado às implicações “políticas” do mesmo: questionava-se se o relatório deveria ser um convite para rever a exploração dos recursos naturais nos países pobres, pelos países ricos, ou se, de fato, evidenciava a necessidade de formas mais avançadas de imperialismo⁶.

Mas o aspecto mais relevante tocava as relações críticas, evidenciadas pelo relatório, entre crescimento económico e ecossistema, onde a necessidade do crescimento encontrava o limite dos recursos disponíveis e colocava em jogo a razão de fundo do funcionamento do sistema económico dominante, baseada no crescimento sem limites através da opção pelo mercado livre.

Em 1980 foi lançado, pelo Council of Environmental Quality (Ceq), por encomenda de Jimmy Carter, um relatório sobre as perspectivas globais para o ano 2000. Este relatório, coordenado por Gerald Barney, nas conclusões afirmava que:

“se continuarem as tendências atuais, o mundo no ano 2000 será mais populado, mais poluído, menos estável ecologicamente e mais vulnerável à destruição do que o mundo no qual vivemos agora. As graves dificuldades nas relações entre populações, recursos e ambiente, progridem visivelmente. Não obstante o aumento da produção global, sob muitos aspectos a população mundial será mais pobre no futuro. Para centenas de milhares de pessoas, desesperadamente pobres, as possibilidades de se alimentar e de satisfazer outras necessidades vitais não melhorarão, e em muitos aspectos irão piorar.

Salvo progressos revolucionários da tecnologia, a vida para a maior parte das pessoas na Terra será mais precária no ano 2000, a menos que as nações do mundo realizem ações decisivas para modificar o andamento atual”.

Nos anos seguintes, o debate passa a ser alimentado pela crescente atenção da comunidade científica às inter-relações entre os sistemas económicos e ecológicos.

⁶ Para uma análise crítica e eficaz das diferentes conotações que assumiu o tema do desenvolvimento na história recente e suas implicações no cenário político e no debate internacional, v. SACHS, Wolfgang. *The development dictionary – a guide to knowledge as power*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1993. London & New Jersey: Zed Books Ltd, 1993 (3 ed).

No que concerne em particular à economia, desenvolveu-se rapidamente uma nova disciplina, a economia ambiental, com o escopo de estudar o impacto da economia sobre o ambiente, e as modalidades apropriadas para regular a atividade econômica, de modo a balancear os objetivos econômicos e ambientais com outros objetivos sociais.

Na trilha destes acontecimentos, o direito ambiental passou a ter uma maior relevância entre as disciplinas jurídicas.

Na direção de sentido da Declaração de Estocolmo, as atenções para a proteção da qualidade ambiental e a responsabilidade em relação às futuras gerações, passam a ser acompanhadas pelas demandas sociais que, em conjunto, impõem um esforço para um projeto que mira ao futuro, assegurando a continuidade do crescimento econômico, a proteção ambiental e uma melhor distribuição dos benefícios nos países em via de desenvolvimento. Este projeto, que atribui igual importância às dimensões econômica, social e ambiental, ganha forma no conceito de “sustentabilidade” ou de “desenvolvimento sustentável”.

Na história recente, de fato, poucos conceitos atraíram tanta atenção política, popular e acadêmica como o conceito de desenvolvimento sustentável.

A definição mais difusa de desenvolvimento sustentável é decididamente aquela contida no relatório Brundtland (1987) que define “sustentável” o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a possibilidade que também as futuras gerações possam satisfazer as próprias necessidades, delineando a sustentabilidade como uma estratégia de desenvolvimento que coloca em relação diferentes elementos – os recursos naturais e humanos, os aspectos físicos e financeiros – para o incremento da riqueza e do bem-estar, pensado a longo prazo.

Como objetivo, portanto, o desenvolvimento sustentável afasta as políticas e as práticas que mantêm os atuais standards de produção e consumo, que deteriorando a base produtiva e os recursos naturais, deixam as futuras gerações com projeções mais pobres e com maiores riscos.

No que concerne às necessidades, a definição do Relatório Brundtland se refere, em particular, às necessidades dos pobres do mundo e inclui a idéia dos limites, da capacidade tecnológica e das organizações sociais, no que se refere à possibilidade de que o ambiente satisfaça as necessidades atuais e futuras.

Pensando aos objetivos do estudo em andamento, é oportuno sublinhar que o conceito de desenvolvimento sustentável, evidenciando a distinção entre elementos quantitativos (por ex. o mero crescimento do PIB) e elementos qualitativos, se abre a considerações sobre o nível dos serviços e a garantia efetiva de direitos, como por exemplo a saúde e a educação, e introduz valores éticos: a justiça, a liberdade, a relação com a natureza e as futuras gerações, etc. Comporta, portanto, uma visão de mundo, e de futuro do mundo, que engloba o plano pessoal e a esfera da comunidade. O conceito de sustentabilidade assume, assim, um caráter ao mesmo tempo analítico e dialético, e por isso aberto, ambivalente e em construção.

Para a definição das conotações e dos reais significados do desenvolvimento, passam a contribuir e concorrer “agências para o desenvolvimento”, governos, analistas, movimentos sociais, ONGs, associações, etc., coligando e reforçando as interações em

diferentes âmbitos: locais, nacionais, regionais, internacionais e globais. Um processo de crescente abertura à participação dos diferentes atores, que levará à Conferência Mundial do Rio de Janeiro, em 1992.

Uma outra observação necessária segue no sentido de sublinhar que algumas importantes Convenções sobre ambiente, foram estipuladas antes da Conferência mundial do Rio de Janeiro, 1992, dentre as quais se destacam: a Convenção internacional sobre a regulamentação da caça às baleias (Washington, 1946); a Convenção da Organização Marítima Internacional, sobre a segurança nos mares e a prevenção da poluição; Convenção sobre as zonas úmidas de importância internacional, habitat dos pássaros aquáticos (Ramsar, 1971); Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural mundial (Paris, 1972, Unesco); a Convenção sobre a poluição atmosférica transfronteiriça a longa distância (Genebra, 1979); Convenção sobre o direito do mar (Montego Bay, 1982, ONU); Convenção sobre o controle dos movimentos transfronteiriços dos resíduos perigosos (Basilea, 1989); Convenção sobre a avaliação do impacto ambiental no contexto transfronteiriço (Espoo, 1991); Convenção sobre os efeitos transfronteiriços dos incidentes industriais (Helsinki, 1992).

Junto a estas Convenções estreitamente ambientais é oportuno ter presentes, pensando-se ao quadro normativo internacional do desenvolvimento sustentável, além da histórica Declaração universal sobre os Direitos Humanos (1948) e os Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966 (Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos e o Pacto Internacional sobre os direitos sociais, econômicos e culturais) a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (ONU, 1986), a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (1979) e a Convenção sobre os direitos da infância (New York, 1990).

A Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e o desenvolvimento (Unced), ECO 92 – Rio de Janeiro

A ECO 92 marca uma nova fase das relações internacionais em questão de sustentabilidade. Com a crescente conscientização sobre a seriedade das questões relativas aos limites do crescimento econômico e com uma emblemática tomada de posição por parte da comunidade internacional, pela primeira vez, chega-se à definição de um conjunto de ações globais.

Na ocasião foram aprovados 3 documentos fundamentais (a Declaração do Rio sobre o ambiente e o desenvolvimento; a Declaração sobre “Princípios das florestas” e a Agenda 21) que definem uma visão conjunta e complexa dos temas ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento e que é ainda hoje atual para as ações internacionais relativas a esses temas.

Foram também adotadas duas importantes Convenções: a Convenção sobre a biodiversidade e a Convenção quadro sobre as mudanças climáticas.

Do ponto de vista da governance internacional, uma importante novidade foi a criação da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (Csd).

De fato, a Assembléia Geral das Nações Unidas tinha chamado uma conferência mundial para formular estratégias integradas que neutralizassem ou pudessem inverter o impacto negativo das atividades humanas sobre o ambiente físico, e aptas a promover um desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável em todos os países. A organização da Agenda 21, as decisões tomadas, as Declarações e Convenções aprovadas, que refletem o complexo debate sobre a sustentabilidade, representam a resposta, da Conferência do Rio, ao mandato recebido.

Depois da ECO 92, foram aprovados diversos acordos globais e multilaterais com base regional, sobre as temáticas relativas ao desenvolvimento sustentável. Entre estes, e dentre os mais importantes, encontra-se o Protocolo de Kyoto (1997) à Convenção quadro das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, a Convenção de Aarhus (1998) e a Declaração do Milênio das Nações Unidas (UN Millennium Declaration, 2000)

Com o Protocolo de Kyoto os países industrializados se comprometeram a reduzir, até o período de 2008-2012, os total das emissões dos gases que incidem sobre o efeito estufa, de ao menos 5% em relação aos níveis de emissões de 1990.

A Convenção de Aarhus trata do acesso às informações, da participação dos cidadãos e do acesso à justiça em matéria ambiental, tendo sido definida pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, como o “âmbito mais ambicioso na área da democracia ambiental”. A Convenção é o primeiro instrumento de direito internacional que atua o princípio 10 da Declaração do Rio e constitui uma pedra basilar do processo de integração dos direitos humanos com as questões ambientais.

A Declaração do Milênio das Nações Unidas (UN Millennium Declaration, 2000) se propôs a elencar os valores sobre os quais deveriam se fundar as relações internacionais do terceiro milênio, indicando uma série de ações, objetivos e targets a serem alcançados em diversos setores relacionados com o desenvolvimento sustentável – que foram sucessivamente retomados no Plano de Ação de Johannesburg.

O Summit Mundial para o desenvolvimento sustentável, Johannesburg – 2002

Foi uma decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas que a revisão da atuação da Agenda 21, passada uma década da ECO92, fosse realizada em forma Summit, contando, portanto, com a participação de Chefes de Governo e de Estado, a fim de revigorar o compromisso global para um desenvolvimento sustentável.

Os principais outcomes desta Assembléia foram: A Declaração de Johannesburg sobre o desenvolvimento sustentável; o Plano de atuação e o estabelecimento de partnership entre governos e outras instituições de representação e portadoras de interesse, incluindo nestas parcerias empresas, associações e ONG's.

A Declaração de Johannesburg retoma os preceitos maturados na comunidade internacional, coligando os eventos de Estocolmo (72) e do Rio (92). Efetivamente, em matéria de desenvolvimento sustentável, ainda que com algumas novas referências a eventos recentes como a globalização, a dramática difusão da Aids, etc., Johannesburg é fortemente

ancorada e constrói sobre as bases da Agenda 21, reafirmando os compromissos assumidos no Rio.

No entanto, as bases dos acordos e do plano de atuação, fundados no reconhecimento que o futuro está no multilateralismo, foram rapidamente demolidas na ocasião dos eventos dramáticos no Iraque, que a comunidade internacional não conseguiu evitar e não foi capaz de conduzir nos termos e na sede da Organização das Nações Unidas.

Importantes observações defluem da Declaração:

- a. o profundo contraste que divide a sociedade humana entre ricos e pobres constitui uma séria ameaça à estabilidade, à segurança e à prosperidade global;
- b. a globalização está dando novas dimensões aos desafios do desenvolvimento sustentável, pois os benefícios e os custos da globalização não são equamente distribuídos nas diferentes regiões do planeta;
- c. a falta de uma atuação capaz de provocar mudanças efetivas nas condições de vida das populações que sofrem mais as disparidades globais, pode induzir os pobres do mundo a perder a confiança nos sistemas democráticos;
- d. o setor privado tem o dever de contribuir para a evolução de comunidades e sociedades mais igualitárias e sustentáveis; e deve atuar na aplicação de regras transparentes e estáveis para a contabilidade societária;
- e. é necessário melhorar e reforçar a governance em todos os níveis, para a efetiva atuação da Agenda 21, dos objetivos do desenvolvimento e do Plano de atuação de Johannesburg;
- f. são necessárias instituições multilaterais e internacionais mais eficazes, democráticas e responsáveis .

Além disso, os países desenvolvidos que ainda não tinham realizado esforços concretos para atingir os parâmetros concordados em sede internacional no campo da Official Development Assistance (0,7% do Pib para ajuda ao desenvolvimento) foram solicitados a fazê-lo em tempo breve. E foi sublinhado o apoio ao nascimento de alianças e coalisões mais fortes no âmbito local, para a promoção e controle dos progressos em termos de desenvolvimento sustentável.

Um acordo semântico e político para o desenvolvimento sustentável

A partir de Johannesburg ganha sempre maior espaço uma concepção mais ampla e mais complexa de desenvolvimento sustentável, que pode ser traduzida nos seguintes termos: sustentável é o modelo de desenvolvimento que mira à eliminação da pobreza, à melhoria dos standards nutricionais, da saúde e da educação, garantindo um adequado acesso aos serviços e aos recursos (energia, água, etc.), eliminando progressivamente as disparidades globais e as desigualdades na distribuição de renda; assegurando iguais oportunidades entre os sexos e

aos jovens, promovendo modelos de produção e de consumo que respeitem as exigências de proteção e gestão dos recursos naturais; que garanta a paz, a segurança, a estabilidade e o respeito dos direitos humanos, também mediante o empowerment da governance em todos os níveis, e promova a ajuda ao desenvolvimento, em quantidade e qualidade, por parte dos países mais desenvolvidos e através da cooperação internacional.

Nesta perspectiva, a falta de um acordo claro sobre o governo dos recursos alimenta a ambiguidade de fundo que vem caracterizando os processos de globalização e os discursos sobre e as políticas para o desenvolvimento sustentável, e coloca em risco os objetivos sócio-econômicos pré-fixados pela comunidade internacional em diferentes documentos internacionais.

De fato, enfatizando as disparidades em termos de crescimento econômico e fazendo uso da propalada metáfora da “torta a ser dividida”, pode parecer que somente um significativo crescimento da torta à disposição poderá assegurar que as fatias, distribuídas aos países em desenvolvimento, encontre a satisfação dos elementos caracterizantes da sustentabilidade que deflui dos documentos internacionais. De modo generalizado, e generalizante, é esta ainda a filosofia proposta pelo Banco Mundial quando afirma, mesmo reconhecendo os próprios erros do passado, que o desafio é “o crescimento da renda e da produtividade demandado nos países em desenvolvimento, para eliminar a pobreza de um modo que seja ambientalmente e socialmente sustentável”. Contudo, esta “filosofia” evita questionar, no conotar a necessidade da sustentabilidade ambiental, sobre a possível existência de eventuais limites ecológicos a este crescimento.

E é exatamente neste ponto que a questão do desenvolvimento sustentável se abre para a qualidade da participação democrática, informada e responsável. Com o reconhecimento de novos sujeitos de direito, no âmbito das jurisdições dos Estados e no plano internacional, com os acordos multilaterais e com os sempre mais frequentes contatos e relações interculturais, os diferentes sujeitos reclamam pelo reconhecimento de suas especificidades no modo de compreender os problemas relativos ao desenvolvimento sócio-ambiental e humano. E reivindicam espaços para poder participar mais ativamente nos processos de regulamentação, elaboração e atuação das políticas públicas; e fiscalização do bom andamento destes processos, na defesa de interesses e direitos que, nesse contexto, são de todos e de cada um.

Desenvolvimento sustentável e direitos humanos: uma abordagem integrada

Hodiernamente, considerando os princípios da Declaração do Rio, de 1992, e os êxitos do Summit de Johannesburg, de 2002, não é complicado compreender uma abordagem integrada aos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, que abraça um elenco articulado de direitos emanados para a proteção dos recursos naturais e humanos, e prioriza a luta contra a pobreza, o respeito ao direito de autodeterminação dos povos, a promoção e proteção dos direitos civis, sociais, econômicos, culturais e políticos e que valoriza a diversidade cultural como fonte de inovações, indispensável à good governance e à sustentabilidade sócio-ambiental.

Ao fim desta breve análise, e tomando em consideração também os documentos internacionais emanados da década de 1960 a hoje, em tema de direitos humanos, ambiente e proteção do patrimônio natural e cultural, é possível observar uma gradual abertura cognitiva que sublinha a multidimensionalidade destes temas – caracterizados por aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais – e a tendência de evidenciar as conexões e recíprocas relações de interdependência e reforçamento⁷. Este “patrimônio jurídico comum”, amadurecido no plano internacional, em grande parte dos Estados democráticos é previsto na Constituição e foi incorporado pela legislação.

Hoje portanto, não é mais possível pensar a sociedade e as políticas públicas sem levar em consideração a complexidade da temática do desenvolvimento sustentável nas suas multifacetadas dimensões – ecológica, econômica, social, cultural – e nas suas repercussões nos diversos níveis: global, nacional, regional e local. E posto que a semântica do “desenvolvimento” permanece ligada ao crescimento econômico, alguns autores e movimentos sociais preferem usar a terminologia “sustentabilidade sócio-ambiental”.

2.2. Do global ao local: governance, planificação estratégica e confronto criativo

Um problema de efetividade ou de eficiência?

Mas não obstante o quão interessante podem ser, e são, estas evoluções normativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável no plano internacional e dos direitos fundamentais concernentes à temática, no contexto dos Estados Democráticos de Direito – cujo garantismo ambiental leva a se falar de um novo modelo de Estado, o “Estado de bem-estar ambiental”⁸ –, é quando se pensa na concretização destes direitos, princípios e regras de promoção e proteção, que a questão se torna muito mais complexa.

Na era da globalização e da hegemônica presença dos mercados, a efetividade dos direitos é muitas vezes substituída pelo princípio da eficiência econômica. A predominância de interesses monetários acentua os aspectos negativos do capitalismo, como desigualdade de renda mundial, mercados de trabalho instáveis e degradação ambiental. Além disso, a consequente queda das atividades econômica e financeira levanta sérias dúvidas sobre o que

⁷ Esta observação resulta evidente nos documentos mais recentes, como a Declaração sobre Direitos Humanos de Viena (ONU, 1993), a Declaração Universal sobre a diversidade cultural (UNESCO, 2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial (UNESCO 2003), a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (UNESCO, 2005) ou a Carta da Terra (Comissão da Carta da Terra, 2000).

⁸ Rogério Portanova refere o “Estado de Bem-Estar Ambiental” como “um Estado que resgate as conquistas do Estado de Bem-Estar Social, tratando de seus excessos, porém baseado no quadro mais geral da sustentabilidade”. Cf. PORTANOVA, Rogério. *Direitos humanos e meio ambiente: uma revolução de paradigma para o século XXI*, ILHA - Revista de Antropologia, p. 69. E uma leitura indispensável, sobre o garantismo ambiental no constitucionalismo brasileiro e no direito comparado, é a obra CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato (org.). *Direito Constitucional Ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007.

é comumente reconhecido como aspecto positivo do capitalismo: a capacidade de gerar riqueza⁹. Porque a riqueza produzida tem provado ser ilusória, como demonstrou a crise econômica que recentemente atingiu diferentes regiões do planeta e que continua a surtir efeitos, evidenciando a urgência de repensar os modelos do desenvolvimento, colocando o homem e seu ambiente do centro das prioridades.

Ao mesmo tempo, quando se trata da sustentabilidade sócio-ambiental e da defesa do patrimônio natural e cultural, se faz referência a vínculos com o futuro, perspectivas que ainda estão por projetar: um programa ambicioso que requer competência técnica, curiosidade epistemológica, criatividade e auto-responsabilidade.

Sinergias e governance

É por isso que os planos de ação e os esforços nos diferentes níveis – internacional, nacional e local – seguem no sentido de criar informação, conscientização, cooperação e sinergias. Promovendo o intercâmbio de “good practices” (exemplos práticos de iniciativas bem sucedidas) e fomentando um diálogo multidisciplinar e pluralista, entre os diferentes campos do saber e os diversos setores da sociedade – o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil –, mirando a uma planificação estratégica que tenha em conta a complexidade destas temáticas e os riscos envolvidos.

Em síntese, este é o núcleo principal das teorias da governance: uma nova concepção de cidadania, concebida em termos de participação democrática, que atua em cooperação com os órgãos governativos e no quadro da normatividade do Estado (government) em prol da salvaguardia dos interesses coletivos e difusos para a satisfação das demandas sociais, superando a distinção clássica de espaço público e privado, entre Estado e sociedade civil; ou seja a participação de grande parte dos sujeitos envolvidos nos problemas do território (e quando possível de todos os sujeitos) nos processos de decision-making, na tomada de decisões, na elaboração das políticas públicas e dos planos de ação para a melhoria da qualidade de vida no espaço social.

Planificação estratégica e modalidades de gestão

Contudo, neste cenário de abertura da participação política e administrativa a novos sujeitos, surge o interrogativo de como estimular e garantir, na prática cotidiana da gestão dos problemas da comunidade, a participação do maior número de cidadãos e criar as condições para uma otimização dos resultados – e ao mesmo tempo neutralizar os riscos de decisões tecnocráticas¹⁰ e/ou de uma instrumentalização dos interesses privados dos lobbies¹¹.

⁹ IKEDA, Daisaku. *2009 Peace Proposal. Toward Humanitarian Competition: A New Current in History*. Soka Gakkai International - United Nations Organization, January 26, 2009.

¹⁰ Sobre o risco da tecnocracia, em particular da tecnocracia econômica, substituir-se à efetividade de direitos, v. AMIRANTE, Carlo. *Dalla forma Stato alla forma mercato*. Torino, Giappichelli, 2008.

Para contribuir para a eficiência do diálogo participativo na gestão das políticas públicas, podem ser oportunos dois desenvolvimentos teóricos relacionados às metodologias organizacionais, respectivamente: os princípios da “comunidade indagante” e a “democracia deliberativa”.

Comunidade indagante

No início dos anos 70, os estudos sobre as dinâmicas de grupo em ambientes complexos desenvolvidos junto ao Tavistock Institute of Human Relations de Londres e Group Dynamics Laboratory do MIT de Boston¹², revelavam que a ordem em um sistema social complexo e turbulento, pode ser obtida somente através de uma “comunidade indagante”, e concluíam que para formar uma “comunidade indagante” é necessário garantir uma situação onde:

A relação dialógica e acolhedora deixe as pessoas a vontade;

Compartilhe-se um quadro de interesses e ideais comuns, suficientemente amplo para tornar inofensivas as áreas de desacordo (que serão depois enfrentadas, mas em um clima de colaboração e de confiança recíproca);

Cada participante se sinta e seja visto pelos outros como um co-protagonista.

Procedimentos e metodologias

Os estudiosos destes grupos de pesquisa organizaram um elenco de procedimentos e metodologias para chegar a boas decisões em ambientes complexos, que foi aplicado a título experimental em escritórios e fabricas, nas escolas e na planificação do território, em colaboração com industriais e órgãos políticos nacionais e locais.

Entretanto, o obstáculo principal da aplicação de tal metodologia, era que mudar as formas de governo implica mudar as formas de autoridade que dão sustentação ao governo,

Por outro vértice, sobre os riscos dos excessos tecnocráticos de juristas e juizes, v. HISCHL, Ran. *Towards Juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism*. Harvard University Press, 2004.

¹¹ A propósito Alberto Lucarelli chama a atenção para um necessário redimensionamento do quadro dos possíveis efeitos benéficos da participação na ação administrativa. O juspublicista italiano observa que, de fato, os valores democráticos contidos no instituto da participação perdem espaço quando o pluralismo difuso, não depurado por elementos de compensação da situação objetiva dos sujeitos e interesses em jogo, e portanto substancialmente não equitativo, dá origem a fenômenos lobbísticos provenientes de grupos de pressão organizados e/ou cria um confucionismo social caracterizado pela soma de interesses individuais heterogêneos que podem desviar a administração pública das finalidades públicas e sociais. LUCARELLI, Alberto. “*La partecipazione al procedimento amministrativo tra democrazia e disordine sociale.*” in *Politica del Diritto*, v. XXXIV, n.1, Il Mulino, março 2003, p.130.

¹² Sobre o argumento v. AAVV. “*Rifondare la Città*” in *Newton*, ano 14, n° 2, RI.DO edit., pp. 48-69.

ou seja, mudar hábitos profundamente radicados relativos ao sentido que o sujeito tem de si mesmo e dos outros. Substancialmente os resultados das intervenções, mesmo quando apresentavam um sucesso extraordinário, “não duravam”, tão logo o clima da experimentação se atenuava, as pessoas retornavam aos hábitos precedentes¹³.

E quando se fala em políticas públicas para a sustentabilidade sócio-ambiental esta questão é evidente, pois uma planificação estratégica requer uma mudança dos hábitos cotidianos tanto dos governos quanto dos cidadãos, iniciativas que podem ser mais simples ou ambiciosas, porém igualmente necessárias, visto que uma melhor qualidade de vida no planeta envolve ações que vão desde a participação nos Summits e Conferências internacionais para o meio-ambiente, até a decisão de reduzir as luzes acesas no escritório ou em casa, reduzir a temperatura do ar condicionado, optar por um carro menos elegante mas mais econômico ou mesmo escolher a bicicleta, separar o lixo, re-usar, reciclar. Trata-se de necessárias transformações em todos os níveis, desde a decisão pelo plano energético do país, o urbanismo da cidade, o transporte usado para ir ao trabalho, a merenda da escola, até as escolhas de consumo e do tempo livre que pode privilegiar atividades mais saudáveis e um modelo de turismo ambientalmente sustentável.

Democracia deliberativa

Os estudos sobre a democracia deliberativa nas estratégias de governance, desenvolvidos nos Estados Unidos, oferecem instrumentos interessantes para facilitar o enraizamento de práticas mais profícuas à participação democrática em sistemas complexos.

O conceito de **Democracia deliberativa**¹⁴ propõe uma evolução da democracia representativa clássica sobre a base de três princípios:

1. a diferença entre “opiniões brutas e opiniões informadas”, evidenciada com o método da “sondagem deliberativa” (de James Fishkin, Stanford University);
2. o princípio da maior eficácia das decisões inclusivas (de Scott Page do Cal Tech, LA, California); e
3. “approach do confronto criativo” (de Lawrence SussKind, Harvard e MIT, Boston).

¹³ *Idem*, p. 51-52.

¹⁴ Sobre a qual poderia ser interessante traçar um paralelo com a democracia participativa e a experiência de Porto Alegre, tanto em relação ao orçamento participativo, quanto ao Fórum Social Mundial.

O direito de exprimir opiniões informadas

James Fishkan demonstrou que as respostas a uma pesquisa estatística, de um grupo de indivíduos escolhidos casualmente, mudam radicalmente (mais de 60% dos entrevistados mudam de idéia) se estes mesmos indivíduos são postos em condição de discutir entre eles e recolher informações sobre o tema da sondagem.

Que as pesquisas de opinião não revelem o que as pessoas “pensam”, já se sabia, mas a “sondagem deliberativa” dá um passo a frente, defendendo o direito dos cidadãos de serem colocados em condições de exprimir “opiniões informadas”.

A inclusão

Scott Page demonstrou que, apresentando o mesmo problema a dois grupos, um composto exclusivamente de experts e outro “variado” na sua composição – no qual se encontrem representada todas as diferentes posições das pessoas envolvidas no problema, ou que se interessam pelo argumento –, o segundo grupo chega sistematicamente a soluções mais eficazes, tangíveis e duradouras – em síntese: melhores.

AAVV. “Rifondare la Città” in Newton, ano 14, nº 2, RI.DO edit., abril 2010, pp.48 a 69.

AMIRANTE, Carlo. Dalla forma Stato alla forma mercato. Torino, Giappichelli, 2008.

A diferença entre os dois grupos, naturalmente, é que o segundo grupo engloba também os experts, e o primeiro grupo apenas estes. Ou seja, a inclusão é uma tática vencedora¹⁵.

O “confronto criativo”

A abordagem do confronto criativo consiste em uma evolução de três elementos basilares da democracia parlamentar, ou seja, o direito de palavra/de voz, o direito de contraditório e o voto por maioria, que se tornam, respectivamente: direito de ouvir, direito de colaborar na multiplicação das opções e direito ao co-protagonismo na invenção de novas soluções. Nesta evolução, através da valorização da interatividade e circularidade da comunicação, o direito de ouvir implica o direito de palavra, mas soma a este o direito à

¹⁵Dois exemplos diferentes mas eficazes da falibilidade da “tecnocracia” : 1. o Tratado de Lisboa e o sucessivo referendo sobre a constituição da União Européia, que não foi aprovado pelos cidadãos franceses e holandeses; 2. O novo projeto do plano diretor da cidade de Florianópolis, que não respeitou as decisões tomadas pelas assembleias comunitárias, e nem mesmo o alerta dos cidadãos para os vínculos de proteção ambiental mínimos exigidos em áreas de profunda importância para o equilíbrio ambiental da Ilha de Santa Catarina (como a Lagoa da Conceição, por exemplo) e que naturalmente está encontrando dificuldades para ser aprovado.

consideração recíproca; assim, à luz do direito de ouvir, o direito de palavra parece uma redução, uma perda de multidimensionalidade. Analogamente, no direito à multiplicação das opções, o contraditório e as artes da argumentação são valorizados e usados numa forma diferente dos métodos tradicionais, ou seja, não são usados para demonstrar que um tem razão e o outro está errado, mas contribuem para formular de modo mais adequado as questões que consentem compreender realmente os diferentes pontos de vista, que sejam estes complementares ou divergentes. E por fim, mas não por último, a co-projeção criativa, deixa o voto de maioria como ultima ratio, último recurso a ser usado no caso divergências inconciliáveis, ou seja, no caso de insucesso do percurso dialógico.

O “confronto criativo” nasce dos estudos sobre a gestão alternativa dos conflitos e da sua aplicação às decisões públicas. No final dos anos 80 e na década seguinte esta metodologia foi usada com sucesso em situações complexas e diferentes, caracterizadas pelo conflito e diversidade dos interesses em jogo – como por exemplo, no processo de definição das diretrizes para a requalificação do estuário de San Francisco, e na definição de critérios compartilhados e transparentes sobre como usar os fundos para a campanha de prevenção da AIDS¹⁶.

Alguns exemplos good practices, ou seja, da aplicação bem sucedida desta metodologia, se encontram nas experiências dos Town Meetings, nos Estados Unidos da América e na criação e propagação da chamada Open Space Technology (OST).

Town Meeting

Em 2000 Carolyn Lukensmeyer, como responsável das políticas participativas do prefeito de Washington DC, Anthony Williams, reuniu 3000 habitantes para enfrentar os problemas da cidade, numa estratégia que envolveu num primeiro momento todos os bairros da cidade no processo de informação e sensibilização. Nascia assim o conceito de Town Meeting. Dispostos em mesas-redondas de oito pessoas por um dia inteiro, sob uma enorme tenda, todos os três mil habitantes discutiram as prioridades para o plano estratégico do Distrito, e elaboraram um elenco de propostas que foram atuadas pela Prefeitura no ano seguinte, no exercício fiscal 2001.

O principal elemento que contrinuiu para o sucesso do Town Metting, segundo sua idealizadora, foi a mudança na modalidade tradicional de organizar uma assembléia: “todos sentados em fila como soldadinhos, fala A, fala B, fala C, replica A, agora se vota, a maioria vence, a minoria descontente tentará uma virada na próxima vez” – segundo Lukensmeyer, “a receita tradicional deste tipo resulta sempre mais indigesta e improponível, uma chatice, uma frustração”. As novas fórmulas, decididamente mais apreciadas, são do tipo: “todos reunidos numa grande sala, sentados ao redor de uma série de mesas redondas, de no máximo uma dezena de lugares para cada uma; plenária-trabalho de grupo, plenária-trabalho de grupo, plenária final – onde, frequentemente se designa um comitê misto de voluntários e experts que

¹⁶ Newton, op.cit., p. 52.

traduzem as linhas-guia de um projeto específico, que será objeto de futuras reuniões em estilo análogo”¹⁷.

Após o sucesso da experiência em Washignton, Lukensmeyer fundou uma Associação, a AmericaSpeaks, que do ano 2000 até hoje organizou mais de 50 Town Mettings em partes diferentes dos Estados Unidos, envolvendo dezenas de milhares de pessoas.

Open Space Technology (OST)

Um outro exemplo de sucesso se refere à Open Space Technology (OST). Harisson Owen, que inventou esta iniciativa, conta como esta foi concebida numa tarde 1985, quando tentava esboçar a preparação de um Congresso Internacional.

Com a ajuda de alguns Martinis, meditava sobre o fato que, muitas vezes o momento mais produtivo, mesmo nos Congressos mais interessantes e bem organizados, é a hora do coffe break, um espaço-tempo no qual cada sujeito pode se dirigir ao interlocutor que deseja para falar do tema que lhe interessa pelo tempo estritamente necessário. Questionava-se sobre a possibilidade de transferir para todo o período de realização do Congresso esta dinâmica, quando que lhe vieram em mente algumas imagens, concernentes à importância da forma circular na vida de alguns povoados africanos, que ele tinha visitado na qualidade de fotojornalista. Em particular: o espaço vazio, circular, ao centro do povoado, onde os dançarinos fluíam e refluíam ininterruptamente, como ondas do mar durante cerimônias alegres; o costume destes africanos de se sentarem em círculo toda vez que surgia um problema comum para ser enfrentado. A forma circular é a representação espacial de uma reunião entre pares: não por acaso se percebe uma energia diferente entre quem está sentado em círculo e quem em uma sucessão de filas direcionadas a um palco ou cátedra. Assim, em primeiro lugar, era necessário começar predispondo as cadeiras em círculo. Em segundo, se todos estão interessados em um tema geral, como se decide de que coisa cada um pode concretamente falar, com quem e por quanto tempo? E então lhe veio em mente um quadro: onde cada um poderia escrever o título do tema ou da proposta de seu maior interesse, para depois se encontrar com as pessoas que compartilhavam do mesmo interesse, em um espaço organizado para o encontro. Para solucionar a questão sobre quando e onde se reunir, Harisson Owen conta que lhe veio em mente a imagem de um mercado público, no qual as pessoas se encontram, bebem ou petiscam algo juntas, param em um canto para negociar e trocar idéias ou notícias¹⁸.

Dialogar entre pares, privilegiando a circularidade da informação, criar um grande quadro, abrir o diálogo de forma descontraída e decidir onde e quando se encontrar: quatro meses mais tarde, os 85 congressistas que organizaram o primeiro OST decidiram repetir a experiência no ano sucessivo. Desde então o OST ganhou espaço e se difundiu em todo o mundo com uma rapidez suprema. Em 2008, quando finalmente Owen publica o texto teórico, “Wave rider. Leadership for High Performance in a Self-organizing World”, o OST já

¹⁷Carolyn Lukensmeyer *apud* Newton, op.cit., p. 52.

¹⁸ Harisson Owen *apud* Newton, op. cit., p. 53. Para maiores informações e aprofundamentos, v. H. OWEN, *Wave rider. Leadership for High Performance in a Self-organizing World*.

estava presente em 136 países. Hoje este sistema é usado pela ONU e o Parlamento Europeu, por grandes empresas e pequenas associações sem fins lucrativos, em 136 países.

Hoje também graças à internet que tornou óbvia a conexão em rede, as metodologias organizacionais, baseadas nos princípios da comunidade indagante, da democracia deliberativa e do confronto criativo, multiplicam-se por toda parte e especialmente nos grandes aglomerados urbanos.

Observações finais

Em síntese, quando se fala em sustentabilidade sócio-ambiental e políticas públicas, não se trata mais de se limitar a perguntar aos interessados “o que vocês querem?” “gostam desta solução?”, mas de criar as condições para que os atores possam se constituir em uma “comunidade indagante”, informados e predispostos à aprendizagem recíproca e coletiva. Visto que não existem receitas prontas que possam ser importadas e aplicadas de modo exclusivamente científico ou institucional e organizativo, é fundamental que o poder público esteja aberto à gestão participativa e preparado para catalizar e potencializar a contribuição dos cidadãos e dos diferentes grupos presentes no território.

Mudar as formas de governo implica mudar as formas de autoridade, subentendidas nestas formas de governo e que lhe dão sustentação. O que requer criatividade e auto-responsabilidade: no quadro da sustentabilidade sócio-ambiental todos são sujeitos de direitos e de deveres.

Um planejamento adequado para a sustentabilidade sócio-ambiental, para a proteção da vida em sociedade e da biodiversidade não reside mais dentre o conjunto das escolhas ideológicas ou éticas, privadas ou públicas: trata-se atualmente de uma necessidade real e de um desafio ineludível que se apresenta tanto no plano local quanto na esfera global. Precisamos urgentemente edificar um paradigma de relações mais gentis com a cidade, com os vizinhos, com a humanidade, nossa espécie, e com o Planeta, nossa casa.

Referências

BARATTA, Alessandro. Direitos Humanos e políticas públicas. Texto apresentado na Conferência Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 1998.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes e LEITE, José Rubens Morato (a cura di). Direito Constitucional Ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2007.

HISCHL, Ran. Towards Juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism. Harvard University Press, 2004.

IKEDA, Daisaku. 2009 Peace Proposal. Toward Humanitarian Competition: A New Current in History. Soka Gakkai International - United Nations Organization, January 26, 2009.

LA CAMERA, Francesco. Corso Introduzione allo sviluppo sostenibile – Master Manager per lo Sviluppo Sostenibile. FORMAMBIENTE, Nápoles/São Paulo, 2007.

LUCARELLI, Alberto. “La partecipazione al procedimento amministrativo tra democrazia e disordine sociale.” in *Politica del Diritto*, v. XXXIV, n.1, Il Mulino, março 2003, pp. 129-137.

OWEN, Harisson. Wave rider. Leadership for High Performance in a Self-organizing World.

PORTANOVA, Rogério. Direitos humanos e meio ambiente: uma revolução de paradigma para o século XXI, *ILHA - Revista de Antropologia*, p. 69.

3. A FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DOS DIREITOS HUMANOS EM NORBERTO BOBBIO¹⁹

Fabianny Castro Andrade²⁰

Introdução

O fato dos direitos humanos terem sido declarados como um acordo universal de todos os povos, não diminuiu as críticas a essa pretensa universalidade e sobre a possibilidade de sua fundamentação. Não podemos esquecer a realidade histórica dos direitos humanos: cada povo foi incorporando os direitos que foram sendo conquistados levando em consideração aqueles que podem ser aceitos por todas as culturas e o diferentes conflitos na sociedade. Ao reconhecermos o contexto histórico dos direitos humanos, e compreendermos cada momento do seu surgimento, estaremos reconhecendo o seu real valor, mas também suas dificuldades de fundamentação e aplicação concreta.

O filósofo ao qual se pretende utilizar ideias como exame filosófico nesse artigo é o pensamento de um grande autor e um dos mais influentes pensadores italianos do século XX, Norberto Bobbio. Tomaremos como referência a sua obra filosófica, *A Era dos Direitos*, para aprofundar a compreensão da fundamentação e aplicação dos direitos humanos. Ele reconstrói as linhas mestras das doutrinas dos direitos humanos, da evolução histórica e da atualidade.

Nesse sentido, o problema enfrentado neste artigo é: os direitos humanos não são, na prática, universais, uma vez que não são garantidos de forma universal a todos os seres humanos e são violados no mundo todo. É visível a dicotomia entre a teoria dos direitos humanos e as realidades concretas. Norberto Bobbio argumenta que não existem direitos fundamentais absolutos, que os direitos são mutáveis e o mais próprio seria afirmar que há diversos fundamentos para tais direitos.

Assim, por serem direitos que exigem o reconhecimento e a responsabilidade mútua, não depende de sua posição social, do sexo, da etnia, da raça, entre outras. Portanto,

¹⁹Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Rondônia para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Professor Dr. Giovani Lunardi.

²⁰Licenciada em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia.

Membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho/RO.

independente da cultura em que a pessoa esteja inserida, cada pessoa, em sua individualidade, pelo simples fato de ter nascido, tem direitos iguais a qualquer outro.

Para nós é difícil concordar, por exemplo, com a possibilidade da existência da discriminação feminina em diversos países, e sacrifícios humanos em ações terroristas. Nesse sentido não podemos falar em direitos universais, pois cada povo é livre para estabelecer seus próprios valores e direitos. Desse modo se torna impossível determinar um único fundamento absoluto dos direitos humanos.

Do ponto de vista da promoção dos direitos humanos que é amplo, dada a sua expressão de proteção da dignidade da pessoa humana, vale também para as questões internacionais, pois sua expansão resulta na afirmação dos direitos humanos pelas lideranças políticas de cada Estado, assim seu desenvolvimento depende não só da ação adequada de autoridades políticas, mas também nas lutas políticas nos mais diversos níveis.

Não podemos deixar de citar a preocupação de muitos ativistas dos direitos humanos em manter vivo o debate e as reflexões sobre o tema, tendo em vista sua importância na efetivação. Sabemos que todos os seres humanos são aptos a usufruírem igualmente de direitos, mas não tem um exercício de direitos iguais. Ao mesmo tempo em que afirma sua importância, revela também a indiferença pela temática relacionada com o respeito e concretização dos Direitos Humanos.

O processo histórico de universalização dos direitos humanos

A universalização dos direitos é fruto de uma grande evolução histórica e social, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, cujo primeiro artigo reza da seguinte forma: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade” (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2003, p.15).

Este primeiro artigo da Declaração já nos indica a necessidade de um consenso entre os seres humanos.

A Declaração é composta de trinta artigos, onde são assegurados tanto os direitos civis e políticos, sendo mais conhecidos como direitos e garantias individuais (artigos 1º ao 21), quando os direitos sociais, econômicos e culturais (artigos 22 ao 28). O artigo 29 descreve os deveres da pessoa para com a comunidade. O artigo 30 reafirma a Declaração sempre a favor dos direitos e liberdades nela proclamados.

Através da Declaração que atinge quase a totalidade das nações do mundo, surge vários protocolos internacionais, conferências e pactos. Começou-se, a partir daí, a testemunhar a crescente evolução no que diz respeito à proteção e ao respeito dos direitos humanos, sendo vedada qualquer discriminação.

Destaca-se, também, o seu caráter de universalidade, sendo aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, como atesta o artigo segundo que condena toda discriminação:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição [...] (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2003, p.16).

A Declaração possui seus pontos conflitantes quando se volta para a sua garantia: de direito à religião, nas certas formas culturais e a garantia dos direitos mínimos a pessoa. Por essas razões o problema não é fornecer garantias válidas para direitos estabelecidos, mas, sobretudo, em aperfeiçoar continuamente e não deixando que essas garantias se percam no passado ou fiquem sem sentido no presente.

Norberto Bobbio observa que muitos direitos individuais e fundamentais, presente na Declaração quando se refere no âmbito internacional, por não existir a previsão de sanção institucionalizada, continuam sendo violados. Nos dizeres de Bobbio:

só será possível falar legitimamente de tutela internacional dos direitos do homem quando uma jurisdição internacional conseguir impor-se e superpor-se às jurisdições nacionais, e quando se realizar a passagem da garantia dentro do Estado – que é ainda a característica predominante da atual fase – para a garantia contra o Estado (2004, p.59).

Para Norberto Bobbio, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi uma inspiração e orientação para o crescimento da sociedade internacional, com o principal objetivo de torná-la um Estado, e fazer também com que os seres humanos fossem iguais e livres. Pode-se afirmar que é um marco histórico, como afirma: “representa a consciência histórica que a humanidade tem dos próprios valores fundamentais na segunda metade do século XX. É uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro: mas suas tábuas não foram gravadas de uma vez para sempre” (BOBBIO, 2004, p.53), ou seja, é um processo não concluído.

No que diz respeito ao conteúdo da Declaração, Norberto Bobbio afirma que “com relação ao conteúdo, ou seja, à quantidade e à qualidade dos direitos elencados, a Declaração não pode apresentar nenhuma pretensão de ser definitiva” (2004, p.51); não é suficiente que estejam declarados e escritos, devem torná-los realidade a fim de se evitar que permaneçam no plano do discurso teórico.

Apesar de ser desrespeitada, seria injusto afirmar que mudança alguma ocorreu após a sua aprovação. Hoje o mecanismo que permite a punição de culpados, a responsabilização dos Estados por violações, as conquistas obtidas pelo feminismo, as constituições civis inspiradas pela Declaração Universal e outros, são marcos contundentes de que houve mudanças significativas no que diz respeito à garantia dos Direitos Humanos.

Conceito de direitos humanos

O conceito de direitos humanos visa resguardar os valores mais preciosos da pessoa, quais sejam: direitos à solidariedade, igualdade, liberdade, fraternidade, dignidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação. O conceito é facilmente identificado, porém não é fácil aplicá-lo, pois sempre faltará algo.

Outros conceitos:

Direitos humanos são reconhecidos, no seio das lutas por alternativas, como a expressão do amadurecimento do sentido e do potencial literário e emancipatório popular, o que resgata a força política e de mobilização social que os caracteriza historicamente. Direitos humanos, além de se constituírem em horizonte ético reconhecido por diferentes culturas, constitui-se também em conteúdos políticos capaz de potencializar ações e congregar esforços em vista de traduzir para o cotidiano da humanidade, em sua pluralidade e diversidade histórica, as condições para fazer com que a dignidade humana seja ponto de partida inarredável e princípio orientador das ações (CARBONARI, 2006, p. 15).

Tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã (BRASIL, 2006, p. 09).

O sentido da expressão direitos humanos é bastante amplo e comporta diversas conceituações, mas não se trata de direitos de uma ou outra pessoa em particular, nem de uma categoria de pessoas, mas sim de toda a coletividade.

Para Norberto Bobbio, os direitos humanos seriam de difícil definição, dada aos vários conceitos:

Direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem.

Direitos do homem são aqueles que pertencem, ou deveriam pertencer, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado.

Direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização, etc.,etc. (BOBBIO, 2004, p.37).

Etimologicamente, o termo “homem”, vem do latim homo, que designa todo ser humano sem distinção alguma; já o termo direitos refere-se às prerrogativas jurídicas protegidas que estão no campo da ordem social em alcance do coletivo.

Significa que garantir os direitos fundamentais é respeitar a todos igualmente, levando em consideração as suas diferenças e assegurando condições dignas de vida a todos.

No tocante à definição dos direitos humanos vem sendo feito de modo vago, ainda mais quando busca-se um fundamento absoluto e único. Nesse sentido Norberto Bobbio diz: “a história humana é ambígua e pode ser interpretada de diferentes modos, segundo quem a interpreta e segundo o seu ponto de vista” (2000, p. 476). Nessa concepção dos direitos humanos não se pode falar universais, pois cada povo é livre para estabelecer seus próprios valores e direitos.

Não é à toa a afirmação de Norberto Bobbio que direitos humanos são históricos, pois,

do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecidos por novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascido em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma por todas (2004, p. 25).

Fica claro que direitos são históricos, mutáveis, no sentido de que podem e devem ser adequados conforme as sociedades se transformam e demandam novas exigências.

Se cotidianamente direitos são violados, demonstra-se que a luta precisa ser diariamente repetida, renovada, fortalecida. Por essas razões Norberto Bobbio destaca que os problemas relativos aos direitos dos seres humanos não podem ficar restrito aos filósofos, exige atuação política. Uma vez que

o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar de solenes declarações, eles sejam continuamente violados (2004, p. 45).

Constata que as atuais sociedades são profundamente marcadas pela violência, miséria, a fome e tantos outros problemas geradores de crise que demandam não apenas a proclamação dos direitos, mas sua proteção.

Segundo Bobbio “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (2004, p. 43). Nessa perspectiva, a tarefa mais urgente é encontrar os meios para realizar os direitos e não se perder em discussões sobre os fundamentos.

Vale ressaltar o conceito de direitos humanos na concepção de democracia, que significa afirmar a soberania dos cidadãos Norberto Bobbio reforça:

que direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhe são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo (2004, p. 21).

A democracia de fato é um requisito fundamental para a verdadeira prática e eficácia dos direitos humanos. Neste contexto Norberto Bobbio diz: “A efetivação de uma maior proteção dos direitos humanos está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana” (2004, p. 64).

O conceito sobre direitos humanos, seu fundamento e justificativa, sua aplicabilidade, sua universalidade ou relatividade, como vimos, é muito amplo e complexo, é, sobretudo, desejável por toda a parte e em igual medida.

A filosofia política de Norberto Bobbio

Norberto Bobbio ficou conhecido por suas contribuições sobre a teoria política, foi um pensador que vivenciou as contradições e angústias do século XX. Ele pertenceu a corrente liberal-socialista na primeira metade do século passado, na Itália. Quase todas as obras foram traduzidas no Brasil. Suas obras são vastas, e refletem sobre temas sempre atuais da filosofia do direito à ética, da filosofia política à história dos grandes pensamentos filosóficos.

Norberto Bobbio participou ativamente da resistência a Mussolini e ajudou ativamente nas grandes transformações de seu país. Foi um filósofo da democracia e um grande ativista dos direitos humanos.

Suas contribuições na filosofia política o levaram a adquirir renome mundial, no campo da teoria política Norberto Bobbio recorreu aos clássicos, permitindo estudar as correntes, os problemas e a reflexão política. Seguindo essa forma ele estabelece entre as diversas teorias políticas, das diferentes épocas, as diferenças e afinidades.

O pensador italiano trouxe importante contribuição acerca dos problemas que envolvem os direitos humanos. Nesse sentido Bobbio elaborou importantes reflexões sobre os direitos do homem e parte significativa do livro *A Era dos Direitos*, na qual ele reconstrói as linhas mestras das doutrinas dos direitos humanos, do ponto de vista dos fundamentos filosóficos e jurídicos, da evolução histórica e da atualidade.

A fundamentação filosófica dos direitos humanos em Norberto Bobbio

O tema direitos humanos afirmou-se em todo o mundo sob a marca de profundas contradições. Mas importante é ressaltando que os direitos humanos constituem o principal instrumento de defesa, garantia e promoção das liberdades públicas e das condições essenciais à vida.

Bobbio indaga que o sentido do fundamento absoluto dos direitos do homem, a possibilidade de um fundamento absoluto, não é possível, essa busca é infundada. Sua tese sobre a historicidade dos direitos demonstra que os direitos humanos e o desenvolvimento da sociedade são duas vias paralelas que compõem uma mesma história.

Norberto Bobbio desenvolve sua discussão dos fundamentos dos direitos do homem a partir da análise dos modos de fundamentação dos valores absolutos e as dificuldades de se localizá-los. Em suas próprias palavras, “não se trata de encontrar o fundamento absoluto – empreendimento sublime, porém desesperado –, mas de buscar, em cada caso concreto, os vários fundamentos possíveis” (2004, p. 43).

Assim prova que não existem direitos fundamentais por natureza visto que não é possível sendo que, os direitos mutáveis no tempo, são tão diferentes que podem divergir entre si. Nesse sentido podemos dizer que os direitos do homem possuem diversos fundamentos. Norberto Bobbio aponta que “nos dias de hoje o cerne da problemática dos direitos humanos não reside na sua fundamentação mas no desafio da sua tutela” (2004, p. 11).

Em 1987 Bobbio fez um discurso na Universidade de Madri e expôs que:

Refletindo sobre o tema dos direitos do homem, pareceu-me poder dizer que ele indica um sinal do progresso moral da humanidade. Mas é esse o único sentido? Quando reflito sobre outros aspectos de nosso tempo – por exemplo, sobre a vertiginosa corrida armamentista, que põe em perigo a própria vida na Terra –, sinto-me obrigado a dar uma resposta completamente diversa. [...] O progresso para Kant não era necessário. Era apenas possível. Ele criticava os “políticos” por não terem confiança na virtude e na força da motivação moral, bem como por viverem repetindo que “o mundo foi sempre assim como o vemos hoje”. Kant comentava que, com essa atitude, tais “políticos” faziam com que o objeto de sua previsão – ou seja, a imobilidade e a monótona repetitividade da história – se realizasse efetivamente. Desse modo, retardavam propositalmente os meios que poderiam assegurar o progresso para o melhor. Com relação às grandes aspirações dos homens de boa vontade, já estamos demasiadamente atrasados. Busquemos não aumentar esse atraso com nossa incredulidade, com nossa indolência, com nosso ceticismo. Não temos muito tempo a perder (2004, p. 80).

Aqui claramente Bobbio afirma que devemos fundamentar os direitos humanos, que a história não é uma repetição de fatos como alguns querem e que o homem pode sim transformar sua realidade através do respeito aos direitos fundamentais, isso porque os direitos humanos podem ser considerados através de seus processos de evolução.

Norberto Bobbio destrói a possibilidade de se construir fundamentos teóricos estáveis para os Direitos Humanos, isto é, ainda que estes fundamentos fossem nascidos na própria história.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos é a prova do processo histórico, de sua evolução. No decorrer de sua conquista ela pode ser vista como um documento que reflete os valores históricos de seu tempo e, no dizer de Bobbio, “uma síntese do passado e uma inspiração para o futuro”, sendo constatado seu caráter histórico.

Norberto Bobbio (2004, p. 25) trouxe grande contribuição ao criar a divisão dos direitos humanos, que são historicamente gerados, onde atende as novas necessidades que o ser humano enfrenta. Pois foram construídas em diferentes momentos históricos, sendo chamados de gerações, como vai ser exposto a seguir.

Primeira geração – direitos civis e políticos: os direitos à vida, à propriedade, à segurança pública, à liberdade, à proibição de tortura, o direito a um julgamento justo, à participação política direta ou indireta, à liberdade de associação, o direito de votar e ser votado, a garantia de direitos iguais entre homens e mulheres, o direito de livre expressão do pensamento, o direito de ir e vir dentro do país e outros países, a liberdade de imprensa e de informação.

Segunda geração – direitos sociais e econômicos: o direito ao trabalho e à segurança no trabalho, o direito à seguridade social, o direito a um salário justo e satisfatório, o direito ao lazer, ao descanso remunerado, à proteção para a maternidade e à infância, o direito de formar sindicato, o direito à educação pública, a proteção dos direitos autorais e das patentes científicas.

Terceira geração – direitos ecológicos: o direito a participar da vida cultural da comunidade, direito a viver em meio ambiente não poluído, respeito aos povos, às culturas e à própria natureza como sujeita de direitos.

Quarta geração – direitos das gerações: que se refere aos direitos das gerações futuras, tendo o compromisso de deixar o mundo em que vivemos melhor ou menos pior, do que é hoje, para as gerações futuras.

Toda essa lista de direitos na verdade não se trata simplesmente de direitos no sentido jurídicos, e sim de um conjunto de valores. Também podemos afirmar que tais direitos refletem as evoluções tecnológicas da sociedade, assim cria-se novas necessidades para os indivíduos.

Até o momento refletiu-se que os direitos humanos são universalmente respeitados a partir do momento em que seus fundamentos são reconhecidos universalmente. O ponto central da questão dos direitos humanos é a garantia dos direitos ou a efetividade dos mecanismos para implementação desses direitos, sendo que a sociedade que está em constante transformação, vem a cada dia reconhecendo novos direitos conforme a expansão de cada sociedade.

Como nos afirma Bobbio:

O problema real que temos de enfrentar, contudo, é o das medidas imaginadas e imagináveis para a efetiva proteção desses direitos. É inútil dizer que nos encontramos aqui numa estrada desconhecida; e, além do mais, numa estrada pela qual trafegam, na

maioria dos casos, dois tipos de caminhantes, os que enxergam com clareza mas têm os pés presos, e os que poderiam ter os pés livres mas têm os olhos vendados (2004, p. 57).

Devemos ficar atentos para não fechar as portas para as reflexões de novos direitos e garantias. Agora podemos perceber com mais clareza as mudanças e a evolução dos direitos humanos no seu conteúdo e na sua efetivação e principalmente sendo reconhecidos nas constituições de diversos países do mundo.

E para afirmar bem a sua tese, Norberto Bobbio socorreu ao historicismo, pois percebeu sua fragilidade quanto à parte para fundamentação absoluta dos direitos humanos, por serem variáveis no decorrer dos séculos, assim fica impossível falar em fundamentação dos direitos humanos.

A crítica de Habermas a posição de Norberto Bobbio

Jürgen Habermas, sociólogo e filósofo alemão da segunda geração da escola de Frankfurt, sustenta sua defesa da possibilidade da fundamentação direitos humanos estaria no direito partindo do pressuposto que o direito passa a assumir um papel central nas resoluções dos problemas da sociedade. Assim os direitos se referem reciprocamente a todos ao mesmo tempo em que podem ser reclamáveis judicialmente.

Portanto, quando este direito é discutido com a sociedade e desta discussão são elaboradas as normas, para que a vida em sociedade possa ter seus direitos garantidos, assim podendo ser chamados de fundamentais.

A tese de Habermas ganha visibilidade em função de que, além de garantir a eficácia de tais direitos, pode ser assegurados nas constituições dos países. Sua afirmação se justifica utilizando com ponto de partida o texto da Declaração (1948) que, em seu preâmbulo dá margem aos direitos humanos com a ordem jurídica estabelecida, sua intenção é demonstrar que a sociedade tem que ser integrada.

Por fim, Habermas acredita na importância dos direitos fundamentais e que a sociedade jamais viole esses direitos, tais direitos são constitutivos da democracia e devem prevalecer sempre pelo próprio avanço da democracia. A referência a esses direitos visa também o significado do ter um direito ou de ser portador de um direito.

Para Norberto Bobbio, não passa de uma tentativa frustrada da buscar por uma fundamentação absoluta para os direitos humanos. Por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, são gerados por novas necessidades que se impõem à humanidade.

Bobbio volta a se referir as gerações diante da dificuldade de definir os direitos humanos, pois cada geração supri a necessidade do homem. Sendo a primeira geração constituída pelos direitos liberais; a segunda geração constituída pelos direitos sociais; a terceira geração constituída pelos direitos ecológicos e a quarta geração constituída pelos direitos biológicos.

Norberto Bobbio aceita a argumentação de Habermas no que se refere dos direitos serem assegurados a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, daqueles direitos que foram incorporados a ordem jurídica, o que não aceita é em relação às medidas possíveis para a proteção jurídica para assegurar e garantir os mesmos.

Considerações finais

No trabalho desenvolvido, teve-se como principal objetivo fundamentar os direitos humanos a partir da filosofia de Norberto Bobbio, sua obra pode ser considerada como fundamental por ser atual e pertinente à temática dos direitos humanos.

O presente artigo não teve a pretensão de esgotar o assunto, seu objetivo é de promover uma reflexão sobre os Direitos Humanos, observando as constantes violações, inclusive o não cumprimento dos direitos, e levar a ver que a discussão sobre os direitos humanos é contínua e sempre atual, pois é histórica.

A partir dessa pesquisa constatou-se que os direitos humanos apresentam uma validação universal, não dependendo das posições internas de cada país. Sua aplicação tem como marco de extrema importância a Declaração Universal dos Direitos Humanos, declarados no dia 10 de dezembro de 1948.

Constata-se que há uma interpretação clara nos indiscutíveis avanços e da realidade concreta da efetivação dos direitos no que se refere às violações de direitos humanos, tanto no campo dos direitos civis e políticos, quanto no campo dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, porém sabemos que é um desafio para os ativistas dos direitos humanos, colocar em pauta essa temática, no que se refere a sua defesa, respeito, a promoção e a valorização.

Nessa perspectiva, para chegarmos à formação de uma consciência cidadã onde ocorram atitudes e práticas sociais que expressam a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade, se faz necessário ações de promoção e defesa dos direitos humanos permanentes e fomentar a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para os direitos humanos, nas mais diversas frentes.

A historicidade dos direitos do homem é a afirmação da existência de um processo de universalização dos direitos. Por isso, surge a dificuldade de estabelecer a universalidade desses direitos, que podem estar contrários a costumes de várias culturas, do modo de organização da vida social e a diversidade histórica. O desafio é garantir tais direitos em face da evolução histórica com suas diversidades culturais, nos costumes e comportamentos próprios às inúmeras sociedades.

Por fim, não é possível buscar teoricamente uma fundamentação absoluta para os direitos humanos, pois surge da complexa construção histórica onde nos mostra que se trata de um processo conflituoso.

Assim sendo, podemos afirmar que os trabalhos sobre os direitos humanos devem ser conectados, buscando sua máxima efetivação independente das várias teorias classificadas adotadas, podemos observar que a fundamentação dos direitos humanos não se substitui, mas

sim, acumula-se, pois não esqueçamos que a fundamentação não é composta de valores imutáveis, por ser histórica é construída a partir da realidade concreta de cada sociedade.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

. O Filósofo e a Política. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

BRASIL. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

CARBONARI, P.C. et al. Sentido Filosófico dos Direitos Humanos: leituras do pensamento contemporâneo. Passo Fundo: IFIBE, 2006. (Coleção Filosofia e Direitos Humanos: 1).

. Realização dos direitos humanos: coletânea de referências. Passo Fundo: IFIBE, 2006. p.15-16.

FURASTÉ, Augusto Pedro. Normas Técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. Explicação das normas da ABNT. 14^a ed. amp. e atual. Porto Alegre: s.e., 2006.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia. Entre Factividade e Validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Vol. I e Vol. II.

LAFER, Celso. Norberto Bobbio e a Filosofia do Direito. Revista CULT, São Paulo, n.104, jul. 2006. p.51-65.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 3^a ed. Salvador: CESE e Paulinas, 2003.

4. A EDUCAÇÃO DO CIDADÃO NA ÉTICA ARISTOTÉLICA²¹

Diego Sousa Mota²²

Introdução

A educação ética do cidadão é um processo lento e exigente. As análises aristotélicas na ética trazem uma questão muito importante, que a ética pode ser ensinada e escolhida. A ética pode ser ensinada porque ela baseia-se nas virtudes da pessoa num processo de experiências vividas que vão ser tornando um hábito para elas. E pode ser escolhida porque o cidadão ético é o protagonista de sua ação, pois ele mesmo localiza estas virtudes e as põem em prática num meio social.

Com isso surge a pergunta: “Como pensar um cidadão ético segundo a filosofia de Aristóteles?” ou ainda melhor “Como formar um cidadão através da ética aristotélica?”. Porque ter um referencial nos meios da sociedade é de extrema importância para uma construção ética da pessoa, pois o cidadão ético não será só um instrutor da ética, mas também aquele que as realiza, ou seja, põe em prática aquilo que diz.

Este cidadão ético é naturalmente líder em alguma coisa na sociedade (ou pelo menos se espera dele). E também é alguém que outros dependam ou se influenciam direta ou indiretamente dele. Este cidadão ético pode ser chamado de formador ético, porque ele é um formador de opinião.

As pessoas necessitam de direcionamento ético, mas não querem que se ultrapassem os limites da subjetividade. Quando se quer tratar de ética, refere-se de questões comunitárias a partir de ações individuais. Tratar de uma comunidade ética numa sociedade plural e individualista é um desafio para o cidadão ético.

O filósofo Aristóteles tem alguns apontamentos para esta problemática da educação do cidadão em sua análise ética na obra *Ética à Nicômacos*. As virtudes são o principal

²¹Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade Católica de Rondônia para obtenção do título de Licenciatura em Filosofia, sob a orientação do Professor Dr. Giovani Lunardi.

²²Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia.

caminho para esta educação ética do cidadão e o posicionamento diante das ações dele. Esta educação ética aristotélica tem duas fases:

A primeira fase é um processo da educação ética do cidadão na práxis individual que partirá na preparação deste sujeito num cidadão ético a partir do entendimento do que é virtude em Aristóteles, a sua localização como disposição interior, uma análise qualitativa da ação sendo ela voluntária ao qual pressupõe uma deliberação e escolha e o fim almejado que deve ser boas para si e para o meio onde vive, a sociedade.

A segunda fase tratará da finalidade da educação ética do cidadão, que exigirá do cidadão ético uma postura e uma ação não mais no seu individual, mas sim a partir de sua ação individual construir uma “eticidade” no meio social que Aristóteles chama de polis e que se tornará uma comunidade ética.

4.1. O processo da educação ética do cidadão

4.1.1 A educação do cidadão através das virtudes.

O sentido etimológico da palavra virtude é uma derivação do latim *virtus*, *útis* 'força corpórea; ânimo, valor; bravura, coragem; força de alma, energia; boas qualidades morais; mérito', este de *vir*, *virí* 'homem'²³. Talvez não seja a melhor tradução que foi feita do grego *areté* para identificar a virtude em Aristóteles, porque *areté* é o bem contido em cada pessoa que é diferente o termo *agathon*, o Bem Supremo ou maior.

“Em si o Bem (*agathon*) é o Fim último que a todo ser tende; no indivíduo o Bem é *areté*, termo impropriamente traduzido por “virtude”; na cidade o Bem é *nomos* ou Lei. *Areté* designa primeiramente a excelência das qualidades físicas que concorrem para a perfeição de um ser, segundo sua natureza específica. No plano moral, a *areté* do ser humano exprime a perfeição de seu agir” (VAZ, 2002 p.88).

“O bem do homem consiste em uma atividade da alma segundo a sua virtude” (ARISTÓTELES. 1995. p.49). A perfeição é o bem no indivíduo enquanto sujeito ético, e esse bem lhe advém do exercício da *areté* pela conformidade com o bem objetivo sob a norma da sabedoria.

Mas em primeiro lugar, tem que ser entendido como Aristóteles chegou a estas conclusões que a virtude pode ser escolhida e ensinada.

“A formação ética dos gregos manifesta-se na forma integral do homem, na sua conduta e comportamento exterior e na sua atitude interior” (JAEGER, 1994 p. 25)

²³ Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa.

Como diz Jaeger o conceito de areté é o tema essencial da história da formação do homem grego, que já vem desde os tempos antigos. Na sua forma mais pura, é no conceito de arete que concentra o ideal de educação dessa época.

Como foi dito acima, virtude, no dicionário de língua portuguesa, é a força masculina, pois este também era um conceito de areté que tinham os antigos gregos. Pois consideravam as virtudes da honra, no sentido do prestígio numa visão heróica.

“A arete tinha como expressão da força e da coragem heróicas, estava tão fortemente enraizado na linguagem tradicional da poesia heróica, que esse significado havia de permanecer ali por muito tempo. [...] Às vezes significava nobre, outras, valente ou hábil; quase nunca tem o sentido posterior de bom, como arete não tem o de virtude moral”. (JAEGER, 1995 p.27)

Mas o que modifica esta posição de entendimento da areté é o problema da educação que se coloca em torno de uma nova forma da areté política exigida pela vida pública que é diferente da areté arcaica aristocrático-guerreiro.

A vida pública traz à necessidade de se trabalhar as virtudes como um todo, não uma questão de honrarias e presteza a si próprio, mas que levaria a uma excelência moral. Para Aristóteles, deve-se ter um ideal de “auto-estima” plenamente justificado que os motive. Mas que se entenda bem que o eu “auto-estima” não é sujeito físico, mas o mais alto ideal de Homem que o nosso espírito consegue fazer e que se aspira a realizar em si próprio. “Só o mais alto amor deste eu, em que está implícita a mais elevada arete” (JAEGER, 1994. p. 26).

O que foi visto é que Aristóteles não está inventando uma teoria das virtudes, mas está expressando uma teoria implícita no pensamento e nos atos dos gregos instruídos. MacIntyre diz que:

“Aristóteles procura ser a voz racional dos melhores cidadãos da melhor cidade-estado, pois afirma que a cidade-estado é a única forma política na qual as virtudes da vida humana podem ser genuínas e totalmente expostas” (MACINTYRE, 2001 p. 252).

Vernières diz que para a reflexão das virtudes, Aristóteles reterá três lições da tradição aristocrática: a importância da educação na formação da excelência, a transcendência do ato sobre os costumes, e enfim, a visibilidade da ação moral (1998, p.16).

O maior problema de Aristóteles não é com o conceito histórico de virtude, mas sim o conceito de virtude de seus predecessores, Sócrates e Platão.

A virtude-ciência.

A partir de então a virtude em grego é areté que significa aquela atividade ou modo de ser que aperfeiçoa cada coisa, fazendo-a ser o que deve ser. Mas ainda falta alguma coisa que fundamente esta virtude, por isso que...

“Conseqüentemente, a virtude do homem outra não pode ser senão aquilo que faz com que a alma seja tal como a sua natureza determina que seja, isto é, boa e perfeita. E segundo Sócrates, esse elemento é a “ciência” ou “conhecimento”, ao passo que o “vício” seria a privação de ciência ou conhecimento, vale dizer, a “ignorância”. (REALE. ANTISERI, 1990. p.88).

Reale diz que para Sócrates a virtude é ciência e o vício é ignorância, e com isso ninguém “peca” voluntariamente, pois quem faz o mal, faz por ignorância do bem. Portanto, os verdadeiros valores não estão ligados as coisas exteriores, como viam os gregos antigos, mas somente aos valores da alma, que são as disposições interiores que se resumem todos no “conhecimento”.

Aqui o homem não é virtuoso porque desconhece a virtude, e dificilmente aquele que conhece as virtudes deixaria de praticá-las. “E na alma, segundo Sócrates, é a base de uma areté que permite medir o homem segundo a dimensão interior na qual reside a verdadeira grandeza humana” (VAZ, 2006 p. 28). É nela que tem lugar a opção profunda que orienta a vida humana, segundo o justo ou injusto, e é ela que constitui a verdadeira essência do homem.

Com isso chega-se a conclusão de que o homem sábio há de ser o homem bom. A realização do Bem, sendo tarefa do homem e é, antes de tudo, obra de sua faculdade específica, a razão.

A doutrina da virtude-ciência, estabelece a necessidade do uso da razão para a prática das virtudes.

“A primazia da faculdade intelectual no homem donde procede o chamado intelectualismo socrático inspirando a doutrina da virtude-ciência: ao exaltar o homem como portador do logos e ao fazer da relação dialógica a relação humana fundamental, Sócrates é provavelmente a fonte principal da definição do homem como *zoon logikón*”. (Vaz, 2006 p.29).

Aristóteles criticou justamente a pura e simples identificação da virtude como o saber. Como diz MacIntyre: “O agente moral instruído deve, naturalmente, saber o que sucede quando julga ou age virtuosamente. Assim, ele faz o que é virtuoso porque é virtuoso”. (MACINTYRE, 2001 p.255). O ser virtuoso não está somente em saber, mas nas práticas virtuosas que se percebe tal valor na pessoa.

O homem é principalmente razão, mas não apenas razão. “Na alma há algo de estranho a razão que a ela se opõe e resiste, mas que também participa da razão enquanto a escuta e lhe obedece. A ação da razão sobre o apetite é a virtude ética”. (REALE. ANTISERI, 1990, p 203).

Sobre esta questão da virtude-ciência, além de Sócrates, Platão é sem sombra de dúvida o grande continuador de seu ensinamento ético, por isso ele diz: “Investigar na razão como devemos viver” ²⁴.

“Platão parte do princípio socrático da virtude-ciência e o justifica a partir da necessidade de uma relação alma-corpo, estrutural e harmoniosa, que torna possível a ordenação da própria vida segundo a ordem do universo” (VAZ, 1999 p.108).

A virtude na idéia de “ordem”.

A idéia que se direciona o pensamento ético de Platão, na qual se relaciona ética e metafísica, é a idéia de ordem. Como diz Vaz que de acordo com Platão “é a ordem que permite a unificação baseada na teoria das Idéias, a Ética, a Política e a Cosmologia, assegurando a justa medida da areté ao indivíduo e à cidade e guiando o Demiurgo na construção de um cosmos harmonioso”. (VAZ, 1999. p. 98).

Nesta idéia platônica da ordem percebe-se essencialmente uma proporção que une elementos diversos num grande laço numa relação analógica que irá estabelecer entre as partes da alma e suas virtudes, entre a alma e a cidade e entre a alma e o mundo. E temos em Platão a ligação da virtude com o meio social.

“O problema do ethos e da práxis, transposto ao plano do logos filosófico e de suas exigências, mostra-se assim solidário com uma concepção da realidade total, propriamente com uma doutrina do ser verdadeiramente tal, que Platão denomina ontos on, ou com uma ontologia das Idéias, e é essa solidariedade entre o Bem e o Ser que permite a Platão propor o primeiro grande modelo ético da história.” (VAZ, 1999 p. 98).

Esta noção de “modelo ético” insere-se com perfeita coerência na estrutura fundamental da razão platônica segundo a qual toda a realidade das coisas visíveis ou sensíveis subsiste por sua participação no modelo das realidades inteligíveis. A ordem irá assegurar assim a unidade das partes na constituição do todo, consistindo, pois, a ordem em cumprir cada uma das partes o que lhe é próprio. E assim ordenado possa aparecer a presença do Bem. “Todo indivíduo e social devidamente ordenado resplandecerá sua excelência ou arete” (VAZ, 1999 p. 103).

Aqui em Platão, o sujeito ético parte de uma virtude projetada de uma idéia de Bem. Ele parte de um conceito geral e enquadra o particular nele.

Agora Aristóteles traz uma nova posição à estes apontamentos de Platão, como diz Ross: “Contra isto, Aristóteles argumenta que o termo “bem” não possui um significado comum a todas as suas aplicações” (1987 p.196). E Ross ainda continua dizendo que, para Aristóteles, não existe qualquer forma de bem “independente” das manifestações particulares e mesmo se houvesse, não serviria para fins práticos, pois “o bem para o homem é o bem mais amplo, cuja contemplação deve ajudar na vida diária” (ROSS, 1987 p. 197).

²⁴ República de Platão I, 352.

Retoma-se agora a frase de Aristóteles que foi citado no início: O bem do homem consiste em uma atividade da alma segundo a sua virtude (ARISTÓTELES, 1995 p. 49). A virtude é um exercício e não uma projeção. É algo “auto-suficiente” que por si próprio torne a vida digna de ser escolhida. “bem é o final das coisas e escolhido. “O bem é uma atividade e não uma potencialidade” (ROSS, 1987 p. 197). E esta escolha é a felicidade. E isto mostra que o agente ético é feliz porque ele pratica as suas virtudes, pois ela é uma atividade, como diz Aristóteles: “O bem para o homem vem a se o exercício ativo das faculdades da alma de conformidade com a excelência” (Aristóteles, 1985 p. 24).

A partir daqui se direcionará o problema não mais na tentativa de explicar o conceito aristotélico de virtude e sua trajetória pelos seus predecessores, mas de como ensinar o cidadão ético a praticar a suas virtudes no seu contexto social a partir do seu individual.

“A vida ética não é um dom da natureza, embora por ela condicionado, mas fruto de um longo, difícil e, por vezes, doloroso processo educativo. Assim como o *ethos* é a primeira e fundamental escola da humanidade, a Ética é a *Paidéia* fundamental do ser humano que atingiu o estágio de uma civilização da Razão. (VAZ, Henrique C. de Lima p. 103).

E de acordo com MacIntyre (2001), as virtudes estão todas em harmonia mútua e a harmonia do caráter de cada pessoa se reproduz na harmonia do estado.

O hábito como método educativo das virtudes.

Como diz Aristóteles, agir de acordo com a reta razão. Esta é a chave de todos os atos conscientes do homem. A virtude é a ferramenta da razão sobre os apetites que são contrários a ela. Parece um confronto entre duas forças dentro de cada pessoa, mas como o apetite vem da pessoa em si, a virtude também está na pessoa em “potência”. Mas trata-se de análise ética, só se pode falar de virtudes em ato, pois é a filosofia do agir.

Como já foi visto, a virtude é a atividade da alma conforme a razão. E ela é adquirida pelo hábito. Assim as virtudes tornam-se como que hábitos, estado ou modo de ser a partir daquilo que cada um construiu do modo indicativo pela razão. O hábito é o coração da prática da virtude. É o meio de formar o caráter de forma a acostumar-se progressivamente, não em repetição mecânica e forçada, mas própria da experiência.

O hábito é a forma “pedagógica” que Aristóteles encontrou como método de educação através do ensinamento e exercício pelo prazer ou pena.

Mas o hábito como pode constituir virtudes, também pode formar vícios. Portanto, para ser um virtuoso, tem que haver práticas de atos bons e que isto se torne um hábito, pois a virtude é o bem contido em potencia que está expressando-se em ato.

Se a virtude é o bem interno de cada pessoa, como localizar e saber que a ação é provinda de uma virtude?

De acordo com Aristóteles é através do meio termo que se localiza a virtude. “Por meio termo quero significar aquilo que é equidistante em relação a cada um dos extremos, e que é um único e o mesmo em relação a todos os homens” (Aristóteles, 1985 p. 41).

Então o meio termo está entre os extremos de excesso e a falta. Não é uma medida quantitativa, mas qualitativa. E este meio não se refere as coisas, mas a nós (Aristóteles).

Com isso o cidadão tem que localizar esta virtude no meio termo das emoções e ações e habituar-se em praticá-las para que isto se torne comum para ele. Como diz Aristóteles, que ser bom não é um intento fácil, pois em tudo não é um intento fácil determinar o meio. Esta medida do meio é subjetiva que equivale de cada ação e do agente da ação e o fim proposto.

Aristóteles apresenta vários exemplos de localização do meio termo. Ele diz: “Em relação ao dinheiro que se dá e recebe, o meio termo é a liberalidade, e o excesso e a falta são respectivamente a prodigalidade e a avareza” (Aristóteles, 1985 p.43). A liberalidade neste caso é a virtude localizada através do excesso que é a prodigalidade e a falta que é a avareza. Se a pessoa é pródiga, ela acaba entregando tudo o que tem aos outros. Isto não é virtude porque ela está fazendo o bem aos outros, mas a si próprio não. Ora, se a pessoa é avarenta, acaba concentrando tudo o que tem para si, sendo ela egoísta. Isso também não é virtude, porque ela está talvez fazendo um bem para si e para os outros não. Logo a liberalidade é a justa balança que este ato seja bom tanto para ela como para os outros. Então esta é uma virtude louvável, pois ela não tem que visar somente a si próprio, mas também a comunidade onde vive.

A partir da localização desta virtude, no caso do exemplo da liberalidade, o cidadão começa a praticá-la como um hábito ao seu cotidiano para que suas ações sejam naturais si próprio. E tem que haver uma disposição interior, qualidade da intenção e o fim almejado. Realizando coisas justas assumem-se bom hábitos e o caráter torna-se justo. Então o hábito não é causa do ato, mas sim de sua qualidade.

4.1.2. A educação do cidadão a partir de criança.

Foi visto até então que o hábito é o meio “pedagógico” que Aristóteles demonstra para o agente ético ser virtuoso, e que a virtude é o meio termo entre os extremos de uma emoção ou ação. Também ele demonstra esta educação ética a partir da infância do cidadão, pois “... se formarmos os hábitos de uma maneira ou de outra desde infância; (ao contrário), ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva” (Aristóteles, 1985 p.36).

Fazer o processo da formação do cidadão ético desde criança é muito importante, pois a criança não é espontaneamente “lógica”. É preciso pois que a regra seja enunciada do exterior pelo educador, porque se a criança persegue o prazer e foge da dor, seu desejo não está espontaneamente regulado. E se uma criança contrai o hábito de ceder a seus pendores e forja, traz para si um mau caráter. Lembrando que os hábitos adquiridos podem ser virtudes ou vícios. Por isso que deve ter bons hábitos para ser virtuoso.

Com isso nos é apresentado a necessidade de outro cidadão já formado eticamente para ser o formador desta criança em processo de formação.

Agora quais seriam os meios “didáticos” para um cidadão ético formar a criança numa “eticidade”?

Primeiramente, a imposição não é verdadeira formação. Ela só pode acontecer se a criança possuir uma qualidade, que é a docilidade. Mas ela tem que ser conquistada pelo educador ético, pois ela também tem que agir de acordo com a reta razão.

O cidadão ético não pode limitar a sua formação num conhecimento teórico em só saber o que é, mas cumpre-se em examinar a natureza das ações, ou seja, como devemos praticá-las. Só que numa análise ética vista de modo geral e não no particular, pois cada caso é um caso.

“Ora: se isto acontece com a exposição em geral, o exame dos casos particulares é ainda mais avesso à exatidão; tais casos não se enquadram em qualquer arte ou preceito, pois as próprias pessoas engajadas na ação devem considerar em cada caso o que é adequado à ocasião, como também acontece na arte da medicina ou na arte da navegação” (Aristóteles, 1985, p 36)

A criança necessita de alguém como referencia. E este é um papel primordial do cidadão ético, pois ele não é teoria, mas sim a prática das virtudes. Se a criança não tiver este referencial, ela vai ter referencias em outras coisas que talvez não vão ajudá-las em ter boas escolhas em suas vidas. E com isso será muito difícil tirar aquilo que se adquiriu com os maus hábitos, e que a sociedade vai ter que reprimi-las mais tarde através de leis e punições do estado.

Através da imitação que a criança faz do cidadão como referencia ética, vai-se aprendendo, pois a ética é ação, não somente teoria. Solange Vérgnières em seu comentário da obra Poética de Aristóteles coloca que imitar é natural aos homens, desde sua infância, e assim regozijar-se com as imitações. É esta a propensão inata da criança que o educador cidadão deve explorar, utilizando o prazer como leme condutor do processo de aprendizagem das virtudes através do hábito. Com isso, não trabalhará com coisas impostas às crianças, pois tem que levá-las ao prazer em realizar os atos éticos. E com isso se constituirá em bons hábitos. Se os atos éticos o traz sofrimento, será para ela repulsivo.

“O prazer ou o sofrimento superveniente às nossas ações é um indício de nossas disposições morais; efetivamente, as pessoas que se abstêm dos prazeres do corpo e se alegram com a abstenção, são moderadas exatamente por procederem assim, enquanto as pessoas que se irritam com isto são concupiscentes”. (Aristóteles, 1985, p 37)

E para isto, o meio onde a criança está inserida deve favorecer a praticar bons hábitos. Este é um dos papéis do cidadão ético, de ser o facilitador e o promotor das oportunidades da ação ética. Aristóteles coloca este cidadão formador na obra Ética à

Nicômacos como sendo o legislador de uma cidade dizendo que “... os legisladores formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos os legisladores ...” (Aristóteles, 1985 p.35). Lembrando que para Aristóteles o legislador é o ponto ápice da ação do cidadão ético, pois nele está toda ação de uma “eticidade” no convívio na sociedade.

Este cidadão deve estar convicto de seu papel e de suas ações para servir de modelo para a criança.

Contudo, a imitação não basta. A formação do caráter pelo hábito deve visar mais precisamente ao sentimento de prazer e de pena. Mas o esforço tem que está presente também na criança. Tem que haver uma predisposição dela para a prática ética.

Nos casos onde a criança cria resistência, ainda tem mais uma técnica “pedagógica” de Aristóteles, a utilização da música. Como método de formação. Vergnières diz que Aristóteles descreve a função da música como que ela dá ao caráter certa qualidade, habituando a criança a poder se regozijar corretamente, pois a música, através dos ritmos e das harmonias, é a única arte capaz de imitar diretamente paixões como a cólera e a calma, qualidades éticas como a coragem. Chega, assim, a fazer através da música entrar em nossa alma a simpatia.

Todos estes processos educativos têm que passar pelo crivo da razão, pois esta é a diferença com as paixões impulsivas. Então toda ação ética tem que ser consciente de todo o processo da ação. Tem que partir do sujeito e o fim conhecido pelo mesmo. Este é um dos próximos problemas da educação do cidadão, a responsabilidade.

4.1.3. A base da responsabilidade do cidadão ético: a deliberação e a escolha.

Anteriormente eram referidas as disposições da alma, as virtudes que o cidadão deve ter para ser bom. Agora são as disposições do ato prático, pois o cidadão pode até praticar as virtudes éticas, mas não as realiza plenamente. Com isso confere a responsabilidade do cidadão nas suas práticas éticas, porque para fazer-se uma análise do ato prático necessita de visar a disposição interior, a qualidade da intenção e o fim almejado. E além desses três pontos a primordiais, tem a consciência de todos os acontecimentos que norteiam a ação.

“O homem não é somente um ser de hábitos, mas também um ser sensível ao logos: pode, pois, fazer uma escolha contrária à sua natureza ou a seus hábitos, se estiver persuadido de que esta escolha é preferível” (VERGNIÈRES, Solange, 1998 p.110).

Apesar da disposição interior virtuosa que o cidadão possa ter, faz-se necessário a consciência daquilo que se está fazendo e o fim almejado com a ação.

Para Aristóteles há três formas de atos: voluntários, involuntários e não-voluntários.

“São voluntárias, pois a origem do movimento das partes instrumentais do corpo em ações está no agente,... está no poder desta pessoa praticá-la ou não” (Aristóteles, 1985 p.50). “Involuntárias são ações praticadas sob compulsão ou por ignorância; um ato forçado quando sua origem é externa ao agente, sendo tal a sua natureza que o agente não contribui

de forma alguma para o ato, mas influenciado por ele” (Aristóteles, 1985, p 37). “Tudo o que é feito por ignorância é não voluntário” (Aristóteles, 1985 p.51).

Para que o agente da ação seja louvado ou criticado é preciso que seu ato seja voluntário, pois tem que depender todo o andamento da ação a ele. Mas se a ação for involuntária (por sofrimento) ou não voluntária (por ignorância) tem que se buscar compreensão de seus atos. É muito importante saber que tipo de ato o cidadão realizou, pois pode ajudar a fazer uma análise bem concreta de sua ação. O cidadão tem que praticar todos os seus atos como voluntários, porque ele tem que usar da razão para agir e ser o dono de sua ação. Mas pode acabar sendo levado para o involuntário. Em algumas situações o cidadão ético é obrigado a exercer ações ao qual ele não quer, mas o meio onde está o obriga a realizá-las. Mesmo ele estando consciente da ação, mas não é ele que as realiza, e sim o meio externo onde vive. Agora as ações feitas por ignorância, o cidadão não sabe que está realizando o ato desde sua disposição interior até o fim chegado. Então o cidadão não pode fazer nada, pois ele não sabe que está acontecendo.

Dependendo ou não de que ato se é praticado, depende da escolha do bem ou do mal que faz a pessoa de certo caráter.

Após analisado os tipos de ações, vem-se a responsabilidade do cidadão perante a sua ação. Toda a ação responsável tem que ser pela escolha e deliberado.

O cidadão tem que escolher a sua ação, mas está ligada ao caráter do sujeito. Espera-se que uma ação voluntária consciente possa ser pela escolha do agente da ação. Por isso que a virtude não pode ser imposta, mas sim escolhida como disposição da alma para uma ação. “A escolha requer o uso da razão e do pensamento” (Aristóteles, 1985 p. 54). E não é analisada pela intenção potencial, mas sim pela ação já exercida. Não se escolhe coisas abstratas. “A escolha parece relacionar-se com as coisas ao nosso alcance” (Aristóteles, 1985 p. 53).

Mas como ter uma boa escolha dos atos do cidadão? “Por isso é necessário a investigação da razão antes do julgamento do que se vai eleger (escolher). Esta investigação chama-se deliberação” (AQUINO, Tomás de, 2003 p.196). A deliberação é a chave da responsabilidade.

Para Aristóteles, a virtude ética só é completa se for acompanhada por uma capacidade intelectual de deliberar bem. E o cidadão virtuoso escolhe deliberadamente os meios para atingir um fim posto de modo intencional. A escolha deliberada designa os meios para alcançar um fim que busca agir não somente por hábito, mas por cálculo. “Deliberamos não sobre os fins, mas sobre os meios” (Aristóteles 1985 p.55). Isto se chama proairesis, ou seja, a escolha intencional de como visar um fim.

A deliberação acontece de acordo com os esforços feito pelo cidadão, pois a ela acontece sobre coisas que estão ao alcance e podem ser feitas. “Definida a finalidade, as pessoas procuram saber como e por que meios tal finalidade deve ser alcançada” (Aristóteles, 1985 p.55).

“O caráter não é mais o que recebe suas determinações da natureza, da educação, da idade, da condição social; é o produto da série de atos dos quais sou o princípio.

Posso, pois ser declarado “autor” de meu caráter, como o sou de meus atos: do mesmo modo que meus atos podem ser objeto de um elogio, meu caráter pode ser objeto de louvor” (VERGNIÈRES, Solange, 1998 p.110).

O cidadão ético analisa o fim almejado e delibera sobre de que forma agir e então vem a escolha. “O objeto da deliberação e o objeto da escolha são só e a mesma coisa, com a ressalva de que o objeto da escolha já está determinado, uma vez que aquilo que foi decidido em decorrência da deliberação é o objeto da escolha” (Aristóteles, 1985 p.55).

Com a deliberação e a escolha, a prática das virtudes através do hábito não se torna algo mecânico ou forçado para o agente da ação, mas sim algo que partiu libertamente desse sujeito.

Sempre tem que lembrar que para serem totalmente bom as disposições interiores, a qualidade da ação e o fim almejado tem que ser boas. O cidadão agora tem uma postura responsável pelas suas ações.

Agora tem-se o cidadão virtuoso e responsável dentro de uma prática a partir do próprio indivíduo. O próximo passo é perceber a necessidade deste cidadão com estas características ético-aristotélicas numa comunidade social. Mas antes tem que analisar os antecedentes das argumentações de Aristóteles da educação do cidadão.

4.2. A finalidade da educação ética do cidadão.

4.2.1. A práxis social do cidadão ético

A grande questão é entender a finalidade do processo da educação ética do cidadão numa sociedade. Por que tratar de uma “eticidade” primeiramente individual e depois social?

Aqui em todo o processo da educação ética individual mostra que deve-se trabalhar a pessoa e a partir daí já se formar a sociedade ao qual está inserido. A “eticidade” social é uma consequência da “eticidade” individual. O cidadão ético já está imbuído de uma estrutura ética a partir de suas virtudes ao qual ele esteja realizando. A educação ética do cidadão se realiza plenamente na sociedade.

“A educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade. O caráter da comunidade imprime-se em cada um dos seus membros e é no homem, muito mais que nos animais, fonte de toda ação e de todo comportamento. [...] A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade”. (JAEGER, Werner W. 1994. p. 4)

Todo o processo de pesquisa de Aristóteles no livro *Ética à Nicômacos* tem a finalidade de preparar o cidadão para se realizar na política, como ele já diz: “o objetivo de nossa investigação, tal investigação é de certo modo o estudo da ciência política” (Aristóteles. 1987. p. 18).

“Na ética, não se esquece que o homem individual é essencialmente um membro da sociedade” (ROSS, W. David. 1987 p.193). Esta é a chave de motivação de todo o processo educativo, a sociedade.

Marilena Chauí já dizia que Aristóteles subordina o bem do indivíduo ao Bem Supremo da polis. Esse vínculo interno entre ética e política significa que as qualidades das leis e do poder dependiam das qualidades morais dos cidadãos e vice-versa, das qualidades da cidade dependiam as virtudes dos cidadãos.

“A virtude da parte precisa ser examinada em relação à virtude do todo” (Aristóteles. 1990 p. 168). E por isso que um dirigente de um Estado precisa ser o sujeito ético por excelência, pois ele, como diz Aristóteles, “formam os cidadãos habituando-os a fazerem o bem; esta é a intenção de todos os legisladores...” (Aristóteles, 1985, p 35). Com isso este dirigente tem a missão de ser o facilitador ético e o maior praticante ético numa sociedade. Quando se fala de facilitador, é para se entender a missão ao qual este dirigente terá num meio social, ou ainda melhor, político. “O dirigente deve ter a virtude ética por inteiro; pois sua tarefa é liderar e a razão lidera” (Aristóteles. 1999 p. 166).

Com isso conclui-se como diz Chauí que somente a cidade boa e justa, os homens poderiam ser bons e justos; e somente homens bons e justos são capazes de instituir uma cidade boa e justa.

O cidadão ético chega aqui na sua grande finalidade, a ação e a promoção ética no meio social. E o mais importante, a transformação ética acontecendo como fermento na massa que aos poucos vai crescendo e dando formas e formando novos cidadãos éticos.

Vida política

Ao tratar de vida política não se quer separar de vida social, pois não haveria tal distinção que poderiam ser antagonizadas. Aqui vai ser mostrada a motivação da construção da vida política do cidadão, pois como a ética individual é uma construção, a vida política também passa por este processo. Como já dizia Hannah Arendt: “O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebia, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*” (ARENDT, Hannah. 2009. p. 33).

O cidadão além de ter uma vida familiar, que é a vida privada, tem uma vida política que Arendt chama de *bios politikos*.

“... toda família é parte do Estado; e a virtude da parte precisa ser examinada em relação à virtude do todo” (Aristóteles, A política. 1999. p. 168).

Quando se fala de visar o todo na política em Aristóteles, não se fala de ter-se com cidadãos que são iguais num sentido uniforme, mas cada um tendo suas características, tornando a política numa condição plural. “A pluralidade, neste caso, é natural; e quanto mais o Estado se afastar da pluralidade, em direção à unidade, menos Estado será e mais próximo estará de uma família” (Aristóteles. 1990 p. 170).

Parece que Aristóteles tem uma rejeição a estrutura da família. Mas o que ele teme é o poder despótico. Pois numa família para ele o que manda é chefe da casa, o “pai”, e os seus subservientes são a mulher, os filhos, empregados, escravos etc. Mas para Aristóteles na política não se deve construir esse tipo de poder. Por isso que a pluralidade é muito positiva para a política. E Aristóteles é mais ratificante nesta afirmação:

“Existe outra indicação de que a unidade é ruim, num Estado; a família é mais auto-suficiente do que o indivíduo, e o Estado, mais do que a família; e quando este momento é alcançado, quando a associação formada pelas pessoas é auto-suficiente, então temos uma cidade, ou Estado. (Aristóteles, 1990. p. 171)

Mas o mais importante é que o ser humano é um ser relacional. “Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos” (ARENDT, Hannah. 2009. p. 31).

Só que temos um problema que é um trecho do livro a política de Aristóteles que diz: “O estado é uma criação da natureza e que o homem é, por natureza, um animal político” (Aristóteles, A política. 1999 p. 146), ou seja, social. Por muito tempo se definiu neste trecho como a vida política/social como uma ação meramente instintiva do homem, como é nos animais a construção “social” no seu nicho ecológico. Hannah Arendt já dizia que esta companhia natural social da espécie humana era vista como imposta pela necessidade biológica.

Se for considerado como biológico, não necessitaria de outros para realizar a sua função, mas como diz Arendt que “só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus são capazes de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros” (ARENDT, Hannah. 2009. p. 31).

E neste ponto é bom recordar da ação voluntária que já foi abordado acima. A deliberação e a escolha é a chave da liberdade do cidadão ético e para a sua construção política. Se fosse instintivo, seria impositivo do meio externo para o cidadão. Mas como o cidadão ético é consciente e senhor de sua ação, a política é uma construção, como afirma Arendt que tudo é decidido mediante palavras e persuasão. A polis é o lugar aonde o discurso tem sentido e a preocupação de todos os cidadãos, como diz Arendt, é discorrer uns com os outros.

Comunidade ética

Como afirma Vaz: “É no terreno da ideia de comunidade ética que se traça a linha de fronteira entre ética e política” (1993 p. 262). E é justamente neste ponto que se finaliza todo o processo da educação ética do cidadão, e na construção de uma comunidade ética. Neste ponto que se delimita o objetivo desta pesquisa, pois não é uma argumentação de tipo de política e nem modelo de sociedade, mas uma concretização da ação do cidadão com outros cidadãos que percebe em suas experiências éticas o relacionar-se entre si, constituindo uma força-tarefa ética.

“A crise das sociedades políticas nascidas da modernidade impõe, por conseguinte, a busca de outra concepção do ponto de partida da filosofia política.” (VAZ. Henrique de Lima. 1993 p. 262). E esta crise está na incerteza de base ética que norteia a sociedade como um todo.

“Convém lembrar que a ideia de vida política nasceu num contexto histórico da crise do ethos das aristocracias guerreiras na Grécia antiga e do advento de uma nova forma de comunidade ética que irá encontrar sua expressão nas constituições democráticas da polis.” (VAZ. Henrique de Lima. 1993 p. 262)

E hoje a política está numa situação que não responde como modelo ético. Agora é proposto como novo modelo a comunidade ética que tem a participação de todos de acordo com uma analogia a palavra comunidade que expressa comum + unidade.

E com tudo isso fica uma pergunta: como concretizar esta comunidade ética? Vaz, analisando esta situação diz que uma nova forma de comunicação ética nesta civilização contemporânea, tenha como expressão e fundo a emergência histórica da consciência da humanidade, e esteja presente e atuante neste mundo assinalado pela crise e pelo declínio do Estado de poder e apresentar a exigência de um tempo de ética e política.

A “eticidade” não está em se ter as respostas, mas no transcorrer das discussões que acontecerá a verdadeira ética. E talvez a construção desta comunidade seja utópica, mas é necessária para se ter um cidadão ético. E o dar mais esperança de isto acontecer é que só depende do próprio cidadão de realizar tal meta da “eticidade” comunitária.

Considerações finais

A sociedade está preocupada com a falta de ética em seu meio. Mas quer mudar o todo, indo do geral para o particular. É certo dizer que o problema ético está danificando o todo, ao qual é a sociedade. Só que a tentativa de resolução não pode começar do todo. O trabalho de educação ética tem que ser inicializada no sujeito individual e assim se estendendo aos outros membros da sociedade.

Este processo é como uma luz que é irradiada por uma lâmpada, começa de si mesma e vai iluminando o que está próximo e assim outros da mesma forma até que se torne uma luz única formando uma comunidade de luz.

O problema não está nos outros que pertencem a sociedade (como um corpo parasitário), mas em cada cidadão que há a carência ética. O trabalho da educação ética tem que partir desde criança e ser ratificada quando adulta.

A localização das virtudes que estão já no cidadão e a prática como hábito é a esperança que Aristóteles mostra que as virtudes podem ser ensinadas, praticadas, deliberadas e escolhidas. O protagonismo do cidadão está neste processo e a transformação do meio está na conclusão do mesmo.

“Gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares não muito importantes, consegue mudanças extraordinárias”. (Provérbio africano) Este provérbio africano quer mostrar que partir do particular, mesmo parecendo inútil, é o que vai fazer a diferença quando se chega ao todo.

Pensar a educação do cidadão na ética de Aristóteles é trabalhar as virtudes. Este bem, a areté, é a atividade da alma conforme a razão. E quando se fala de atividade, são saltos qualitativos que o cidadão faz. Qualitativos porque os hábitos dão isto ao cidadão. Apesar de que quando se falam de hábitos e se repetirem os mesmos gradativamente, parece-se com quantitativo. Mas com a presença do ato voluntário onde há a escolha e a deliberação, mostra a qualidade da ação ética que cada vez é praticada ela se fortifica no cidadão.

Ser cidadão ético é ter consciência de si e dos que estão ao seu redor. Ele não é somente o que vai praticar a ética, mas aquele que também vai ser o formador por excelência.

O objetivo deste trabalho chegou aonde se queria, que era demonstrar a necessidade deste processo aristotélico da educação ética e sua finalidade que é a composição da comunidade ética. Agora só falta é a tomada de consciência de cada cidadão que depende dele a transformação do meio.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **A CONDIÇÃO HUMANA**. Hannah Arendt [trad. Roberto Raposo]; Forense Universitária, 10ª ed. Rio de Janeiro, 2009.

ARISTÓTELES. **A ÉTICA**. [Superv. Jair Lot Vieira; Trad. Paulo Cássio M. Fonseca]. EDIPRO. Bauru, 1995.

_____. **ÉTICA À NICÔMACOS**. [Trad. De Mário da Gama Kury]. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1985.

_____. **A POLÍTICA**. [Trad. Therezinha Monteiro Deutsch e Baby Abrão]. Nova Cultural. Coleção Os Pensadores. São Paulo, 1999.

JAEGER, Werner Wilhelm. **PAIDÉIA: A formação do homem grego.** Werner Wilhelm Jaeger [trad. Artur M. Parreira]; Martins Fontes, 3ª ed. São Paulo, 1994.

MACINTYRE, Alasdair. **DEPOIS DA VIRTUDE: um estudo em teoria moral.** Alasdair MacIntyre [trad. Jussara Simões]; EDUSC. Bauru, 2001.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **HISTÓRIA DA FILOSOFIA: Antiguidade e Idade Média.** Giovanni Reale e Dario Antiseri. Paulus Vol. 1, São Paulo 1990.

ROSS, Willian David. **ARISTÓTELES.** Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1987.

VAZ, Henrique C. de Lima. **ESCRITOS DE FILOSOFIA II: Ética e Cultura.** Henrique C. de Lima Vaz. Loyola, 3ª Ed. Col. Filosofia, São Paulo, 1993.

_____. **ESCRITOS DE FILOSOFIA IV: Introdução à Ética Filosófica I.** Henrique C. de Lima Vaz. Loyola, 2ª ed. São Paulo, 2002.

VERGNIÈRES, Solange. **ÉTICA E POLÍTICA EM ARISTÓTELES: physis, ethos, nomos.** Solange Vergnières. [Trad. Constança Marconde Cesar]. São Paulo. Paulus, 1998.

5. ASPECTOS JURÍDICOS E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM RONDÔNIA²⁵

Cintia Bárbara Paganotto Rodrigues²⁶

5.1. Apresentação

Considerando as constantes violações de direitos humanos, praticadas cada vez mais em desfavor de um setor da sociedade mais desprovido de informação e acesso aos meios de proteção do cidadão, este trabalho tem como objetivo trazer o mínimo de instrução prática necessária à garantia dessas defesas, com vistas a inverter esta atual realidade. Trata-se, antes de mais nada, de uma orientação, realizada de forma sistematizada, por temas, a fim de formar uma espécie de cartilha, baseada na **“Cartilha de Direitos Humanos” do Instituto de Acesso à Justiça (IAJ) de Porto Alegre/RS**, adaptada à realidade de nossa cidade – Porto Velho/RO. Dessa forma, esse trabalho pode ser utilizado como um guia informativo na defesa de direitos e interesses de vários segmentos sociais.

A violência atinge de diversas maneiras os diferentes setores da sociedade, aparecendo sob múltiplas formas: no abandono daqueles que estão em situação de especial vulnerabilidade; na violência física, praticada por diferentes agressores; na violência intra-familiar, nas atitudes de discriminação a portadores de deficiências, contra a mulher, por motivos étnicos, raciais, religiosos, de orientação sexual, de origem geográfica ou classe social, etc. Dessas violências e expressões de intolerância resultam vítimas que precisam ser atendidas em seus direitos.

Com base nessas preocupações, é que foi elaborada a Cartilha de Direitos Humanos do IAJ, na qual a presente cartilha se baseia. Espera-se:

- Criar uma referência básica nos diferentes espaços governamentais, não governamentais, familiares e comunitários que trabalhem com a temática em favor de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;

²⁵Trabalho produzido para o Projeto Educação em Direitos Humanos - 2009 (UNIR/ PIBEX, CJP/ MISERIOR).

²⁶Bacharel em Direito pela Universidade Luterana do Brasil/ULBRA – Porto Velho/Rondônia. Advogada da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho/RO.

- Apresentar subsídios para uma discussão sobre a violência, suas causas e conseqüências, assim como os direitos violados e caminhos ou formas de reparação;
- Chamar a atenção para a responsabilidade de cada cidadão/ã de enfrentar e superar a violência e para os recursos disponíveis para isso;
- Reafirmar a necessidade de enfrentar a violência por meio dos instrumentos e espaços oferecidos pelo Estado Democrático de Direito.

5.2. Os direitos humanos

Direitos Humanos são todos os direitos conquistados ao longo dos tempos por todas as pessoas. Entre os direitos humanos podemos citar, além do direito à vida e à integridade física, também o direito à educação, à habitação, ao trabalho, à terra, à saúde, ao lazer, à informação e a um meio ambiente saudável e preservado. Mulheres e homens, negros, brancos, amarelos, índios, homossexuais, heterossexuais, idosos, crianças e adolescentes, portadores de deficiência, estrangeiros, migrantes, refugiados, portadores de HIV (Aids), policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza, trabalhadores sem terra, sem teto, todos, sem exceção, são portadores dos direitos humanos.

O que você faz com as violações dos direitos humanos?

Você sabia que não fazer nada ou não acreditar pode contribuir para manter as coisas como estão?

Veja a seguir, alguns caminhos sugeridos para que você possa prevenir e denunciar as violações de direitos humanos.

- Defensoria Pública

Av. Sete de Setembro, 1342, Centro, Shopping Cidadão, fone: 3216-5051/7292

- Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rondônia

Rua Paulo Leal, 1300, Centro, fone: 3217-4201

- Ministério Público Federal

Av. Joaquim Araújo Lima (Abunã), Bairro São João Bosco, CEP 76.803-749, Porto Velho/RO, fone: 3216-0500.

- Ministério Público Estadual

Rua Jamarã, nº 155, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-917, fone: 3217-3700

5.3. O direito de ser tratado como igual

Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é o de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A violência pela discriminação ocorre quando as pessoas são tratadas de forma desigual no exercício dos seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, por exemplo.

Diz a Constituição Federal, em seu Artigo 3º, que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

A Lei nº 7.716/89 define os crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, e, ainda, o artigo 140, §3º, do Código Penal estabelece como injúria qualificada a conduta de ofender a dignidade de alguém utilizando para tanto elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

Além da comunidade negra, são vítimas de racismo os índios e os imigrantes de diversas origens. Outra forma de discriminação acontece em virtude da condição social ou econômica de uma pessoa.

O que fazer ao verificar um caso de racismo?

Procure imediatamente o Distrito Policial mais próximo e registre a denúncia/ocorrência, munindo-se de preferência, do auxílio ou de informação a cerca de testemunhas e provas que levem ao conhecimento do fato;

Apóie e participe do trabalho das entidades que se dedicam à promoção da tolerância e da luta contra o racismo e a discriminação; Promova, de todas as formas possíveis, os valores da tolerância, da fraternidade e da solidariedade.

Dica de endereços em Porto Velho:

- Conselho Indigenista Missionário – CIMI

Rua Dom Pedro II, nº 650, Centro, fone 3221-4601

- Fundação Nacional do Índio – Funai

Rua Rui Barbosa, nº 1407, Bairro Arigolândia, fone: 3211-4611/4600

- Central de Polícia

Rua Alexandre Guimarães, Bairro Areal, fone: 3216-5595

- Ministério Público Federal e Estadual (vide endereço nos itens acima)

5.4. O direito de opção sexual

A Constituição Federal Brasileira, as constituições estaduais, e Leis orgânicas municipais, todas proíbem a discriminação e o preconceito contra a orientação sexual, seja hetero ou homossexual.

O que se vê, contudo, é a prática generalizada da violência moral e física contra homossexuais, transexuais, bissexuais, travestis e lésbicas.

Contribuem fortemente para isso os meios de comunicação irresponsáveis quanto à sua função de cidadã. Por isso, denuncie e faça valer o seu direito à opção sexual.

Se você for vítima de violência por ser homossexual, registre queixa na Delegacia Policial mais próxima, e busque indenização pelo dano moral, psicológico e material sofridos.

Como cidadão/ã, exija o respeito aos direitos constitucionais e às normas legais que proíbem e punem a discriminação.

Dica de endereços em Porto Velho:

- Defensoria Pública

Av. Sete de Setembro, 1342, Centro, Shopping Cidadão, fone: 3216-5051/7292

- Ministério Público Estadual

Rua Jamaria, nº 155, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-917, fone: 3217-3700

- Central de Polícia (vide endereço nos outros itens) e Distritos Policiais

5.5. O que fazer quando a pessoa sofre abuso de autoridade?

O abuso de autoridade é crime. Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

À liberdade de locomoção; À inviabilidade do domicílio; Ao sigilo de correspondência; À liberdade de consciência e crença; Ao livre exercício do culto religioso; À liberdade de associação; Aos direitos e garantias legais assegurados no exercício do voto; Ao direito de reunião; À incolumidade física do indivíduo; Aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.

Constituem também abuso de autoridade (quando não constituem crime):

Ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual sem as formalidades legais ou com abuso de poder; Submeter pessoa sob a sua guarda ou custódia a vexame ou

constrangimento não autorizado em lei; deixar a autoridade policial de comunicar, imediatamente, ao juiz competente, a prisão ou detenção de qualquer pessoa, ou deixar de apresentá-la, sem demora, à autoridade judicial; A recusa do oferecimento de recibo referente a importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa, pelo carcereiro ou agente de autoridade policial; Ofender a honra das pessoas, ou lesar o seu patrimônio.

Tudo está previsto na Lei 4.898/65, que instituiu o crime de Abuso de Autoridade.

É considerada autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar ainda que transitoriamente e sem remuneração.

Dicas do que fazer:

Se você for vítima de abuso de autoridade, encaminhe uma representação, por meio de um documento chamado petição, para: Autoridade superior que tiver competência legal para punir a autoridade civil ou militar culpada; Ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo crime contra a autoridade culpada.

A representação (a petição) será feita em duas vias. Deve incluir o relato do fato que constitui o abuso de autoridade, com todas as circunstâncias, a qualificação do acusado e a lista de testemunhas, no máximo de três, se as houver.

Um dos principais instrumentos jurídicos contra o abuso de autoridade (garantido pela Constituição Federal) é o Habeas Corpus. Ele pode ser apresentado por qualquer pessoa ao juiz, sem precisar de advogado.

O Habeas Corpus é preventivo quando você tiver ameaçado(a) de ser preso(a) ou quando for constrangido(a) ilegalmente, ou é liberatório quando a pessoa estiver presa ilegalmente

O pedido de Habeas Corpus deve ser entregue no Fórum Criminal de Porto Velho, ou no Tribunal de Justiça.

Há sempre um juiz de plantão, diariamente, após as 18h30min e nos finais de semana e feriados.

Assim que o Habeas Corpus for concedido, a pessoa presa será libertada.

Modelo de Habeas Corpus:

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de

José da Silva, brasileiro, encanador, morador nesta cidade, na rua, nº..., bairro,....., vem a presença de Vossa Excelência impetrar Habeas Corpus em favor de seu irmão Antonio da Silva, brasileiro, motorista, pelos seguintes motivos:

Antonio foi preso no dia ../../. às ... horas na rua,bairro....., por policiais civis (ou militares, quando for o caso) acusado de(colocar, se houver os motivos alegados pelas autoridades).

A prisão do cidadão é ilegal porque não havia ordem judicial e ele não estava em flagrante delito, como afirma o Artigo 5º da Constituição Federal. (ou outro motivo)

Assim, peço a Vossa Excelência que atenda a esse pedido de Habeas Corpus para libertar imediatamente o cidadão Antonio da Silva, preso ilegalmente no (colocar o número) Distrito Policial (ou na Delegacia de Polícia, se for o caso ou no Presídio, se for o caso), conforme é de direito e justiça.

Porto Velho____de____de____

Assinatura de José da Siva

Dica de endereços em Porto Velho:

- Fórum Cível (Varas cíveis e de família)

Av. Nações Unidas, nº 271, Bairro Nossa Senhora das Graças, fone: 3217-1302/1303

- Fórum Criminal (varas criminais)

Rua Rogério Weber, 1928, Praça Mal. Deodoro, Centro, fone: 3217-1202/1210

- Tribunal de Justiça de Rondônia

Rua José Camacho, 585, Bairro Olaria, fone: 3217-1069

5.6. A prática da tortura é crime!

A tortura é um dos atentados mais abomináveis à dignidade humana.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma, em seu Artigo 5º: Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento cruel, desumano ou degradante . A Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passou a considerar a tortura como um crime autônomo e hediondo. Em que pese o vigor dessas normas, a tortura ainda é praticada contra pessoas presas - constituindo abuso de autoridade - e contra muitas vítimas da violência e criminalidade urbana.

Uma sociedade só será considerada efetivamente democrática no momento em que conseguir reduzir substancialmente esse tipo de violência.

O que fazer para denunciar?

Se você tiver sido submetido à tortura, denuncie imediatamente o caso às autoridades e busque apoio nas entidades governamentais e não governamentais de direitos humanos.

Se você constatar o uso da tortura em dependências policiais, aja de forma cidadã e denuncie o caso às autoridades.

Apóie todas as iniciativas voltadas para a valorização da dignidade humana e para prevenir o tratamento cruel, desumano ou degradante.

O SOS Tortura é um serviço destinado a combater a prática da tortura no Brasil, operado por uma central nacional de denúncias e vinte centrais de monitoramento espalhadas pelas cinco regiões do país, com capacidade de controle e fiscalização dessas ocorrências. Denuncie 0800 707 5551 (a ligação é gratuita e confidencial).

Outras dicas de endereço:

- Corregedoria da Polícia Civil

Av. Pinheiro Machado, esq. com rua João Goulart, fone: 3216-8827/8859

- Ministério Público Federal

Av. Joaquim Araújo Lima (Abunã), Bairro São João Bosco, CEP 76.803-749, Porto Velho/RO, fone: 3216-0500.

- Ministério Público Estadual

Rua Jamaria, nº 155, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-917, fone: 3217-3700

5.7. O que fazer quando a pessoa é vítima de exploração sexual?

A situação de mulheres e homens, crianças e jovens submetidos à prostituição, representa uma das mais graves violações aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Não há uma separação entre a violência sofrida por crianças e adultos de ambos os sexos.

A legislação não pune a prostituição, mas sim todas as atividades ligadas à exploração sexual.

Em relação à criança e ao adolescente, a Lei nº 8.069/90, que Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, pune com rigor a exploração sexual cometida contra menores de 18 anos. Atualmente existe o programa do Governo Federal “disque 100”, para denunciar com facilidade qualquer tipo de abuso cometido contra criança e adolescente.

O que fazer se você é vítima de exploração sexual?

Procure conhecer os seus direitos e deveres incluídos na legislação. Para isto, entre em contato com entidades governamentais e não governamentais; Organize-se socialmente, integrando ou constituindo uma associação para a defesa dos seus direitos; Denuncie na Justiça e na Polícia casos de violação da sua dignidade, de agressões físicas e morais.

E se você testemunhar violência contra profissionais do sexo? DENUNCIE à Justiça, Polícia e às ONGS de direitos humanos.

E como proceder em caso de abuso sexual?

Na Delegacia de Polícia mais próxima e solicite exame de corpo delito no IML, e com as mesmas roupas e só depois tome banho. Aja de forma cidadã. Procure impedir a violência e denuncie.

Dicas de Endereços em Porto Velho:

- Instituto Médico Legal

Av. José Adelino, 3411, Bairro Costa e Silva, fone 3216-8846/8803

- Delegacia Especializada de Proteção à criança e ao adolescente

Rua das Crianças, nº 4685, Bairro Areal da Floresta, fone 3227-2799

- Delegacia de Defesa da Mulher e da Família

Av. Euclides da Cunha, esquina com 7 de Setembro, Centro, fone: 3216-8800

- Central de Polícia

Rua Alexandre Guimarães, Bairro Areal, fone: 3216-5595

- Centro de Referência para atendimento às mulheres vítimas de violência

Rua Rafael Vaz e Silva, nº 3150, Bairro Liberdade, fone: 3901-3640/ 0800-647-1315

5.8. Os direitos do familiar de pessoa assassinada

A Constituição de 1988 prevê, em seu artigo 245, que a lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

As famílias de vítimas de violência, muitas vezes, não se reconhecem como pessoas também vitimizadas pelo fato e desconhecem seus direitos ou os serviços que podem usufruir.

É comum, também, a tendência a esquecer, deixar de lado, apagar da memória, como uma defesa imediata. Não faça isso!

O medo é um fator que dificulta a busca por direitos: este aparece como um fator nas falas das famílias afetadas que temem represálias do autor do crime, principalmente quando este não está preso.

Ao medo, muitas vezes, acrescenta-se o descrédito da população na ação das instituições controle e garantia de justiça.

Estas situações de luto por causa da violência, quando não trabalhadas e elaboradas, podem reaparecer sob a forma de distúrbios: aquilo que foi silenciado, ressurge como revolta.

Como proceder?

Se você conhece alguma família afetada pela morte violenta de algum de seus membros, aproxime-se, converse, faça com que perceba a necessidade de atendimento.

Existem direitos que devem ser atendidos: procure as organizações públicas e privadas de defesa dos direitos das vítimas.

Dicas de endereços em Porto Velho:

- Defensoria Pública

Av. Sete de Setembro, 1342, Centro, Shopping Cidadão, fone: 3216-5051/7292

- Ministério Público Federal

Av. Joaquim Araújo Lima (Abunã), Bairro São João Bosco, CEP 76.803-749, Porto Velho/RO, fone: 3216-0500.

- Ministério Público Estadual

Rua Jamarã, nº 155, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-917, fone: 3217-3700

5.9. O que fazer quando o cidadão é violado no atendimento aos serviços de saúde?

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário das ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Artigo 196 da Constituição Federal)

Você sabia que tem direito:

De receber um atendimento de qualidade, atencioso e respeitoso; De ser identificado pelo nome e sobrenome e não ser chamado pelo nome da doença; De receber auxílio imediato e oportuno do funcionário adequado; De receber informações claras, simples e compreensivas; De ser esclarecido se o tratamento ou diagnóstico é experimental ou faz parte de pesquisa; De recusar ou consentir com procedimentos, diagnósticos ou terapias; De receber medicamentos básicos; De segurança e integridade física nos hospitais públicos e

privados; De não ser discriminado por qualquer doença e de ser protegido em sua dignidade, mesmo após a morte.

O paciente tem o dever de zelar pela própria saúde. Deve ter sempre consigo seus documentos e levar para as consultas e os exames radiografias e todo o material que auxilie no diagnóstico. Deve anotar todas as reações e dúvidas que surgiram durante o tratamento. O paciente tem o dever de participar do seu tratamento, promovendo assim uma saúde melhor para todos.

Dica de endereços em Porto Velho:

- Defensoria Pública

Av. Sete de Setembro, 1342, Centro, Shopping Cidadão, fone: 3216-5051/7292

- Ministério Público Federal

Av. Joaquim Araújo Lima (Abunã), Bairro São João Bosco, CEP 76.803-749, Porto Velho/RO, fone: 3216-0500.

- Ministério Público Estadual – Promotoria da Saúde

Rua Jamaria, nº 155, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-917, fone: 3217-3700

- Conselho Estadual de Saúde de Rondônia

Rua Elias Gorayeb, nº 2576, Bairro Liberdade, fone: 3216-5286

- Pastoral da Saúde

Av. Carlos Gomes, nº 964, Centro, fone: 3221-2270/3224-1590

5.10. Os direitos do portador de HIV (AIDS)

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso 10, protege o direito à intimidade e o Código Civil Brasileiro regula a forma pela qual os ofensores repararão o dano causado.

Os cidadãos portadores do HIV (AIDS) sofrem, entre outras violências, o dano moral, verificado quando a sua vida privada e a sua honra são feridas pela publicidade indevida de sua condição, quer por meio de pessoas em ambiente familiar, social e profissional, quer por meio de profissionais que não respeitam a ética.

A testagem sorológica compulsória também representa uma invasão de privacidade, com implicações legais, éticas, científicas e sociais.

Algumas situações autorizam, porém, a solicitação de exames, seja para a preservação da própria saúde, seja para preservar a saúde das outras pessoas. O fundamental, contudo, é

garantir o pleno direito à cidadania por parte de todas as pessoas, em particular daquelas atingidas pelo HIV (AIDS).

O que fazer?

Não se deixe vencer pela discriminação e pelo preconceito: para isto, una-se a outras pessoas que se encontram na mesma situação e procure participar de grupos de apoio.

Se você conhece pessoas portadoras, tenha a consciência de que a solidariedade é o fundamento maior de uma sociedade realmente democrática.

Nesse sentido, apóie as pessoas portadoras do HIV (AIDS) da forma que puder. Colabore, de modo especial, com as entidades governamentais e não governamentais que atuam junto a essas pessoas.

- Conselho Estadual de Saúde de Rondônia

Rua Elias Gorayeb, nº 2576, Bairro Liberdade, fone: 3216-5286

- Pastoral da Saúde

Av. Carlos Gomes, nº 964, Centro, fone: 3221-2270/3224-1590

5.11. Os direitos da pessoa portadora de sofrimento psíquico

A Declaração de Caracas, de 14/11/1990, prevê que as legislações dos países devem ajustar-se de modo que assegurem o respeito aos direitos humanos e civis dos doentes mentais e promovam a organização dos serviços comunitários de saúde mental que garantam o seu cumprimento.

A Declaração da ONU, de 17/12/1991, através do documento A Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental e a Melhoria da Assistência à Saúde Mental, defende em seus 25 princípios, os direitos dos portadores de sofrimento psíquico sem discriminação de qualquer espécie.

Os portadores de sofrimento psíquico sofrem muita discriminação na sociedade, chegando até mesmo a serem tratados como pessoas perigosas e a receberem tratamentos desumanos.

O que fazer?

Se você conhece alguma pessoa portadora de sofrimento psíquico e quer ajudá-la, primeiramente, não tenha preconceitos sobre a sua condição. A doença mental deve e pode ser enfrentada como qualquer outra doença.

Denuncie qualquer situação que retrate maus-tratos ou negligências com os portadores de sofrimento psíquico ou os encaminhem para algum serviço de saúde que poderá recebê-los de forma adequada.

Dica de endereços em Porto Velho:

- Centro de Atenção Psicossial Madeira Mamoré (CAPS Estadual)

Rua Elias Gorayeb, Bairro Liberdade, fone: 3216-7333

- Centro de Atenção Psicossocial Três Marias (CAPS Municipal)

Rua Equador, nº 2211, Bairro Nova Porto Velho, 3901-2815

- Sociedade Pestalozzi de Porto Velho

Rua Líbero Badaró, s/n, Bairro Costa e Silva, fone: 3224-4894

5.12. O direito ao tratamento para dependência química

O uso indevido de drogas tornou-se um problema de saúde pública. Trata-se de um problema que não atinge somente o indivíduo usuário de drogas, mas a sua família, seus vizinhos, seu emprego e a comunidade de modo geral.

O que são drogas? São substâncias que produzem mudanças nas sensações, no grau de consciência e no estado emocional. Atuam no cérebro e têm potencial para causar dependência.

Quando falamos em drogas, em geral pensamos em maconha, cocaína, crack, por exemplo, que são ilegais. Porém, há substâncias legalizadas que são igualmente prejudiciais à saúde, como o álcool e a nicotina.

A pessoa usuária ou dependente de drogas tem direito ao atendimento na área da saúde, de forma adequada ao seu caso.

Toda pessoa possui o direito a uma avaliação inicial, preferencialmente por uma equipe multiprofissional, devendo ser realizado um diagnóstico do problema e identificada a forma mais adequada de tratamento.

Há pessoas que necessitam de tratamento ambulatorial (consultas psiquiátricas, psicológicas, orientação e acompanhamento familiar), outros necessitam de internação hospitalar e/ou em comunidades terapêuticas.

O que fazer?

Procure o posto de saúde mais próximo de sua residência e marque uma consulta.

O médico clínico fará seu encaminhamento para as especialidades necessárias ao seu caso ou de seu familiar.

Alguns endereços úteis para tratamento de dependência química e saúde:

- Associação de Pais e Amigos dos Toxicômanos de Rondônia - APATOX

Rua Rafael Vaz e Silva, nº 2199, Bairro São Cristóvão, fone: 3221-3351/9201-8734

- Associação Casa Família Rosetta

Rua Marechal Deodoro, 1213, Bairro Areal, fone: 3224-5112

- Alcoólicos e Narcóticos Anônimos

5.13. O direito aos mínimos sociais

O art. 1º da Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS, garante: a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas . Ainda prevê que a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Segundo a LOAS, é direito de todo cidadão ter acesso aos mínimos sociais, sem discriminação, com igualdade de direitos no acesso ao atendimento.

É dever do município de Porto Velho prover esses mínimos à população, através do atendimento na rede de serviços bem como de repasse de auxílios como renda mínima;

O que fazer?

Se você conhece alguma pessoa ou família que esteja passando por uma situação de necessidade, de falta de alimentação e habitação diga a esta que ela poderá procurar os Centros Regionais de Assistência Social para ser acolhida; Essa pessoa ou família poderá ser incluída em algum dos programas sociais existentes na rede de assistência da cidade, a fim de melhorar sua situação de vulnerabilidade social.

5.14. o acesso à documentação

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º (primeiro), garante a todo brasileiro a cidadania e a dignidade humana, entre outros direitos. Neste sentido, toda pessoa que nasce em território brasileiro possui o direito de obter documentação completa e necessária para que exerça mais facilmente a cidadania. Não significa que, sem documentação, a pessoa não será um cidadão ou não terá acesso aos serviços disponíveis.

A gratuidade da documentação também é garantida pela Constituição Federal em seu artigo 5º. Para as pessoas sem condições de pagarem a taxa respectiva, basta a declaração,

de próprio punho, (por testemunha, no caso de a pessoa ser analfabeta), de que não possui condições financeiras para pagar o documento.

COMO E ONDE FAZER SEUS DOCUMENTOS?

Atualmente em Porto Velho existe o “Shopping Cidadão” onde são oferecidos todos os serviços básicos aos cidadãos, inclusive a expedição de vários documentos (RG, Carteira de Trabalho e etc.).

5.15. Os direitos da criança e do adolescente

A Constituição Federal, no artigo 227, afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e agressão.

Quem é criança e adolescente?

O artigo 2º do ECA responde: Considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

O artigo 5º afirma que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O que fazer?

Para poder conhecer e defender - sempre - os direitos da criança e adolescente, procure, conhecer, antes de tudo, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Diante de uma situação concreta de violência nessa área, procure imediatamente o Conselho Tutelar mais próximo de sua casa. Registre também a ocorrência no Distrito Policial do bairro.

Procure também orientação junto ao Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (CDCA) e junto as ONGs que trabalham nesse campo.

Alguns endereços úteis:

- Ministério Público Estadual (vide endereço)

- Conselho Titular:

R. Tenreiro Aranha, 2886 – Olaria, 3216-3660.

- DPCA – Delegacia Especializada em Direitos da Criança e do Adolescente

Rua das Crianças, 4685, Bairro Areal da Floresta.

5.16. Os direitos da mulher

Apesar dos avanços registrados na conquista dos direitos das mulheres como direitos humanos, há muito que se fazer para evitar que elas deixem de ser discriminadas e submetidas a todo tipo de violação dos seus direitos e garantias fundamentais.

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 5º, I, dispõe: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição.

Há muitas mulheres que ainda sofrem violências físicas (espancamentos, lesões corporais), psicológicas (ameaças) e sexuais (estupro e atentado violento ao pudor) dentro da própria casa e nos espaços públicos.

No âmbito do trabalho, além das diferenças salariais, algumas mulheres são submetidas ao assédio sexual, ou seja, ao constrangimento ou a chantagem praticada pelo chefe com o fim de obter vantagem sexual em troca de promoção ou manutenção da mulher no emprego ou no cargo onde se encontra.

O que fazer?

Diante de casos concretos de violência, você deve procurar imediatamente as Delegacias Especializadas da Mulher, os organismos específicos do Poder Judiciário e do Ministério Público e as entidades feministas não governamentais.

Encaminhe a mulher vítima de violência aos serviços públicos de saúde mais próximos.

No caso de a mulher ter sido vítima de estupro ou de qualquer outro tipo de violência sexual, indique-a a procurar o mais depressa possível o Instituto Médico Legal (IML), para ser examinada.

Atenção: Oriente-a a não tomar banho antes de ser examinada, pois ao lavar seus órgãos genitais, descaracterizará a prova principal do crime.

Organize-se social e politicamente participando de um grupo de mulheres no seu bairro e no seu município.

Dicas de endereços:

- Instituto Médico Legal

Av. José Adelino, 3411, Bairro Costa e Silva, fone 3216-8846/8803

- Delegacia de Defesa da Mulher e da Família

Av. Euclides da Cunha, esquina com 7 de Setembro, Centro, fone: 3216-8800

- Central de Polícia

Rua Alexandre Guimarães, Bairro Areal, fone: 3216-5595

- Centro de Referência para atendimento às mulheres vítimas de violência

Rua Rafael Vaz e Silva, nº 3150, Bairro Liberdade, fone: 3901-3640/ 0800-647-1315

5.17. Os direitos do(a) idoso(a)

As pessoas idosas continuam a ser vítimas dos mais diversos tipos de violência: dentro de casa são rejeitados, insultados e espancados pelos próprios filhos. Fora de casa são marginalizados pelo silêncio e indiferença; maltratados em transportes coletivos e nas filas; abandonados em situações de exclusão social e econômica; desvalorizados no mercado de trabalho sem que seja considerada a sua experiência existencial e profissional.

Discriminar pessoas idosas; humilhar; maltratar; deixar de prestar assistência quando ela necessitar; abandonar ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei; são crimes previstos no Estatuto do Idoso e no Código Penal, com penas que variam até 12 anos de prisão.

A Constituição Federal no Artigo 230, diz que A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Você sabia que...

Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios de prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Como proceder?

Diante de violências físicas ou agressões morais contra pessoas idosas, não fique indiferente: ajude-as a se livrarem do perigo ou da situação violenta e encaminhe-as à Delegacia Policial mais próxima ou a outro órgão competente.

Alguns endereços úteis:

- Ministério Público Estadual (vide endereço)

5.18. Os direitos da pessoa portadora de necessidades especiais

Muitas famílias possuem membros que são portadores de algum tipo de deficiência, de altas habilidades ou, ainda, das chamadas condutas típicas.

A pessoa portadora de alguma deficiência é aquela que perdeu ou possui alguma anormalidade de uma função ou estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica, que gera incapacidade para algum desempenho de suas atividades.

As deficiências podem ser: físicas, auditivas, visuais, mentais ou múltiplas (quando se trata de mais de uma deficiência).

A pessoa portadora de altas habilidades é aquela que possui notáveis capacidades intelectuais, motoras, entre outras.

Já a pessoa portadora de condutas típicas é aquela que apresenta comportamentos típicos de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que geram atrasos no seu desenvolvimento.

Oito Artigos da Constituição Federal de 1998 definem e garantem os direitos das pessoas portadoras de deficiência.

Entre esses direitos incluem-se:

A proibição de qualquer discriminação quanto a salário e critérios de admissão; O direito à assistência social, independentemente de contribuição à

seguridade social; O atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino; O acesso a programas de prevenção e atendimento especializado; A facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos; A garantia de acesso adequado a logradouros, edifícios e transportes coletivos; A idade mínima de 16 anos para a admissão ao trabalho; Benefício de prestação continuada (BPC) - garantido através da Lei Orgânica da Assistência Social. Através do BPC, a pessoa portadora de deficiência tem direito a um salário mínimo mensal.

Para requerer o benefício a renda da família, com a qual a pessoa portadora de deficiência reside, não deve ultrapassar um quarto do salário mínimo. O benefício deve ser solicitado no Posto do INSS mais próximo de sua residência, acompanhado por um laudo médico que ateste a deficiência da qual a pessoa é portadora; Passe Gratuito, a pessoa portadora de deficiência

tem direito ao passe gratuito no transporte coletivo da cidade desde que esteja em tratamento ou trabalhando. Para solicitar o passe é necessário dirigir-se a uma das instituições habilitadas a encaminhar o pedido (SET ou Prefeitura), devendo apresentar, dentre outros documentos, atestado médico.

5.19. Os direitos da pessoa presa

O único direito que o cidadão preso com condenação criminal perde temporariamente são os seus direitos políticos e o direito de ir e vir.

Todos os seus demais direitos como por exemplo, o direito à saúde, à educação, à assistência jurídica, ao trabalho (este não subordinado ao regime da CLT) e outros estão garantidos pela Constituição e pelas normas legais brasileiras e internacionais.

O fato de estar preso não significa que a pessoa possa ser submetida à humilhação e à violência.

Serão asseguradas condições às presidiárias para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação (CF artigo 5º inciso 50).

As pessoas presas têm direito à assistência da família e do advogado (CF artigo 5º inciso 63).

Possui direito ao auxílio reclusão, o (a) segurado(a) que for preso por qualquer motivo têm direito a receber o auxílio-reclusão durante o período em que estiver preso. O benefício será pago se o trabalhador não estiver recebendo salário da empresa, auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. Para ter direito aos benefícios da Previdência Social, o trabalhador precisa estar em dia com suas contribuições mensais, caso contrário, pode perder a qualidade de segurado. Não há tempo mínimo de contribuição para que a família do segurado tenha direito ao benefício mas o trabalhador precisa ter qualidade de segurado.

- Adolescentes em conflito com a Lei

O Estatuto da Criança e do Adolescente, além de regulamentar os princípios fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988, introduziu no texto o princípio da legalidade penal. Trata-se de um princípio limitador da intervenção punitiva do Estado, portanto, de garantia do cidadão a defesa e auto-defesa.

O art. 122, inc. I e II do ECA, prevê internação para casos de reiteração de atos infracionais graves ou quando tenha havido grave ameaça ou violência contra a pessoa.

Observa-se que ainda persistem resistências e dúvidas de alguns operadores jurídicos quanto ao reconhecimento das garantias processuais.

Existem regras mínimas estabelecidas pela ONU e pelo Ministério da Justiça para o tratamento da pessoa presa. Quem infringir as normas legais nesse sentido pode ser processado por abuso de autoridade.

O que fazer quando ocorrer violações?

Se você for preso ou presa, procure conhecer os seus direitos e deveres, recorrendo às autoridades para que as garantias legais sejam respeitadas.

Se você for familiar de uma pessoa presa, junte-se aos outros familiares e procure apoio e orientação na Vara de Execuções Penais, na SUSEPE (adulto) e na Vara da Infância e Juventude (jovem).

Como cidadão e cidadã livre, procure conhecer melhor a realidade do sistema carcerário e veja como ser parceiro(a) do Estado e da sociedade civil na luta para humanizar essa situação.

Dica de endereços para denúncias e orientações:

- Ministério Público Estadual (vide endereço)
- Ministério Público Federal (vide endereço)

5.20. Os direitos do(a) trabalhador(a)

São direitos dos trabalhadores: a Carteira de Trabalho e Previdência Social; o salário mínimo; a jornada de trabalho de no máximo oito horas; o trabalho noturno com remuneração 20% superior à do trabalho diurno na área urbana e 25% na área rural; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; 13º salário; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias e com estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez, até cinco meses depois do parto; licença paternidade; vale-transporte; acesso ao Programa de Integração Social/PIS; adicional de insalubridade e periculosidade; proteção em caso de acidente de trabalho; aviso prévio; rescisão contratual; reclamações na Justiça do Trabalho; seguro desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/ FGTS.

Se os seus direitos como trabalhador e como trabalhadora forem violados, procure orientação no Sindicato de sua categoria e também junto a Delegacia Regional do Trabalho. Proteja igualmente os seus direitos trabalhistas, recorrendo à Justiça do Trabalho.

Endereços úteis:

- Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região: Rua Almirante Barroso, 600, Bairro Mocambo, fone: 3211-6300.
- Ministério Público do Trabalho: Rua Guanabara, 3480, Bairro Liberdade, 3224-4973.

5.21. O que fazer quando a pessoa é vítima de acidente de trânsito

O Código Brasileiro de Trânsito (Lei n. 9503 / 1997) define que trânsito é a utilização das vias por pessoas, veículos, animais, isolados ou em grupos, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga e descarga.

Estabelece ainda que o trânsito seguro é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades competentes do Sistema Nacional de Trânsito. Se, de um acidente de trânsito, resultarem danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a Lei estabelece o pagamento de indenização no caso de morte, invalidez, lesões e despesas médicas geradas pelo acidente de trânsito.

Para retirar o valor referente à indenização, a vítima ou o beneficiário (que poderá ser qualquer pessoa envolvida no acidente, como o pedestre, por exemplo) deverá entrar em contato com o Convênio DPVAT ou dirigir-se a uma Companhia Seguradora, levando o Boletim de Ocorrência e os documentos da vítima para assim solicitar a indenização.

É importante ressaltar que este procedimento não depende de advogado ou terceiro desinteressado.

O que fazer diante de um acidente de trânsito com vítimas?

Chame a autoridade responsável; Não tente remover ou mover a pessoa; Conserve-a aquecida, cobrindo-a; Providencie a assistência médica mais próxima; Mantenha a calma, pois a vítima pode depender de você; Não tente resolver o acidente sem o comparecimento das autoridades; Registre a ocorrência. Disque para a emergência: 190, ou SAMU 192.

Dicas de endereços:

- Sindicato das Seguradoras para levantamento de DPVAT: Rua Herbert de Azevedo, nº 1313, Bairro Olaria, fone: 3229-7129.

5.22. Os direitos do consumidor

O Código do Consumidor, Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, define o consumidor como ... Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, haja intervindo nas relações de consumo.

A Lei nº8078, de 11 de setembro de 1990, é um marco na defesa dos direitos do consumidor, pois até então não havia nenhum instrumento legal, ágil, que garantisse ao consumidor a sua defesa mediante a má fé dos fornecedores. Conforme esta lei, são direitos do consumidor, dentre outros, os seguintes: Proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; Educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas à liberdade de escolha e à igualdade nas contratações; Informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço; Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva; Proteção contra cláusulas contratuais abusivas; Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos.

ATENÇÃO

O Código do Consumidor em seu art. 26 determina prazos para quem se sentir lesado em seus direitos reclamar:

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis;

II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto duráveis.

Caso se sentir lesado em seus direitos, onde prestar denúncia?

Endereços úteis:

- Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - PROCON

Av. 07 de Setembro, Centro, no “Shopping Cidadão”.

- Ministério Público Estadual – promotoria de direitos do consumidor (vide endereço)

5.23. O direito a um ambiente saudável

Cuidar da casa onde moramos é fundamental para termos uma vida saudável. O Planeta Terra é a nossa casa. Nosso país, nossa cidade, são pequenos mundos que precisamos preservar.

A Constituição Brasileira (CF/88), em seu artigo 225, diz que todos têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado e de uso comum para uma qualidade de vida sadia. Mas também diz que todos somos responsáveis por defendê-lo e preservá-lo.

Para que esse direito de fato aconteça é importante:

Conhecer as leis que garantem nossos direitos e deveres (CF/88; Código Florestal Lei nº 4.771/65; Código Estadual do Meio Ambiente Lei nº 11.520/00; Lei dos Crimes Ambientais nº 9.605/98; Lei que concede legitimidade ao Ministério Público para entrar com Ação Civil Pública contra atividades prejudiciais à coletividade, causadas por danos ecológicos nº 7.347/85); Denunciar todas as formas de agressão ambiental que presenciarmos: queimadas, maus tratos a animais, corte ilegal de árvores, depósitos irregulares de entulhos, poluição, etc.; Organizar-se para a defesa do ambiente saudável: grupos de amigos e vizinhos, associações comunitárias, ONGs, etc.; Conhecer o trabalho das associações já existentes para a defesa do ambiente; Repensar nossas práticas diárias: desperdício de água (no banho, no lavar louça, lavar roupa, carro, calçadas, regar jardim...), consumo de luz (aproveitar melhor a luz do sol), separar corretamente o lixo seco e o orgânico, separar pilhas e baterias usadas, não desperdiçar alimentos, etc.; Reaproveitar materiais: papel, plásticos, vidros, roupas; Exigir educação ambiental na escola onde nossos filhos estudam; Fiscalizar a execução de projetos e construções em nossa vizinhança que possam causar impacto ambiental. Ver se possuem autorização oficial e/ou relatórios de impacto ambiental; Contribuir para a manutenção das

ruas limpas (não jogar lixo, não depositar entulhos nas calçadas), pois isso evita o entupimento de bocas de lobo e das canalizações pluviais; Ao presenciar situações que coloquem em risco a vida das pessoas, prejudiquem o ambiente ou causem desperdício de recursos naturais, não se

cale; exerça seu direito de cidadão.

Nos crimes ambientais, é do Ministério Público a competência para entrar com ação penal, de reparação de danos ou de indenização às vítimas.

Referência:

“Cartilha de Direitos Humanos” do Instituto de Acesso à Justiça (IAJ) de Porto Alegre/RS.

CJP – Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho.
Av. Carlos Gomes, nº 964, Centro.
Fone: 3223-8095.

6. A EFETIVIDADE DA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO²⁷

Estudo de Caso: A Educação em Direitos Humanos como extensão universitária na UNIR

Lílian Moreira de Almeida²⁸

Introdução

O presente trabalho examina a efetividade da relação ensino-aprendizagem em espaços não-formais de educação, através de um estudo de caso: o projeto de extensão Educação em Direitos Humanos desenvolvido pela Universidade Federal de Rondônia/UNIR, em parcerias com movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada. Esta investigação comprova que a consolidação em nosso país e região, como prática educativa, a educação popular em espaços não-formais e a extensão universitária articuladas com movimentos sociais, se faz efetiva, com apreensão de conteúdos didático-pedagógicos.

Para compreender este processo fez-se necessário, na seção 1, alguns estudos sobre educação popular e espaços não-formais de educação usando alguns autores no primeiro capítulo. Utilizamos autores como Paulo Freire, que em sua Pedagogia propõe uma educação para a liberdade e afirma que sua efetividade acontecerá a partir de uma participação crítica dos educandos diferentemente da educação autoritária das escolas convencionais. Acolhemos também a contribuição de Miguel Arroyo que afirma que para a equalização das diferenças presente nas escolas é preciso mudar os valores e hábitos tradicionais por hábitos de dedicação para que não fracasse na vida.

Sobre espaços não-formais de educação utilizamos autores como Jaume Trilla e Maria da Glória Gohn para compreensão desse processo de educação. Estes autores colocam que a característica da educação não-formal é que aprendizagem se dá por meio da prática social,

²⁷Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia sob a orientação do Prof. Dr. Giovanni Lunardi.

²⁸Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia.

Bolsista do Projeto Educação em Direitos Humanos – Universidade Federal de Rondônia.

acontecendo por meio de processos coletivos o conhecimento é adquirido através de vivências de certas situações problemas, sua metodologia organiza-se através da fala e pouco codificada na escrita.

Na seção 2, o estudo aborda a extensão universitária e a educação em direitos humanos. Inicialmente, utilizando Demerval Saviani para entender qual o papel da Universidade enquanto produtora de conhecimento. Segundo o autor a extensão deve estar em conjunto com o ensino e a pesquisa, mantendo um contato direto com a sociedade proporcionando um ganho tanto para a instituição quanto a própria sociedade.

Em seguida temos a educação em direitos humanos, onde compreende-se que é uma realidade recente no Brasil, porém ainda assim em suas manifestações já se faz necessário entender que esta deve manifestar-se a serviço da tolerância, da compreensão e amizade entre os diferentes grupos étnicos e religiosos. Buscou-se respaldo em alguns autores que abordam esse tema, tais como, CANDAU(2000, 2007), HORTA(2000), DIAS(2007), MELO(2007).

Na seção 3, apresenta a extensão universitária e a educação em direitos humanos na UNIR, com intuito de verificar como é desenvolvido o projeto de pesquisa em Ética e Direitos Humanos, e os objetivos de aplicação deste projeto onde verificou-se que é levar aos participantes ativos de comunidades, a discussão e o estudo reflexivo sobre a educação em direitos humanos.

Em seguida temos os aspectos metodológicos da pesquisa e análise dos relatos da pesquisa desenvolvida. Percebe-se que este projeto de extensão desenvolvido na Universidade Federal de Rondônia- UNIR apresenta efetividade levando em conta o público alvo deste projeto e o pouco tempo de implementação da educação em direitos humanos como princípio educativo e formador de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

6.1. A educação popular e os espaços não-formais de educação

Para que a educação não fosse uma forma política de intervenção no mundo era indispensável que o mundo em que ela se desse não fosse humano.

Paulo Freire.

6.1.1. A educação popular na perspectiva de Paulo Freire

A educação popular segundo Paulo Freire propõe uma pedagogia da liberdade, atribui sentido a uma prática educativa que pode alcançar efetividade e eficácia na medida da

participação livre e crítica dos educandos. Este é um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura no qual este substitui a escola autoritária.

O ponto de partida para o trabalho no círculo de cultura está em assumir a liberdade como o modo de ser do homem, e o aprendizado só pode efetivar-se no contexto livre e crítico das relações que se estabelecem entre os educandos e entre o coordenador, seu interesse está em proporcionar debates da linguagem de uma prática social livre e crítica. Estas não podem limitar-se às relações internas do grupo mas que se apresentam na tomada de consciência que este realiza de sua situação social.

Na Pedagogia de Freire o saber que será compartilhado entre os educandos será o saber democrático este não se incorpora autoritariamente, pois só tem sentido como conquista comum do trabalho do educador e do educando. A democracia é como o saber uma conquista de todos, e se propaga:

Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo- o da história e o da cultura. (FREIRE, 1983,p.41)

A cultura no sentido que se faz a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e fazer parte dela, pelos atos de criação, recriação e decisão dinamizando seu mundo. Acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Por isso, a necessidade de uma permanente atitude crítica, que segundo o autor só assim será possível o homem integra-se e superar-se da acomodação aprendendo temas e tarefas de sua época.

É exatamente na medida em que se prepare para esta captação, é que poderá interferir, ao invés de ser simples espectador. É preciso uma educação que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir, educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização. A educação teria que ser acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude, substituindo nos educandos antigos hábitos de passividade por novos hábitos de participação.

A preocupação maior do círculo de cultura era a de pensar ações que pudesse fazer os educandos refletirem de que não estavam apenas no mundo, mas com ele. Por isso era preciso travar relações permanentes com este mundo de que decorre pelos atos de criação e recriação, o acrescentamento que ele faz do mundo natural, que não fez representado na realidade cultural. Isto acontece independente se ele é ou não alfabetizado, é preciso apenas ser homem para realizá-la para ser capaz de saber mesmo que este saber seja meramente opinativo.

Era preciso tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento, que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma dominante crítica.

Mas como realizar esta educação? Como proporcionar ao o homem meios de superar suas atitudes mágicas ou ingênuas, diante de sua realidade? (FREIRE,1983) nos mostra algumas saídas que podem ajudar o homem a superar esses obstáculos, sendo eles;

- a) Através de um método ativo, dialógico, crítico e criticizador;
- b) Na modificação do conteúdo programático da educação;
- c) No uso de técnicas como a da redução e da codificação, somente um método ativo, dialógico, participante, poderia fazê-lo.

A efetivação dessa educação acontecerá através do diálogo com uma relação horizontal de A com B(educador e educando) que se sustentará do amor, da humildade da esperança, da confiança, e quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, se fazem críticos na busca de algo que trará contribuição no ato educativo. Cultura deve ser entendida como aquisição sistemática da experiência humana. Será adquirida à medida que o método ativo ajude o homem a se conscientizar em torno de sua problemática, em torno de sua condição de pessoa, por isso de sujeito de suas ações. Fazendo o educando reconhecer que se defende sem odiar, que se nutre da criticidade e não da irracionalidade.

6.1.2. A educação popular na perspectiva de Miguel g. Arroyo

Arroyo em seu livro “Da escola Carente à escola Possível” trabalha sobre a temática entorno da escola enquanto um espaço de socialização do saber, segundo o autor a escola construída pelos educadores não é a escola desejada pelos os donos da sociedade e do poder e, sobretudo, não é a escola desejada pelos proprietários que compram a força de trabalho do operário.

Por isso falar de escola possível como escola de classe não implica cair na ingenuidade de confundi-la com uma agência formadora, integral do trabalho consciente e lutador. Existem organizações de classe para cumprir essa função educativa. Na escola existem limites e especificidade, mas não poderá ser uma especificidade neutra, nem reduzida, a promover oportunidades individuais de melhoria de vida. O papel da escola na maioria das vezes segundo Arroyo reproduz as desigualdades existentes na sociedade. Por isso o autor afirma que:

Se o contexto sociocultural das comunidades e das famílias é o determinante do fracasso individual na escola, no trabalho, na produção, na saúde, e na vida, a saída se impõe: educar as comunidades, mudar os valores e hábitos tradicionais de indolência por hábitos de esforço e dedicação, para não fracassar nem na escola, nem no trabalho. (1991, p.24)

Este é um dos aspectos destacado pelo autor, que deve ser mudado, assim haverá possibilidade de mudança no contexto social.

A percepção do caráter de classe iniciou com as teorias críticas da educação e de sua relação com a sociedade. Esta concepção teórica constatou com bastante evidência que professores e supervisores perceberam esse caráter de classe. Por isso que o autor propõe para modificar essa realidade uma definição que supere a visão vigente de classe trabalhadora onde coloca “sem uma redefinição e superação da visão elitista que se tem do trabalhador e sua condição, qualquer tentativa de tornar possível sua escolarização não vai além de uma escola de segunda categoria.” (ARROYO, 1991 p.32).

Então o papel da escola está voltado para a instrumentalização dos profissionais com metodologias de ensino-aprendizado, sem permitir uma sólida formação teórica e crítica. Pois o importante não é apenas saber fazer, mas saber o que fazer, a serviço de que interesses ou para quem, por isso a necessidade de um currículo que possibilitasse reflexão teórica sobre a realidade.

É urgente investir na articulação de uma nova consciência e concepção pedagógica junto aos profissionais que fazem o dia-a-dia da escola do povo, conhecer melhor trabalhar as dificuldades por que passam esses profissionais tanto da escola rural como da escola da periferia, por viverem em condições materiais bem próximas às do proletariado rural e urbano. Como ponto de partida o autor propõe uma educação integrada que vise à superação da pobreza, que acontece como consequência do quadro geral de carências que compõe o atraso rural e urbano.

As propostas de desenvolvimento de educação integrado partem da carência enquanto problemática socioeconômica e visa à adaptação das populações carentes a seu meio para melhor explorá-lo e encontrar saídas para a sua pobreza. Acontece pelos princípios de integração homem-meio-processo de produção. Arroyo destaca que a escola possível e necessária que corresponda a essa visão será uma escola adaptada à vida, que possibilite a transmissão de ensinamentos, hábitos, valores funcionais à sua realidade, adaptados às necessidades de sobrevivência ao trabalho e produção.

E encerra afirmando que:

A experiência da escola enquanto experiência humana e sociocultural vai além dos conhecimentos aprendido nos livros e com os professores. [...] vai se familiarizando com uma concepção de mundo, de homem, de sociedade, de pensar, vai dando segurança, desconfiança: o saber questionar e indagar. (ARROYO,1991,p.50)

a escola tem a função de tornar as experiências dos atores e atrizes que dela fazem parte em uma construção coletiva de conhecimento, para que assim haja de fato a aprendizagem que mais tarde proporcionará as mudanças tão necessárias.

6.1.3. Educação não-formal na perspectiva de Jaume Trilla

No livro *Educação formal e não – formal* Trilla chama para a discussão que há necessidade de criar outros meios e ambientes, que funcionem complementar a escola sendo estes meios chamados não-formais. Surgem em decorrência de fatores sociais, econômicos, tecnológicos etc. onde suscitam possibilidades pedagógicas não escolares que buscam satisfazer essas necessidades.

Coloca que esta necessidade acontece devido ao “crescente aumento da demanda de educação em face da incorporação de setores sociais tradicionalmente excluídos dos sistemas educacionais convencionais (adultos, idosos, mulheres, minorias étnicas etc.)”. (TRILLA, 2008, p.19), com o passar do tempo houve mudanças na instituição familiar que torna-se necessário a criação de novas instituições e meios educacionais para assumir funções educativas que antes eram exercidas pela família de maneira informal. A crescente sensibilidade da sociedade para implementar ações educativas em setores da população em conflito, marginalizados, deficientes etc., seja com a busca de avanço da justiça social e no estado de bem-estar, almejando a funcionalidade do controle social.

A educação não-formal apresenta-se de diversas maneiras, pois há educação na escola e na família, também acontece nas bibliotecas, museus, na rua, no cinema, vendo televisão, navegando na internet. (TRILLA, 2008) encontram-se uma facilidade na distinção e na identificação dos diversos tipos de educação, pois isto acontece através de um acréscimo de mais uma palavra “educação”, exemplos disso é educação familiar educação moral, educação infantil, educação autoritária e nisto encontramos uma enorme variedade de nomenclatura. Não podemos esquecer que existem distinções quanto a finalidade pois, se a educação está destinada a crianças por exemplo estão se falará em educação infantil, juvenil, quando se quer trabalhar a dimensão da personalidade utiliza-se educação intelectual, física, moral e assim vão sendo definidas por finalidade, atingindo assim uma ação educativa estas referencias propõe-se para iniciar os critérios que caracterizam a educação informal, não-formal e formal.

Para que seja possível esta distinção o autor utiliza dois critérios um indica à intencionalidade do agente e o outro o sistema que passa seu processo. Segundo o primeiro critério os processos educacionais que tem intencionalidade são definidos como educação formal e não-formal, e como consequência os não intencionais ficariam na do informal. Portanto o temos como definição de educação não-formal “aquela que tem lugar mediante procedimentos que rompem com algumas determinações que caracterizam a escola.” (TRILLA, 2008, p.39). Quando se fala em metodologias que não seguem procedimentos formais da escola, então estamos falando de educação não-formal, colocadas por alguns autores como “ensino não convencional” ou “educação aberta”.

Quanto ao segundo critério a distinção entre os dois se coloca simplesmente como administrativa, legal. Em outras palavras o que seria não formal nesse tipo de educação é ou a metodologia, o procedimento, ou o agente, a instituição, ou o marco no qual em cada caso se gera ou se localiza o processo educacional. (TRILLA, 2008). A origem do termo educação não-formal, é utilizada na década de 60 como relata o autor a seguir:

A origem de sua popularidade data dos fins da década de 1960, com a publicação da obra de P.H Coombs "The World Educational Crisis, 1968", nela se enfatizava a necessidade de desenvolver meios educacionais diferentes dos convencionalmente escolares. (COOMBS apud TRILLA, 2008, p.32)

A educação não-formal não está totalmente distante do sistema educacional regado, pois para que aconteça ela tem objetivos explícitos, Portanto como afirma Trilla (2008, p.40), "a educação não-formal é entendida como o conjunto de processos, meios e instituições específica e diferenciadamente gerados em função de objetivos explícitos." Se separa do sistema escolar graduado na sua metodologia, estrutura do conteúdo, um fator importante é que sua finalidade não está em obter um título ou nível social. Pode substituir a educação formal, através da mídia, visitas a museus, bibliotecas, e pode também ser complementar quando utilizada, para trabalhar temas como educação sexual, cívica, física, e outros assuntos.

A educação formal e a educação não-formal se implementam no Brasil por meio de órgãos do Estado e pela sociedade civil. Tanto uma como a outra formam campos de atividades desconhecidos sob muitos aspectos no Brasil.

Pode-se entender que a educação não-formal não poderia deixar de aliar-se à educação formal para realização de três dimensões como respeito aos direitos fundamentais, representatividade social dos atores políticos e cidadania, e ainda para a conexão entre as três, o que será compatível com a proposição de um sistema educativo amplo, não limitado ao sistema escolar. A idéia de que a educação não-formal sirva como solução para as deficiências da educação formal é aceitável apenas como solução provisória, é preciso entender e fazer com que o sistema formal cumpra de maneira eficaz com as tarefas que deve realizar.

Os conhecimentos adquiridos na educação não-formal muitas vezes acontecem de forma não estruturada, outro fator importante refere-se à cultura que obtêm na informalidade situando-se na superficialidade, não dando importância a riqueza dessas informações. Como alternativa de melhoria seria necessário a realização de uma educação como prática refletida e atuando em determinadas sociedades.

A educação não-formal supõe a extensão a educação para pessoas que são excluídas do sistema escolar convencional, e este público apresenta-se de forma voluntária como coloca Trilla (2008, p.72):

essas pessoas apresentam grande motivação, sua adesão a programas costuma ser voluntária, e sendo seus interesses e necessidades mais claramente assumidos, podem seguir ou abandonar os programas conforme entendam que estes satisfazem ou não suas expectativas.

Compreende-se que muitos programas governamentais e não-governamentais de educação não-formal sejam voltados para camadas de baixa renda, porém isto não significa

que as camadas de baixa renda usufruem proporcionalmente mais da educação não-formal que os extratos superiores. A educação não-formal é entendida como alternativa barata à escola para setores sociais mais desfavorecidos. É preciso admitir que é uma possibilidade efetiva, em certos casos uma realidade, é verdade que foi utilizada como alternativa para atender minimamente pessoas ou comunidades excluídas do sistema formal.

A educação não-formal deve ser utilizada como alternativa à formal à medida que for a caráter excepcional, sempre provisória e com objetivo de integrar ou reintegrar esses setores à educação formal. Outro fator importante são os conteúdos trabalhados na educação não-formal, os mesmos devem refletir questões atuais relevantes e que sejam tratados em uma perspectiva global e holística, sua atualidade e relevância social garantem que, de um modo ou de outro, os alunos facilmente reconheçam esses assuntos como relacionados com a realidade na qual vivem, isso irá produzir efeitos motivadores.

6.1.4. Educação não-formal na perspectiva de Maria da Glória Gohn

Para Gohn a educação está sendo chamada a superar a atual situação da sociedade promovendo o acesso dos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, e isto acontece através da criação de novas formas de distribuição da renda e da justiça social.

Neste sentido, acontece à ampliação do conceito de educação, que não se restringe ao processo de ensino- aprendizagem que se constitui em unidades escolares formais, um novo campo da educação se constitui o da educação não-formal. Onde aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos organizados da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não- governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área social, frutos da articulação das escolas com a comunidade educativa, via conselhos, colégios.

Segundo a autora a causa dessa nova conjuntura se dá através da revolução tecnológica, onde geraram novas relações sociais, novas linguagens, alterou estilos e comportamentos sociais, transformou a cultura e colocou novos desafios e necessidades à área da educação. A busca por um espaço será pela inclusão social de setores sociais que antes eram excluídos por estarem em desigualdade socioeconômica e que agora estão excluídos também por suas desigualdades socioculturais como raça, etnia, sexo e etc., ou seja, as políticas perdem o caráter universalizante, passam a ser formuladas de forma particularista, visando clientelas específicas, e neste sentido tanto podem contemplar os interesses das minorias como a vir a ser excludentes.

Estas políticas passam a ser gerenciadas por parcerias entre o estado e a comunidade organizada, estas chamadas ONGs. Passam a atuar como mediadoras de ações desenvolvidas em parceria entre setores da comunidade local organizada, secretarias e aparelhos do poder público, com programas estruturados para áreas sociais como: educação, saúde, saneamento, meio ambiente, geração de renda etc., ou seja, as ONGs via terceiro setor, entraram para a agenda das políticas sociais.

No campo da educação atuam em programas com meninos e meninas nas ruas, jovens/adolescentes, situação de risco face ao mundo das drogas, treinamento e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para os direitos humanos, civilidade no trânsito, prevenção de doenças e da AIDS, educação ambiental etc.

O conjunto das atividades das ONGs e movimentos sociais, juntamente com os grupos sociais organizados ao seu redor, têm gerado um tipo de associativismo em nível do poder local e passou a constituir um setor na economia social, ou terceiro setor, que se apresenta com fins públicos não voltados para o lucro. E sim para organizações que busquem alternativas de educação que alcancem populações que até então ainda não foram alcançadas plenamente.

O termo cultura possui muitas acepções foi interpretado de várias formas na história e tem posições diferenciadas nos vários paradigmas explicativos da realidade social. No senso comum é associado a estudo- educação- escolaridade, ou ao mundo das artes, aos meios de comunicação de massa. Podemos fazer um resumo que cultura passou a ser vista como um caráter relacional, com significados nos processos de interação.

A categoria cultura popular foi objeto de muitas discussões nos anos 60 e no início dos anos 80 na América Latina, principalmente no Brasil. E neste contexto cultura popular foi diferenciada da cultura de massa, a primeira seria produzida pelos seus participantes, criada e recriada continuamente, a segunda seria pré-fabricada para integrar os indivíduos, como meros consumidores passivos.

A cultura popular assume uma concepção estratégica, onde parte do processo de busca de mudança e transformações sociais. Estas concepções foram trabalhadas por Gramsci, que colocou conforme descreve Gohn (2008, p.43) que “cultura está ligada ao processo social global e o transforma em ferramenta fundamental para o processo de transformação social, à medida que ele transforma a visão de mundo dos grupos sociais”.

Neste período a família e o sistema escolar foram vistos como os principais mecanismos de socialização política, seguidos pelos meios de comunicação de massa, grupos formais e informais. Com isto, novas formas sobre cultura política foram elaboradas, resultando numa teoria neo-culturalista da política. O ser humano tem como preferências e referências comportamentos que não apenas são herdadas mais aprendidas.

A educação ganha destaque, não somente no aspecto formal, mas pelos aspectos não-formais, do aprendizado gerado pela experiência cotidiana. Os indivíduos escolhem, optam, posicionam-se, recusam-se, resistem, impulsionam ações sociais em que estão envolvidos, segundo a cultura que herdaram do passado e na qual estão envolvidos no presente. Educação e cultura política juntas tem a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para modificá-la.

A importância do papel da cultura política passou a ser atribuída à possibilidade que esta oferece para explicar a ação política dos indivíduos nos grupos sociais, a ênfase deslocou-se das atitudes e opiniões dos indivíduos como uma identidade pode-se usar como exemplo ser sem-terra, negro, mulher, defensor de causas ambientalista etc.

Os movimentos populares estariam para uma modernidade na política, no sentido de redefinir a noção de cidadania, em seu aspecto público-privado. Quando se fala em cultura política não podemos esquecer os conceitos de apoio que facilitam o entendimento do processo fortalecimento da cultura política. Os conceitos de apoio são o de cidadania, direitos humanos, identidade cultural, participação sócio-política e etc.

Gohn explica que a educação não formal passa a ter estreita ligação com o terceiro setor sendo este uma expressão com significados múltiplos devido a sentidos históricos diferenciados, em termos de realidades sociais. Atualmente não se trata mais do terciário que se encontrava ligado às atividades da agricultura e da indústria, mas de uma nova ordem social que se coloca ao lado do Estado. As ONGs contribuíram para a reconstrução do conceito de sociedade civil, sendo este menos direcionado para as questões individuais e mais direcionado para os direitos dos grupos.

Com o tempo se constituíram e houve mudanças na conjuntura havendo assim a necessidade de qualificação de seus quadros. Agora passam a buscar parceria com o Estado, denominam-se terceiro setor, pois se definem pelo que são, procuram se firmar pela positividade, com ações propositivas e afirmativas. Passaram a atuar não apenas na geração de empregos e oportunidades de trabalho temporário, mas sob a forma de cooperativas onde a renda é gerada pela quantidade produzida.

O terceiro setor caminha para uma articulação conjunta, em frentes de trabalho, entre movimentos sociais, determinadas associações comunitárias, fundações sem fins lucrativos e algumas entidades tradicionais filantrópicas. A partir desse contexto a cidadania surge como resultado de um processo histórico de lutas no qual as leis são uns dos seus momentos. Sob a forma ativa passa a ser aquela que opera via participação dos cidadãos, de forma que interfere, interage e influencia na construção dos processos democráticos, segundo os princípios da equidade e da justiça, tendo como parâmetros o reconhecimento e a vontade expressa de universalização dos direitos.

Gohn (2008) explica que nos anos 80 a educação não-formal foi um campo pouco relevado, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores. Era vista com uma extensão da educação formal, desenvolvida em espaços fora das unidades escolares.

Passou a ter um grande destaque nos anos 90, decorrente das mudanças na economia, na sociedade e mundo do trabalho, valorizando-se processos de aprendizagem e grupos enfatizando os valores culturais que promovem as ações dos indivíduos. Criando-se uma nova cultura organizacional que, em geral, exige a aprendizagem de habilidades extra-escolares.

A autora já citada destaca cinco pontos que designam educação não-formal sendo eles:

- a) O **primeiro** envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos para a compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca por meio da participação em atividades grupais;
- b) O **segundo** é referente a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e desenvolvimentos de potencialidades;

- c) O **terceiro** a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos.
- d) O **quarto** é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciado. O ato de ensinar se realiza de forma mais espontânea, e as forças sociais organizadas de uma comunidade têm poder de interferir na delimitação do conteúdo didático ministrado.
- e) O **quinto** é a educação desenvolvida na e pela mídia, em especial a eletrônica.

O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as atividades da educação não-formal são múltiplos, a saber: no bairro- associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas organizações não-governamentais, nos espaços culturais, e nas próprias escolas, nos espaços interativos dessas com a comunidade educativa etc.(GOHN, 2008, p.100 e 101).

O foco da educação não-formal é que a aprendizagem se dá por meio da prática social. Por isso a cidadania se faz presente, pois é pensada em termos coletivos o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. Com isto vai-se construindo novos conhecimentos por meio da criatividade humana, o agir comunicativo dos indivíduos, voltados para o atendimento dos fatos e fenômenos sociais cotidianos, baseia-se em convicções práticas muitas delas advindas da moral, elaboradas a partir das experiências anteriores, segundo as tradições culturais e as condições histórico-sociais de determinado tempo e espaço.

A educação não-formal desenvolve junto a grupos sociais organizados, questões das metodologias e modos de funcionamento, por estes serem um dos aspectos mais relevantes do processo de aprendizagem. Este processo acontece por meio de pesquisas as escolas que interagem com a comunidade educativa, com as ONGs e os movimentos sociais em seus processos de encaminhamentos e de lutas sociais, os projetos sociais alternativos de desenvolvimento sustentável, cursos de treinamento desenvolvidos para a formação e qualificação de lideranças das comunidades locais, etc.

A metodologia da educação não-formal está pouco codificada na escrita e bastante organizada ao redor da fala. Esta última por muito tempo esteve calada e passou a se expressar por algum motivo impulsionador carência socioeconômica, direito individual ou coletivo negado, projeto de mudança, demanda não atendida. A educação não deve ser uma agência, uma socialização de conhecimentos, deve contribuir para a formação de capacidades para atuar e pensar de forma criativa, inovadora e com liberdade.

6.2. A extensão universitária na educação em direitos humanos

O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a **dignidade humana**. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos o direito de sermos **iguais** quando a diferença nos inferioriza e o direito de sermos **diferentes** quando a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Sousa dos Santos

6.2.1. A extensão universitária como prática de mudança

A extensão universitária significa como propõe Saviani(1986, p.48)

A articulação da universidade com a sociedade, de forma que aquilo que ela produz em termos de conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando se formar numa determinada profissão.

O autor expõe sobre extensão universitária fazendo uma conexão com as demais funções básicas da universidade: ensino e pesquisa.²⁹ A universidade enquanto instituição produtora de conhecimento deve socializar seus conhecimentos divulgando a comunidade em geral, possibilitando assim a elevação do nível cultural. Este sem dúvida é o papel da extensão universitária.

As três funções da universidade estão interligadas, por isso o problema da extensão não está desvinculado da pesquisa e do ensino, a extensão terá maior chance de se realizar na medida em que o ensino e a pesquisa se vinculam cada vez mais às necessidades da sociedade em que a universidade se insere. Com isso a universidade tem uma responsabilidade com a sociedade sendo esta de devolver, de restituir à sociedade algo daquilo que ela própria recebeu.

Toscano (1997, p.32) deixa nítida essa problematização colocando que “O ensino, a grande vocação das universidades, não pode ser efetivado com qualidade se estiver separado da pesquisa, e se os resultados da pesquisa não servirem para transformar a comunidade perderiam sentido”. Será o contato com a sociedade que mostrará os problemas efetivos e

²⁹O autor faz uma explanação dos conceitos de ensino e pesquisa, Saviani pontua que o ensino se destina a profissional de nível superior e por isso se centra na transmissão do saber e a pesquisa se destina a ampliação de novos saberes científicos. P. 48

transformar os conhecimentos em algo relevante, adequando o ensino as suas reais necessidades.

A extensão deve está em conjunto com o ensino e a pesquisa, a atividade de extensão deve se desenvolver permanentemente em relação à própria região em que está inserida. “A extensão por sua excelência deve manter um contato direto e diálogo permanente com a sociedade, onde deve ser revertido na forma de um ganho acadêmico, em que é realizado enquanto pesquisa e ensino.” (TOSCANO, 1997, p.35) este ganho acadêmico que Toscano declara pode ser entendida como uma via de mão dupla onde a comunidade acadêmica levará a contribuição para a sociedade que não está dentro da universidade em si, ao mesmo tempo que a sociedade disponibiliza suas dificuldades e conquistas promovendo uma relação de aprendizagem.

Para ser efetivado o papel das universidades é preciso que a mesma planeje sua política de ensino, pesquisa e extensão para que possa atender à sociedade e às organizações, os profissionais qualificados e os resultados de pesquisas que venham a interferir na comunidade. Assim se efetiva o papel das universidades perante a sociedade, a região e ao seu país, Toscano (1997) afirma que algumas instituições Públicas de Ensino Superior, destinam seus esforços só para o ensino ou só para a pesquisa e quase nenhum esforço para a extensão, de acordo com o nível de interesse dos seus dirigentes e a importância que dão aos objetivos institucionais. As universidades devem estar abertas às mudanças, se manter vivas e atuantes está no seu interior e na sociedade isto lhe permitirá ser contemporânea e atual.

Sendo assim a extensão deve ser colocada como uma atividade conjunta com o ensino e a pesquisa. Deve-se desenvolver simultaneamente articulando com as demais, e na medida em que o ensino seja visto, como uma prestação de serviços à sociedade em seu todo, e a pesquisa seja vista como uma prestação de serviços devolvendo à própria sociedade como forma de novos conhecimentos adquiridos. Assim teríamos uma universidade completa articulando suas principais funções, e devolvendo aquilo que é dado à sociedade, aquilo que lhe é de direito.

6.2.2. A educação em direitos humanos no Brasil

Para abordagem do tema educação em direitos humanos, primeiro faz-se necessário conceituar o que significa educar, segundo Sader, “Educar é um ato de formação da consciência- com conhecimentos. Com valores, com capacidades de compreensão.” (2007,p.75). Neste sentido, o processo educacional está além do que se entende por educação formal, que acontece no âmbito escolar.

A educação em direitos humanos é uma realidade recente no Brasil, aconteceu no contexto da transição democrática, depois dos anos duros da ditadura militar, surge no cenário social educacional na segunda metade dos anos de 1980 num processo de afirmação da sociedade civil.

Candau (2000, p.76) afirma que na década de 1990 a educação em direitos humanos passa por dois momentos, deixa isso claro na citação a seguir:

O primeiro se situa na perspectiva da continuidade e ampliação do realizado na década anterior³⁰ e o segundo se especifica pela incorporação de novos atores, particularmente o governo federal, ao qual se incorporam em alguns de seus órgãos profissionais oriundos de organizações e grupos acima mencionados, significativas na introdução da educação em direitos humanos no país.

É a partir desse período que o governo federal começa a promover iniciativas para mudar esse quadro que até então era desconhecido no Brasil, o ministério da justiça é encarregado para a elaboração de diversos programas nesse campo. As principais propostas referem-se à garantia ao direito e à proteção a vida e a aumentar a segurança das pessoas, lutar contra impunidade, eliminar o trabalho forçado, garantir o tratamento igualitário diante da lei, proteger os direitos das crianças e dos adolescentes, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, dos idosos, estrangeiros, refugiados e migrantes brasileiros, pessoas portadoras de deficiência e etc.

No campo da educação encontramos respaldo nos Parâmetros Curriculares Nacionais, este tem como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que afirma no artigo 22 que na educação básica que neste sentido envolve o ensino fundamental a educação deve enfatizar “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” com isso a proposta dos parâmetros é eleger a cidadania como eixos principais da educação, trabalhando com algumas diretrizes que proporcionaram um resultado eficaz, essas diretrizes devem ser: posicionar-se em relação às questões sociais, intervindo na realidade que se vive, reconhecer os valores trabalhando com os conceitos ideais e incluir essa perspectiva nas áreas do conhecimento escolar.

Apesar da educação em direitos humanos ser um tema emergente, é notório que a mesma já se manifestava sobre a necessidade da educação. Compreendendo-se que esta deveria estar a serviço da tolerância, da compreensão e amizade entre as nações e os diferentes grupos étnicos e religiosos. Nesta perspectiva, a escola vive uma tensão que surge, de um lado enfrentar a diversidade sob o aspecto de igualdade de tratamento, e do outro reconhecer e trabalhar a diversidade sem perder de vista a qualidade em educação e a igualdade de oportunidade.

A educação em direitos humanos não pode ser trabalhada como conteúdo curricular opcional, sua concepção não deve ser fragmentada no que diz respeito ao modo e a incorporação ao currículo. Pois deste modo estaria sendo trabalhada de forma contrária ao seu objetivo que é fazer com que os indivíduos exerçam cidadania de forma crítica e ativa. Confirma-se esta afirmação a seguir com Horta(2000, p.128) que diz que a, “Educação em direitos humanos situa-nos em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e nos impele a desvendar sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos.” Fica claro seu papel em relação a educação, deve por isso proporcionar um lugar de discussões e descobertas, encontrando assim um forte aliado para o exercício da cidadania.

³⁰ Os movimentos de educação em direitos humanos ao qual a autora se refere se restringiam apenas a denúncias das violações contra vítimas que tinham seus direitos ameaçados.

Para a educação em direitos humanos deve-se considerar a vida cotidiana como referência da ação educativa, isso exige que no espaço educativo seja proporcionado encontro com a realidade do ambiente, ou seja, com as realidades que os alunos percebem e nas quais se passam sua existência. De forma que possibilite a construção da identidade pessoal, desenvolvendo assim suas capacidades de pensamento, reflexão, crítica e liberdade, que a realidade cotidiana seja percebida e interiorizada. Como afirma Horta “ ... educar em direitos humanos supõe despertar a consciência e o sentimento da co-responsabilidade da vida em sociedade” (2000,p.133). Por isso é necessário uma educação que articule os direitos humanos no contexto nacional e local, uma educação que possa viabilizar a compreensão de que os direitos estejam presentes em todos os ambientes da sociedade.

No campo da educação popular a educação em direitos humanos na perspectiva freireana, supõe para a necessidade de dialogar com os vários saberes que circundam a compreensão do mundo, e por isso torna-se fundamental reconhecer e respeitar o saber do outro, em uma ação compartilhada entre educadores e educandos que proporcione o processo de produção de conhecimento. Assim afirma Dias que:

Educar para os direitos humanos é, antes de tudo, assumir a postura de dialogia que mobiliza uma teia de relações intersubjetivamente formadas a partir da qual educadores e educandos negociam a definição das situações sociais, tendo como elemento mediador seus próprios saberes. (2007,p.454).

O foco dessa educação não pode significar que qualquer experiência, seja usada como ato educativo, as ações devem conduzir para um novo agir político, que promova a comunicação através do diálogo, acompanhada de princípios éticos que valorizem o homem, estabelecendo assim outros meios de educação. Melo argumenta que, “compreende-se popular como algo ou atitude que podem trazer consigo um procedimento que incentive a participação das pessoas, ou seja, um meio de veiculação promoção para a busca da cidadania, para a luta pelos direitos humanos.” (MELO, 2007,P.432). Popular no sentido de um conjunto de atividades em condições de assumir as lutas da mudança, que são necessárias para a melhoria dos direitos e da vida das pessoas.

A educação popular em conjunto com os direitos humanos está além da escola, pois ao assumir um posicionamento que trata das questões da comunidade, vai, além disso, desenvolvendo atividades pedagógicas que são construídas pelas discussões, pelo diálogo entre profissionais da escola e a comunidade, esclarecendo questões mais gerais da sociedade. Passa a se orientar por princípios da autonomia e libertação, sua implementação está direcionada pelo exercício da crítica, como capacidade humana de diferenciar as dimensões positivas e negativas de cada fenômeno.

Candau (2007) em seu artigo expõe que a educação em direitos humanos tem se expandido, e a maior parte acontece no âmbito da educação não-formal, este aspecto está intimamente ligado a educação popular.

Destaca-se a produção do conhecimento pela pesquisa participante, pesquisa-ação, sendo abertas para a comunidade, para as pessoas e ao atendimento de suas necessidades,

guiado pela participação comunitária, formando assim a educação popular nas dimensões éticas e filosóficas para os direitos humanos.

6.2.3. Extensão universitária e educação em direitos humanos

Encontramos na educação em direitos humanos a extensão universitária, que no Brasil teve início em 1987 no encontro nacional, que foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades públicas Brasileiras- FORPROEXT que estava conceituado como “Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”(FORPROEX apud NODARI e FERREIRA 2008,p.229). O papel do FORPROEX é a construção de diretrizes para orientar a ação das instituições de ensino superior públicas, dessa forma destaca-se a busca pela a efetivação da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do conhecimento.

A extensão universitária segundo as diretrizes do FORPROEX está organizada em oito áreas temáticas sendo elas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Na área de direitos humanos e justiça, as atividades de extensão tem o apoio do Ministério da Educação-MEC e de suas respectivas secretaria SESU(Secretaria de Educação Superior) e SECAD(Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade).

Nesta perspectiva, a educação em direitos humanos se torna uma prioridade, buscando acesso ao conhecimento, por meio de atividades de projetos, cursos de extensão que possam contribuir para a construção de práticas responsáveis para uma cidadania plena. Temos na história a atuação da extensão no trabalho com a área dos direitos humanos, seu envolvimento com os movimentos sociais e as lutas dos diversos segmentos que sofrem com os processos de exclusão, com isso vemos sua contribuição na construção da indissociabilidade almejada.

A institucionalização da Educação em Direitos Humanos vai se consolidar enquanto política pública de governo a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Secretaria Especial dos Direitos Humanos Ministério da Educação).

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela construção de uma cultura de paz, da democracia, do desenvolvimento e da justiça social.

Resulta de uma articulação institucional envolvendo os três poderes da República, especialmente o poder executivo (federal, estadual, municipal e do Distrito Federal), organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça e Secretarias Especiais, além de executar programas e projetos de Educação em Direitos Humanos, são responsáveis pela

coordenação e avaliação das ações desenvolvidas por órgãos e entidades, públicas e privadas.

PNEDH é um passo importante no caminho atual de efetivação e implementação do direito à educação, nessa compreensão, a implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos visa, criar uma cultura de direitos humanos no país. Essa ação supõe a difusão de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo permanente de democratização do país também requer o fortalecimento da sociedade civil como instância que, respeitando as suas diferenças, seja capaz de que, só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo estado brasileiro como políticas públicas universais. Como argumenta Sacavino:

O PNEDH entende os direitos humanos no seu sentido amplo, decorrentes da dignidade do ser humano, abrangendo, entre outros: os direitos à vida com qualidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança, ao trabalho e à diversidade cultural. (SACAVINO, 2007, p.464)

O seu enfoque está ligado num processo de construção de cidadania ativa, que implica cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, somente com uma educação voltada para a realidade e conscientização como um direito em si e como um meio indispensável para realizar e reivindicar outros direitos é que acontecerá o processo de cidadania ativa.

Os objetivos gerais deste plano são:

- a) Fortalecer o Estado Democrático de Direito, destacando o papel estratégico da educação em direitos humanos;
- b) Enfatizar o papel dos direitos humanos no desenvolvimento nacional.
- c) Contribuir para a efetivação dos compromissos assumidos com relação à educação em direitos humanos no âmbito dos instrumentos e programas internacionais e nacionais;
- d) Orientar políticas educacionais direcionadas para a construção de uma cultura de direitos humanos;
- e) Estabelecer concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área de educação em direitos humanos;
- f) Fomentar a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos, nas mais diversas arenas da vida social.
- g) Orientar a elaboração e implementação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos.

O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os (as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com os outros povos e nações. Além disso,

propõe a formação de cada cidadão e cidadã como sujeitos de direitos, capazes de exercer o controle democrático das ações do Estado.

A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando algumas dimensões, sendo elas;

- a) Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva- utilizando linguagens e materiais didáticos orientados à mudança de mentalidade bem como práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da defesa, promoção e ampliação dos direitos humanos.

Sendo a educação um meio privilegiado na luta pelos direitos humanos, cabe priorizar a formação de promotores desses direitos, tanto no campo formal quanto no não-formal, vinculada as práticas sociais e à qualificação de profissionais que atuam nos sistemas de educação, de segurança e justiça, de mídia e nos outros campos das políticas públicas.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos abrange cinco eixos sendo eles Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança, Educação e Mídia. O eixo que merece destaque é o da Educação Não-Formal. Esta modalidade de ensino implementada durante a trajetória de vida das pessoas, reflete-se em permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica. Os espaços das atividades de educação não-formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e a da cultura. Essas atividades se desenvolvem em duas esferas principais: transmissão e construção do conhecimento em educação popular, e o processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania ativa como objetivo central.

Muitas práticas educativas não-formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas sobre os direitos civis, políticos, a se organizarem e proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas. As experiências educativas não-formais estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas. Foi desenvolvida a noção de empoderamento dos grupos sociais, entendida como um conhecimento experimentado sobre os mecanismos que podem melhor defender e garantir os direitos humanos.

Na educação não-formal alguns princípios devem ser enfatizados, nesta perspectiva deve ser vista como mobilização e organização de processos participativos que têm como pauta a defesa dos direitos humanos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, devem ser utilizadas como instrumento fundamental para a ação formativa das organizações

populares em relação aos temas dos direitos humanos, priorizando o processo formativo de lideranças sociais para o exercício ativa da cidadania utilizada como instrumento de leitura crítica da realidade local e contextual, da vivência pessoal e social, identificando e analisando aspectos e modos de ação para a transformação da sociedade. Articulando de forma educativa diferenciada, envolvendo o contato e a participação direta dos atores e atrizes sociais e grupos populares, dialogando entre o saber formal e informal acerca dos direitos humanos, integrando agentes institucionais e sociais.

Neste sentido algumas ações devem ser realizadas, como identificar e avaliar as iniciativas de educação não-formal em direitos humanos, de forma a promover sua divulgação e socialização, estimular o desenvolvimento de programas de formação e capacitação continuada da sociedade civil para qualificar sua intervenção de monitoramento e controle social junto a órgãos colegiados de promoção, defesa e garantia dos direitos humanos em todos os poderes e esferas administrativas. Incluir a temática da educação em direitos humanos em todos os programas públicos para pessoas idosas, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência, mulheres, afro-descendentes entres outros.

A educação em direitos humanos em espaços não-formais deve fomentar o tratamento dos temas de educação em direitos humanos nas produções artísticas, publicitárias e culturais como artes plásticas e cênicas, música, multimídia, vídeo, cinema, literatura, escultura e outros meios artísticos, além dos meios de comunicação de massa, com temas locais, regionais e nacionais. Importante também apoiar técnica e financeiramente programas e ações da sociedade civil voltados para a educação em direitos humanos. (PNEDH, 2006).

Estes são os princípios que norteiam a educação não-formal, dentro da perspectiva da educação em direitos humanos, sempre priorizando a sociedade enquanto participante e ativa, procurando está inteirado dos seus direitos enquanto sujeitos ativos.

6.3. A extensão universitária e a educação em direitos humanos na UNIR

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Hannah Arendt

6.3.1. Aspectos metodológicos da pesquisa

Apresentando os objetivos e o objeto de estudo que orientam a pesquisa, optou-se como abordagem desta pesquisa o estudo de caso por se tratar da análise de como acontece a efetividade da aprendizagem em espaços não-formais de educação, em um projeto de extensão de educação em direitos humanos na Universidade Federal de Rondônia-UNIR.

O objetivo deste estudo é verificar se nos projetos de extensão universitários, seguindo os pressupostos da educação popular em espaços não-formais de educação e o que preconiza o PNEDH, há efetividade dessa relação de ensino-aprendizagem relativa a educação em Direitos Humanos.

Temos como abordagem o estudo de caso que é um método de pesquisa que apresenta características específicas, permitindo a proximidade do pesquisador com seu campo de estudo. Como afirma Ludke e André, “o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular” (1986, p.17). Isso mostra que este tipo de estudo permite um interesse particular, ainda que no decorrer da pesquisa encontre evidências e/ou semelhanças com outros casos.

Siqueira assim define estudo de caso:

Estudo minucioso e profundo de um ou alguns objetos, se se preferir caso que possibilite amplo e detalhado conhecimento, tais como: investigação de fenômenos das mais diversas áreas de conhecimento; reconstrução; da história duma pessoa ou ainda trabalhos assistenciais junto à sociedade, grupos ou indivíduos. (2005, p.97).

Neste sentido foi desenvolvida a pesquisa, analisando o projeto de pesquisa que trabalham os direitos humanos junto a comunidades periféricas de Porto Velho.

6.3.2. Os direitos humanos em Rondônia

Como foi analisado, as discussões sobre **Direitos Humanos** são freqüentes no Brasil de hoje, já que estamos em meio há um processo de construção e organização de nossas estruturas sociais, políticas e comunitárias. Este processo iniciado, principalmente, após o regime militar, vem consolidando a democracia brasileira e seu desenvolvimento, através de políticas públicas e a participação ativa de movimentos sociais. O debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil vem alcançando mais espaço e relevância a partir da Nova República (1984), sob iniciativa da sociedade civil organizada e de proposições governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia. Esse movimento é referendado em instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário,

sob a inspiração da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, bem como da Constituição Federal de 1988, que define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. De acordo com a atual Constituição Federal de 1988, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos na materialização da defesa e promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais de Direitos Humanos. No entanto, a despeito dessa mobilização e movimentação para a concretização do Estado Democrático de Direito, persiste um distanciamento entre os marcos normativos e a realidade da maioria da população brasileira. O contexto nacional, historicamente, tem se caracterizado por desigualdades e pela exclusão econômica, social, racial e cultural, decorrentes de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizaram os direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos. Nossa realidade reflete uma enorme concentração de riqueza em que o Brasil apresenta-se, hoje, no quadro internacional, uma das maiores desigualdades de renda do mundo. Conseqüentemente, os avanços na área dos direitos humanos são muito tímidos, principalmente no que se refere aos direitos humanos, entendidos como os direitos de todo ser humano, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, religião, opção sexual, opção política, ou qualquer outra forma de discriminação. São os direitos decorrentes da dignidade do ser humano, abrangendo, dentre outros: os direitos à vida com qualidade, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança, ao trabalho e à diversidade cultural.

No caso específico do Estado de Rondônia, e de sua maior cidade e capital Porto velho, temos vários exemplos da necessidade da criação de uma cultura de Direitos Humanos. Nos últimos anos tivemos em Rondônia, os casos de massacre de garimpeiros por comunidades indígenas, rebeliões no sistema prisional, freqüentes casos de corrupção política, e, recentemente, chacinas de jovens em comunidades periféricas de Porto Velho/RO. Tais situações desvelam a necessidade de uma reflexão crítica e encaminhamentos de políticas públicas para todos os segmentos da comunidade. Além das políticas públicas específicas relacionadas com a diminuição das desigualdades sociais, da violência e da corrupção, justifica-se o atual projeto, vinculado à educação, formação e capacitação de recursos humanos visando a consolidação de uma rede de promotores e facilitadores das políticas públicas voltadas para Direitos Humanos, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH II) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Justificar então a importância da Educação em Direitos Humanos para uma democracia e um Estado em construção seria repetitivo, senão obvio. O mais importante é apresentar que muitas discussões relativas a esta temática, fica restrita, muitas vezes, a determinados círculos universitários, políticos e sociais, não alcançando os principais beneficiários destas discussões.

Assim, desde 2005, o Grupo de Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (CNPq/UNIR), além da pesquisa acadêmica, vem participando e realizando várias atividades de extensão universitária cumprindo sua função referente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seus objetivos são levar diretamente aos participantes ativos de comunidades, a

discussão e o estudo reflexivo sobre a Educação em Direitos Humanos. Com um material didático adequado, seguindo os documentos norteadores provenientes, já de extensas discussões em nosso país, sobre estas questões, pretendemos promover e capacitar uma rede de facilitadores comunitários. A **pesquisa** teórica realizada sobre este tema dentro dos “muros” da universidade, utilizando uma metodologia de **ensino** didaticamente e pedagogicamente adequada chega através da **extensão** às comunidades, principais alvos das políticas públicas de uma democracia inclusiva. Desta forma, a Universidade, através deste projeto junto com instituições parceiras pode consolidar e promover a educação em Direitos Humanos visando à construção da cidadania.

No ano de 2005 foi realizado, o Projeto de Extensão Educação em Ética, cidadania e Direitos Humanos (www.direitoshumanos.unir.br), financiado pelo Ministério da Educação através do Edital PROEXT.2004. O projeto de extensão educação em ética, cidadania e direitos humanos nasce no Departamento de Sociologia e Filosofia no ano de 2004, hoje pertencente ao Departamento de Filosofia. Convênio com a Secretaria de educação Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC) e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão PROEXT convênio MEC- SESU/UNIR NRS 512664-296 pertencente ao Núcleo de Educação da Universidade Federal de Rondônia –UNIR.O grupo de pesquisa foi criado procurando agregar professores e alunos de diferentes cursos, viés interdisciplinar compartilhando, linhas de pesquisas e articulando interdisciplinarmente nas áreas da Filosofia, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais, Ciências Jurídicas, Econômicas e da Saúde, permeiam todas as áreas de conhecimento porque dizem respeito a nossa vida em sociedade. O projeto de extensão de 2005 tem como finalidade a realização do curso de educação em Ética, Cidadania e Direitos Humanos onde o mesmo tem como objetivo à capacitação, promoção, facilitação e divulgação destas temáticas em consonância com as políticas públicas, direcionadas para líderes e participantes ativos de comunidade na cidade de Porto Velho/ RO.

Atualmente, está sendo executando o Projeto Educação em Direitos Humanos (convênio 016/2007) financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, proveniente do Edital de 2007, com a finalidade de consolidar grupos de pesquisas de Educação em Direitos Humanos e estruturar o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos de Rondônia.

Simultaneamente está sendo executado o projeto de extensão universitária vinculado ao Programa PIBEX/2009 da UNIR – Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária. Na mesma linha dos projetos de extensão anteriores, têm por objetivos capacitar, promover e articular a Educação em Direitos Humanos para lideranças e agentes comunitários moradores de comunidades periféricas de Porto Velho/RO.

Todos estes projetos de Educação em Direitos Humanos seguem os seguintes eixos articuladores como referencial metodológico para a educação em Direitos Humanos:

O **primeiro** desses eixos articuladores se refere à **vida cotidiana como referência permanente da ação educativa**. Nossas vidas sejam em nível pessoal ou coletivo, são construídas no cotidiano. Portanto questionar o sentido dos acontecimentos do dia-a-dia constitui uma exigência fundamental para qualquer proposta de educação em Direitos Humanos. Entende-se que “para transformar a realidade é necessário trabalhar o cotidiano em toda a sua complexidade. São no tecido diário de relações, emoções, perguntas, socialização

e produção de conhecimentos e construção de sentido que criamos e recriamos continuamente nossa existência” (CANDAU, 2002, p. 110).

Assim, a vida cotidiana constitui-se no lugar privilegiado para a efetivação de uma proposta de educação em Direitos Humanos, visto que é no cotidiano que se manifesta as lutas e os conflitos diários, bem como está presente a vida que deve ser promovida com dignidade e cada pessoa, grupos sociais, a sociedade como um todo e a natureza.

O **segundo** eixo articulador da proposta de educação em Direitos Humanos articula-se em torno da **educação para a cidadania**. Esta educação para a cidadania não deve ser reduzida à dimensão jurídico-formal, mas a uma cidadania a ser construída ativamente no dia-a-dia dos sujeitos sociais mediante uma ação transformadora que precisa fazer-se presente nos diferentes espaços sociais.

O **terceiro** eixo articulador da proposta de educação está intimamente vinculado ao segundo e consiste em **construir uma prática educativa dialogada, participativa e democrática**. Para que se possa superar a cultura profundamente autoritária que ainda se faz presente em nossa realidade, inclusive na realidade escolar, é fundamental que se desenvolva uma educação capaz de contribuir com a construção de uma cultura democrática participativa e popular.

O **quarto** eixo articulador da proposta de educação é o **compromisso com a construção de uma sociedade que tenha por base a afirmação da dignidade de toda pessoa humana**, “esta é a utopia radical a ser vivida como imperativo ético e político numa sociedade em que as desigualdades e discriminação cada dia se multiplicam” (CANDAU, 2002, p. 114). Este eixo articulador exige uma articulação em torno da problemática local, nacional e internacional em relação a Cidadania e Direitos Humanos, para que dessa forma a dignidade humana deixe de ser um princípio abstrato e passe a ser “um compromisso de vida, assumido com paixão e determinação em nosso dia-a-dia”. Ora, o direito à vida, a uma vida com dignidade deve ser defendido e promovido para todas as pessoas, não importando a diferença étnica, religiosa, sexual, econômica, em qualquer fase da existência, assim como para todos os grupos sociais e culturais. Esta é uma afirmação que vale para nós brasileiros bem como para qualquer outra parte do mundo. Portanto, possui uma dimensão planetária “de raízes antropológicas, éticas, políticas e transcendentais, que aponta à construção de uma alternativa de um futuro mais humano em escala mundial” (CANDAU, 2002, p.115).

Esse referencial metodológico com os eixos articuladores apresentados, estão em consonância com os constantes do **Programa Nacional em Direitos Humanos II (PNDH II)** e o do **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)** da Secretaria Especial da Presidência da República em Direitos Humanos (**SEDH**), os materiais do **Programa Ética e Cidadania** da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (**MEC**), bem como os **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s**.

6.3.3. Relatos de pesquisa

A pesquisa centrou-se na aplicação de questionários (apêndice) de múltipla escolha com participantes do curso Educação em Direitos Humanos, promovido pela UNIR em conjunto com a Comissão Justiça e Paz de Porto Velho/RO.

Este curso tem por objetivos centrais a capacitação de lideranças comunitárias de comunidades periféricas de Porto Velho. Trabalha com parcerias com entidades com experiência no trabalho e atendimento de comunidades periféricas relacionadas com as temáticas do projeto sendo este a **Comissão Justiça e Paz** da Arquidiocese de Porto Velho, entidade com expressiva relevância e experiência no atendimento a comunidades periféricas e com atuação em conjunto em vários projetos de extensão com o Grupo de Pesquisa Ética e Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia.

Partiu-se de uma primeira premissa de pesquisa: como ao longo de quatro anos já foram desenvolvidos vários projetos de extensão em conjunto com a Comissão Justiça e Paz em comunidades periféricas de Porto Velho, relativa a Educação em Direitos Humanos, podemos admitir a aplicação de um questionário, devido a trajetória de formação desenvolvida.

Para execução do curso foram feitas várias reuniões preparatórias, definindo-se o seguinte cronograma, horários e seleção de comunidades a serem atendidas. Em virtude da violência nas comunidades periféricas optou-se pelos sábados à tarde como o melhor Horário para execução do curso na Zona Leste da Capital.

Este curso realizado em conjunto com a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Porto Velho, ocorreu no período de agosto a dezembro de 2009 (anexo). Destinado a lideranças comunitárias, professores da Educação Básica e estudantes de comunidades diversas de Porto Velho com objetivos de formação e capacitação em Direitos Humanos. O curso tem carga horária de 30 horas, divididas em quatro módulos com o seguinte conteúdo programático:

- I – Aspectos históricos, filosóficos e Sociológicos dos Direitos Humanos;
- II – Ensino Social e as Comissões de Justiça e Paz no Brasil e em Rondônia;
- III – Políticas Públicas e os Sistemas de Garantias dos Direitos Humanos;
- IV – Aspectos jurídicos e Defesa dos Direitos Humanos.

O curso desenvolveu-se nas seguintes comunidade, na Zona Leste da cidade de Porto Velho na Escola Marcelo Cândia Subsede I situada na Rua Petrolina, nº 10.804, bairro Marcos Freire, no Centro de Pastoral situado na Av. Carlos Gomes, Centro e no município de Candeias do Jamari – RO na Comissão de Justiça e Paz.

Matrícularam-se no curso mais de 100 (cem) pessoas, e efetivamente cursaram até o final do curso aproximadamente 91 (noventa e um) pessoas. Para verificar e examinar a efetividade da relação ensino-aprendizagem optou-se pela aplicação de um questionário com questões fechadas referentes aos Direitos Humanos com as pessoas cursistas do referente projeto PIBEX/2009 (anexo).

Foram aplicados nessas turmas um total de 100 (cem) questionários, com 9(nove) questões de múltipla escolha. Dividido num primeiro momento com (a) dados Sócios – Econômicos, e no segundo com (b) dados conceituais (anexo). Para análise desta pesquisa utilizamos a amostra correspondente a 86 questionários, pois alguns não estavam em condições de análise, podendo assim interferir nos resultados da pesquisa.

Na pesquisa foram coletados os dados com os seguintes resultados:

a) Dados sócio-econômicos:

O perfil do público participante é o seguinte:

-A faixa etária de quinze a setenta (15 a 70) anos com predominância das idades de 41 a 60 anos, somando mais de vinte e oito por cento (28,38%);

-As mulheres são maioria com cinquenta e cinco por cento (55,90%) do total dos participantes;

-A renda familiar predominante é de até mil e quinhentos reais (R\$ 1.500,00) com um percentual de quarenta e oito, (48%).

- O número de participantes que possuem escolaridade básica (ensino fundamental e médio) somam quarenta e quatro por cento (44,72 %);

- Quarenta e sete por cento (47,32%) responderam que realizam atividade social voluntária em sua comunidade.

Em um exame do perfil dos participantes, temos a amostra que nos interessa para a nossa pesquisa de um público predominante com:

- escolaridade básica;

- renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 1.500,00);

- faixa etária bem distribuída;

- com atividade social voluntária em sua comunidade.

Justamente é este o perfil do público ao qual se destinam os programas de educação popular, extensão universitária e atuação das políticas públicas governamentais e das ONGS e Movimentos Sociais.

b) Os Dados Conceituais:

A primeira pergunta é a questão chave de nossa pesquisa: o que os alunos relacionavam com os Direitos Humanos. O gráfico 1 nos mostra o resultado.

VOCE ENTENDE QUE OS DIREITOS HUMANOS ESTÃO RELACIONADOS:

Gráfico 1. Fonte: pesquisa de campo

Podemos perceber que noventa e cinco por cento (95,65%) dos cursistas responderam que educação em direitos humanos está relacionada com a proteção de todos os aspectos que compõem a vida humana e ao mundo que vivemos. Em seguida três por cento (3%) responderam que educação em direitos humanos é a proteção de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, indígenas e negros. Menos de um por cento (0,91) responderam que está relacionado com a proteção à natureza e ao meio ambiente, e na última questão sobre os direitos humanos, relacionando com a proteção dos presos e bandidos, ninguém respondeu.

Nota-se que os cursistas estão inteirados sobre o que significa direitos humanos. Segundo nosso exame, isso mostra que a grande maioria dos cursistas, mesmo com escolaridade e renda básica, possuem uma visão mais ampla dos direitos humanos. Isto decorre, de acordo com a nossa hipótese de pesquisa, de toda uma trajetória de educação popular em espaços não-formais e da articulação da extensão universitária, políticas públicas e movimentos sociais. Eles já têm como resultado, internalizados o conceito de direitos humanos, como afirma Trilla (2008,p.72):

A educação não-formal, por sua vez, supõe também a intenção de estender a educação e, por isso, a maioria da população que atinge é de pessoas menos incluídas no sistema escolar convencional (...) essas pessoas apresentam grande motivação intrínseca, sua adesão a programas costuma ser voluntária, e sendo seus interesses e necessidades mais claramente assumidos, podem seguir ou abandonar os programas conforme entendam que estes satisfazem ou não suas expectativas.

Essa citação explica os números nos dados levantados, pois como vimos as características dos participantes dos cursos em espaços não-formais de educação nos mostra que adesão dessas pessoas neste curso é voluntária, buscando respostas para suas necessidades que se fazem presente no dia-a-dia da sua comunidade.

Com relação às questões sobre direitos humanos ser os direitos de defesa de minorias como crianças, adolescentes, idosos, mulheres, indígenas e negros e a proteção à natureza, os cursistas não estão equivocados, pois direitos humanos “são todos os direitos conquistados ao longo do tempo por todas as pessoas entre eles pode ser citado o direito à vida e à integridade física, também o direito à educação, à informação e a um meio ambiente saudável e preservado”. (Aspectos...2009, p.3)

Fica nítido também que apesar de constantes afirmações da mídia através de programas policiais locais que os direitos humanos está relacionado a proteção de bandidos, pois a mídia é “ um espaço político, com capacidade de construir opinião pública, formar consciências, influir nos comportamentos, valores, crenças e atitudes” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2006, p. 39), não houve alteração. Nenhum dos educandos assinalou esta questão, constatando assim que educação em direitos humanos é um tema bem conhecido e trabalhado nos espaços formais de educação sob a forma de cursos de capacitação. Neste sentido Novaes e Cara (2008, p.120) afirmam que:

A categoria “direitos humanos” tem funcionado como uma espécie de chave de leitura utilizada para compreender eventos e processos históricos. Ao mesmo tempo, tem sido utilizada como um instrumento para combater preconceitos, discriminações decorrentes de desigualdades sociais de diferentes tipos.

Isto é o que tem motivado a participação da sociedade, ou seja, uma busca de respostas a questões presentes em debates, nas comunidades, nas igrejas, nas associações e que já formam opiniões nesses espaços.

A segunda pergunta é referente se os educandos consideram que a educação em direitos humanos pode contribuir para a melhoria, das condições de vida em nossa sociedade. O gráfico 2 responde essa questão logo abaixo:

VOCÊ CONSIDERA QUE A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PODE CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM NOSSA SOCIEDADE:

Gráfico 2. Fonte: pesquisa de campo.

Grande parte dos educandos que responderam, totalizando setenta e um por cento (71,67%) afirmaram que sim, em parte. São necessárias, também, outras iniciativas sociais, políticas e econômicas. Em seguida com vinte e oito por cento (28,33%) do total que responderam assinalaram que a educação em direitos humanos contribui decisivamente para transformar nossa sociedade.

Este gráfico representa o que as pessoas que participam de cursos de diferentes temas, no caso específico o de direitos humanos buscam, pois como mais da metade que responderam afirmaram, que não basta só trabalhar um tema e o que ele engloba, é preciso ter outras iniciativas que possibilitem a implementação de políticas públicas para que de fato ocorram os direitos humanos. Nota-se também que os participantes deste curso possuem um olhar crítico do que se passa em torno de sua vida em sociedade. Como coloca Neto (2007, p. 429) a seguir:

Muito distante, todavia, estão esses direitos a serem conquistados. Longe está a respeito às pessoas, às suas diferenciadas nacionalidades, gênero e suas orientações sexuais e religiosas. Direitos estes que vêm acompanhados da ausência de outros tipos de direitos como o de qualidade de vida, da moradia, do saneamento, da segurança pública, do trabalho, da educação e das diversidades culturais e religiosas.

O que justifica esta busca é entender que a educação passa a ser um instrumento fundamental de exercício e de busca desses direitos.

Contudo, para que isso aconteça é necessário que esta, esteja articulada com a contextualização dos direitos humanos, e neste sentido trabalha-se com a educação popular que, partirá dos conhecimentos que os educandos possuem, para um estágio de conhecimento maior, possibilitando e despertando a criticidade dos participantes, “exatamente porque, só na medida em que se prepare para esta captação, é que poderá interferir, ao invés de ser simples espectador, acomodado às prescrições alheias que, dolorosamente, ainda julga serem opções suas”(FREIRE, 1983,p.45). Só assim terá de fato a libertação, no sentido de prática educativa que somente acontecerá com a participação crítica e livre dos que fazem parte desse processo.

Neto (2007, p.429) coloca também que:

No campo da pesquisa, as temáticas direcionadas à comunidade deverão estar presentes, pois a educação popular se pauta por uma teoria de conhecimento que parte da realidade. A produção do conhecimento em direitos humanos não como uma mera relação entre saberes acadêmicos e saberes populares. Uma produção que insira em seus mecanismos produtivos a efetiva participação da comunidade na atividade universitária.

A educação em direitos humanos deve estar ligada a educação popular por buscar alternativas de soluções presentes neste espaços, promovendo ações capazes de apresentar trabalho social útil, voltando-se para setores sociais ativos, proporcionando princípios de autonomia e de emancipação.

Como justificativa dessas afirmações setenta e seis por cento dos educandos afirmaram que participariam de outros cursos em sua comunidade, mudando assim o conceito que se faz presente conhecido como cultura de massa que é definido como “pré-fabricada para integrar os indivíduos, como meros consumidores passivos” (GONH, 2008, p.42). Sendo assim essas iniciativas possibilitam mudanças que só quem dela busca sabe do seu potencial, passando a internalizá-las e aplicá-las no seu cotidiano.

Na quarta pergunta foi pedido que os educandos marcassem três problemas principais relativos aos Direitos Humanos na sua comunidade, os mais marcados como mostra o gráfico 3, foram:

PRINCIPAIS PROBLEMAS RELATIVOS AOS DIREITOS HUMANOS

Gráfico 3. Fonte: pesquisa de campo.

Nota-se que os mais votados foram consumo e tráfico de drogas com dezesseis por cento (16%) do total de pessoas que responderam. Em seguida temos violência urbana, criminalidade com quinze por cento (15%), acesso à saúde com treze por cento (13 %), corrupção política com nove por cento (9%), violência doméstica com sete por cento (7 %), exploração sexual e prostituição com seis por cento (6%), infra-estrutura básica (asfalto, pontes, iluminação,) , pobreza(miséria e fome), saneamento básico, desemprego, sub-emprego e baixa renda, discriminação contra minorias(raça, gênero, orientação sexual, religião, idade) com cinco por cento (5%), transporte coletivo com três por cento(3%), Desmatamento, acesso a capacitação/ qualificação profissional, acesso a moradia com um por cento (1,%), acesso à terra e propriedade, violência contra os animais, com menos de um por cento (0,91) do total de pessoas que responderam.

Pode-se se afirmar que as pessoas que participam deste curso de capacitação estão conscientes dos principais problemas referentes a comunidade ao qual vivem, não só onde vivem mas importante ressaltar o contexto do público pesquisado. Tráfico de droga e violência urbana são dois problemas graves e bem presente na cidade de Porto velho, principalmente na Zona Leste da capital, com altos índices de assaltos e mortes. Por isso é necessário que seja promovido uma educação que construa o empoderamento como coloca Sacavino (2000, p.47):

O empoderamento deverá fortalecer as capacidades dos atores- individuais e coletivos- em nível local e global, nacional e internacional, público e privado, para sua afirmação como sujeitos no sentido pleno e para a tomada de decisões. Quando ocorrem mudanças na autoconsciência e na autopercepção, podem ser mobilizadas energias e dinamismos que favorece transformações explosivamente criativas e libertadoras.

Este processo se fortalecerá através de ações que possa efetivar um espaço de construção e por composições de forças que contribuam para sanar as necessidades, interesses da população local para melhoria dos aspectos destacados pelos participantes do curso sendo estes econômicos, sociais, culturais, políticos e etc.

A sociedade civil deve ser organizar e ser mediadora entre o poder político e as redes da vida cotidiana, constituída em espaços públicos onde exige um conjunto de estruturas de representação e participação, fundamentais para implementação da democracia. Sacavino(2000, p.22) confirma este processo:

Essas redes de associações, grupos e movimentos que reúnem os cidadãos em torno de interesses comuns e que, na maioria dos casos, nascem das próprias contradições sociais, não só tem efeitos sobre a política como também ampliam seu próprio raio de atuação a esferas mais abrangentes, que também incluem as áreas social e cultural e refletem a dinâmica do poder nos planos internacional e global.

Com isto parte-se do principio de que quanto mais participantes e atuantes na comunidade local, será possível a mudança dos quadros dos direitos humanos que como é comprovado ainda estão longe de chegarem a um nível de igualdade e oportunidades de acesso aos cidadãos.

Considerações finais

Após esta investigação podemos afirmar que está consolidado em nossa região um processo de formação continuada da sociedade civil, em todas as comunidades, através da educação popular em espaços não-formais, articulado com a extensão universitária. No presente caso, referente a Educação em Direitos Humanos, nossa pesquisa ratifica e confirma a afirmação anterior.

Como vimos, todos os participantes relacionaram corretamente a noção de direitos humanos com sua vida cotidiana e social. Apesar de diariamente serem “bombardeados” pela mídia, através de programas populares policiais tipo “plantão de polícia”, com o dito “direitos humanos é somente para proteger bandido”, nenhum dos participantes do curso fez tal relação. Poder-se-ia afirmar que tal relação não foi realizada por se tratar de público com educação superior, ou faixa de renda média, ou morador de região central. Pelo contrário,

conforme os dados socioeconômicos da pesquisa, o público participante possui renda e escolaridade básica e morador de região periférica. A grande maioria do público participante deste projeto apresenta em suas respostas que compreendem a intenção do mesmo, pois em sua maioria são atuantes em suas comunidades, já participam e promovem de uma forma ou de outra, possibilidades de mudanças sociais.

O problema talvez seja, no caso da defesa e promoção dos direitos humanos, não mais um problema de educação, mas como Norberto Bobbio afirmou que o problema dos direitos humanos está relacionado com a sua implementação. Pressuposta sua aceitação e incorporação de tais direitos nos ordenamentos jurídicos contemporâneos, Bobbio defende a tese de que o maior problema com relação aos direitos humanos é político, qual seja, protegê-los (Bobbio, 2000, p.15) .

Outro fator que possibilitaria mudanças neste contexto social, é a continuidade desses cursos, pois quanto mais participantes e ativos a sociedade entenderá as necessidades presentes em sua comunidade, a conscientização acontecerá a partir da vivência de sua problemática, passando a ser sujeito de suas ações, o conhecimento gerado será a partir da vivência das situações existentes no cotidiano, sendo esta a principal característica da educação realizada em espaços não-formais.

O que de fato precisa acontecer é a implementação de políticas referentes às necessidades sociais presente em nosso país, principalmente na cidade de Porto Velho, como saúde, educação, moradia saneamento básico, controle do consumo e tráfico de drogas, defesa dos direitos de todos, por uma busca de qualidade de vida melhor.

Tendo estes como principais problemas sociais, o curso como principal meio de reconhecimento destes problemas e a participação em movimentos sociais como busca de possibilidades de mudanças, compreende-se que caminha-se ainda que a passos lentos para novos horizontes visando melhorias nos direitos que inda não alcançam todos os cidadãos.

Referências

- ARROYO, Miguel G. Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo, Ed. Loyola, junho de 1991.
- ALMEIDA, Ragina F.; Toscano, Lyra. Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão: O grande Desafio das Universidades Brasileiras. In: Revista de Extensão| Universidade Federal da Paraíba. Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários- Ano II, N.S(ago1997) João Pessoa: Editora Universitária| UFPB, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1999.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Lei 9394/96, Brasília, 2007.

- BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2003.
- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2006/ Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.
- DIAS, Adelaide Alves. Da educação como Direito Humano aos Direitos Humanos como Princípio Educativo. In: Silveira, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em Direitos Humanos Fundamentos Teórico-Metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 531p.
- FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 14 ed. 1983. 150p.
- GONH, Maria da Glória. Educação Não- Formal e Cultural Política. São Paulo, Cortez, 2008.
- HORTA, Maria Del Rubio. Educar em Direitos Humanos: Compromisso com a Vida. In: Candau, Vera Maria; Sacavino, Suzana. Educar em Direitos Humanos: construindo Democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 200p.
- LUDKE, Menga. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. Ed. EPU, 1986. 99p.
- NODARI, Enice Sueli; Ferreira, Lúcia de Fátima Guerra. Direitos Humanos: O papel da Extensão na Indissociabilidade com Ensino e Pesquisa. In: Bittar, Eduardo C; Tosi, Guiseppe. Democracia e Educação em Direitos Humanos Numa Época de Insegurança. Brasília: Secretaria Espacial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2008. p.346.
- NOVAES, Regina; Cara. Jovens como Sujeitos de Direitos: Novas Interrogações. In: Rifiotis, Theophilos; Rogrigues, Tiago Myra. Educação em Direitos Humanos Discursos Críticos e Temas Contemporâneos. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008, 224p.
- SADER, Emir. Contexto Histórico e educação em Direitos Humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: Silveira, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em Direitos Humanos Fundamentos Teórico-Metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 531p.
- SACAVINO, Suzana. Direito Humano à educação no Brasil: Uma conquista para todos/as?. In: Silveira, Rosa Maria Godoy, et al. Educação em Direitos Humanos Fundamentos Teórico-Metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 531p.
- TRILLA, Jaume. Educação Formal e não-formal: pontos e contrapontos. São Paulo, Samus, 2008.